

GIOVANNA RAMOS LOPES

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



PUC-SP

**Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S.A.: A  
importância do patrimônio sob a ótica dos militantes de Perus**

Relatório Final de Iniciação Científica  
aprovado pelo PIBIC/CEPE (Início agosto/2018) sob  
Orientação do Prof. Dr. Alvaro H. Allegrette.

São Paulo, agosto de 2019

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Sociais – Campus Monte Alegre

Relatório Final de Iniciação Científica

Graduação em História

**Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S.A.: A  
importância do patrimônio sob a ótica dos militantes de Perus**

GIOVANNA RAMOS LOPES

Iniciação Científica orientado pelo professor  
Drº Alvaro H. Allegrette e aprovado pelo  
Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC- SP  
PIBIC- CEPE . Desenvolvido de agosto de 2018 até  
Agosto de 2019.

**São Paulo, agosto de 2019**

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>1ª Parte: Relatório de Atividades.....</b>	<b>5</b>
<b>a) descrição pormenorizada e análise das atividades desenvolvidas no período abrangido pelo relatório, considerando os objetivos da pesquisa, especificando-se o seguinte;</b>	
• a sistemática adotada pelo professor na orientação.....	5
• os objetivos alcançados, as dificuldades encontradas e estratégias usadas para superá-las; .....	5
• as atividades acadêmico-culturais de que tenha participado, relacionadas com a pesquisa em andamento, como seminários, cursos etc. e os principais efeitos na sua formação; .....	6
<b>2ª Parte: Relatório Científico.....</b>	<b>7</b>
<b>a) apresentação e discussão crítica dos resultados e conclusão da pesquisa, incluindo a revisão da literatura e a descrição dos procedimentos de coleta e/ou do método utilizado.</b>	
• Metodologia: história oral, memória e patrimônio.....	7
• História de Perus e as transformações do bairro.....	10
• A Modernização, a Fábrica de Cimento e a Greve.....	12
• A Importância da Fábrica.....	14
• As entrevistas.....	14
• A análise.....	16
• Considerações Finais.....	28
<b>3ª Parte: Resumo.....</b>	<b>30</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>31</b>
<b>Anexos: fotografias, entrevistas e modelo da carta de cessão.....</b>	<b>33</b>

## **Introdução**

O bairro de Perus, localizado na Zona Oeste de São Paulo, um dos primeiros pontos do Brasil a receber uma fábrica de cimento, graças a iniciativa de um conglomerado canadense. A Fábrica de Cimento Portland Perus foi o pólo em torno do qual o bairro cresceu e se desenvolveu, recebendo imigrantes que ali se estabeleciam para trabalhar.

Nos anos 1960 a fábrica é comprada pelo Grupo Abdalla. Apesar da boa primeira impressão que o novo chefe passou para os funcionários, em alguns meses os salários atrasados foram o estopim para que se começasse uma greve que durou sete anos e terminou com a vitória parcial dos Queixadas, como se denominavam os sindicalistas grevistas. Apesar das penúrias enfrentadas tanto por eles quanto por pelegos, a retomada ao trabalho marcou um novo momento na vida em Perus. Após alguns anos, as atividades da fábrica foram novamente interrompidas, dessa vez de maneira definitiva, uma vez que J.J. Abdalla não pagava o que devia à União e não reduziu a poluição causada pelo pó de cimento.

O terreno onde a fábrica funcionava foi tombado pela cidade de São Paulo nos anos 1990, no entanto a família Abdalla readquiriu os direitos sobre a propriedade, aderindo a uma política de não preservação que revoltou muitos moradores do bairro, conhecedores da história e das conquistas que a fábrica representava. Hoje, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus busca, de alguma forma, retomar o patrimônio negligenciado e transformá-lo em um centro de cultura e memória do trabalhador.

Entre esses militantes estão principalmente familiares de Queixadas, que buscam diversas maneiras de manter viva essa memória de luta, muito vinculada ao sofrimento que representou para eles, mas também como uma representação de todas as penúrias observadas e vividas na região. Essa e outras relações são o que buscamos compreender neste trabalho. As entrevistas recolhidas tentam apreender a subjetividade contida nas relações dos entrevistados com esse patrimônio, feito também por eles, para eles e para o bairro, não só pelo passado, mas também pelo futuro das pessoas que ali vivem.

## **1ª Parte – relatório das atividades:**

**a) descrição pormenorizada e análise das atividades desenvolvidas no período abrangido pelo relatório, considerando os objetivos da pesquisa, especificando-se o seguinte;**

- **a sistemática adotada pelo professor na orientação**

Nos seis meses que se decorreram, houve a necessidade de meu orientador original ser substituído devido à emergência médica. O novo orientador, no entanto, já tinha ciência da minha pesquisa, devido a consultorias prévias realizadas enquanto a situação do orientador original estava indefinida. Em pouco tempo ele foi plenamente inteirado dos objetivos da pesquisa, da metodologia e do andamento, resultando em pouco prejuízo.

Em nossas reuniões, o professor optou por ler e ouvir o que eu tinha a dizer sobre o andamento da pesquisa, seguindo-se a isso discussões sobre o conteúdo e o método e subsequentes conselhos para o andamento do resultado. Uma vez que a maior parte da bibliografia já havia sido apurada, houve algumas indicações complementares que constarão no corpo desse trabalho e na aba de bibliografias.

- **os objetivos alcançados, as dificuldades encontradas e estratégias usadas para superá-las;**

Devido às dificuldades com a transcrição dos materiais coletados, que no entanto por si só se mostraram um material rico e cheio de potencial; e devido às dificuldades de se estabelecer contatos e reuniões com possíveis novos depoentes, que em pouquíssimas ocasiões foram possíveis, foi decidido que a conclusão do presente trabalho se daria a partir das três entrevistas gravadas ao longo desse semestre, mantendo-se assim a proposta de alteração do projeto original de voltarmos não apenas para a ótica das mulheres que mantêm relações próximas com a fábrica de cimento de Perus, mas com alguns dos idosos que militam em prol da preservação do patrimônio tombado, e a partir deles compreender a relação estabelecida entre a fábrica e o Movimento pela Reapropriação.

A transcrição de entrevistas orais se mostrou um verdadeiro desafio. Não à toa, os autores que tratam do tema, como José Carlos Sebe Bom Meihy e Verena Alberti, trazem discussões válidas, mas nem sempre concordantes. À fim de concluir o trabalho a tempo com uma metodologia consolidada, optamos por seguir o modelo de Alberti, fazendo as transcrições

o mais fielmente possível às gravações, sem executar em seguida a textualização e a transcrição sugeridas por Meihy.

Ao final do trabalho, será discutida de forma aprofundada as conclusões às quais pudemos chegar. Para fins de resumo, podemos dizer aqui que, apesar de termos trabalhado com a premissa de um vínculo emocional-afetivo dos integrantes do movimento com a fábrica, intensificada pelo desejo de preservação da memória das lutas operárias que se deram no local, foi possível constatar que isso é apenas parte da relação estabelecida por eles.

Para além do vínculo afetivo, os entrevistados demonstraram ter noções bastante práticas da realidade do bairro de Perus, dos procedimentos a serem realizados para sua preservação, da integração desse projeto com outros que visam beneficiar a região e da interferência do atual momento político do país nas políticas de preservação do patrimônio e da história operária. Para eles, há uma série de empecilhos para a realização daquilo que eles chamam de um “sonho”, mas há tanto motivações afetivas, políticas e sociais que os instigam a seguir adiante.

**• as atividades acadêmico-culturais de que tenha participado, relacionadas com a pesquisa em andamento, como seminários, cursos etc. e os principais efeitos na sua formação;**

A fim de me familiarizar com práticas de pesquisa no campo da história oral, esse semestre participei do Curso de Formação em História Oral: memórias de expressão oral e produção de conhecimentos, oferecido pelo Núcleo de História Oral da USP e ministrado pela professora Marcela Boni Evangelista, doutora em História pela USP. Além de ampliar as possibilidades dentro do trabalho já executado e para a execução de outros, o curso possibilitou-me preencher lacunas metodológicas deixadas pela ausência de uma formação especializada em História Oral dentro da faculdade.

## **2ª Parte – relatório científico:**

**a) apresentação e discussão crítica dos resultados e conclusão da pesquisa, incluindo a revisão da literatura e a descrição dos procedimentos de coleta e/ou do método utilizado.**

### **• Metodologia: história oral, memória e patrimônio**

A história, se ciência dos homens no tempo, é também uma história de subjetividades. Quando a Escola dos Anais professou que não era possível obter uma história plenamente objetiva através dos documentos históricos porque eles mesmos em suas formulações estavam carregados de subjetividade, a nova história escolheu procurar nesses documentos, além de informações verídicas, entender as próprias subjetividades a partir das quais eles haviam nascido. Quem eram os autores e como suas mentalidades e contextos influenciaram em seus trabalhos eram algumas das perguntas que ajudavam a nortear esse novo modo de olhar para os documentos.

Para a escola de historiadores que acreditava na objetividade dos documentos, os relatos orais consistiam, na melhor das hipóteses, em aberrações travestidas de fontes. A subjetividade dos relatos orais foi reconhecida, e por isso mesmo eles foram descartados. Com a Nova História, no entanto, as fontes orais ganharam novos horizontes e um maior reconhecimento: se sua característica mais intrínseca é sua subjetividade, é nela que reside nosso objeto de análise principal. Escreve Portelli que:

“A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, podemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando materializada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PORTELLI, Alessandro. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,

Ao se recolher depoentes, entrevista-los, transcrever as entrevistas e analisa-las, o pesquisador tem como objetivo compreender como uma parcela da população (aquela que ele entrevistou ou que seus entrevistados representam, a depender do projeto) assistiram, participaram e compreenderam um determinado momento ou evento; apesar de parecer uma abordagem indireta, é uma forma diferente de se compreender a tal questão histórica, tomando como objeto não a mesma, mas aqueles que foram afetados por ela. O que pode ser muito mais importante do que dissecar o evento em si – não substituindo uma averiguação de fatos, mas complementando-a com o fator humano. Assim, quando optamos pelo recolhimento de depoimentos orais, estamos escolhendo também conhecer e aprender com a própria subjetividade humana.

A importância da subjetividade também pode ser constatada nos estudos de patrimônio histórico. Aquilo que deveria ou não ser considerado patrimônio a ser preservado variou ao longo das épocas e das regiões, mas hoje é possível dar esse status a quaisquer manifestações culturais que um grupo de pessoas considere digno dele, em especial manifestações populares, graças às tendências recentes do campo.

Desde que as noções de preservação de patrimônio existem de maneira formal há claramente um favoritismo para preservação de certos patrimônios em detrimento de outros. Como tantos outros, esse favoritismo é orientado pela classe dominante e pelas suas noções de o que merece ou não ser considerado ser patrimônio e, portanto, ser preservado, e como será preservado. Podemos enxergar isso por exemplo no clássico caso da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, cuja preservação se dá através da construção de um ambiente colonial artificial a fim de atrair o turismo.

A história do SPHAN serve para explicar a história do patrimônio e das noções de preservação de patrimônio no Brasil. Sobre isso, Sergio Miceli escreve:

“Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a “memória nacional”. E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao

---

[S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 15 out. 2018. Pg 16.



mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado.”<sup>2</sup>

Desde os tempos da Antiguidade as elites possuem necessidade de justificar seu poder através de uma história edificante. Se por muito tempo essa edificação foi feita com o uso de mitos de origem e heróis de grandes feitos, os estudos de patrimônio permitiram um novo viés, que forja o passado e a memória do passado com base naquilo que as mesmas elites consideram importante e, mais do que isso, benéfico para elas mesmas. Em especial quando se alia aos novos heróis mitológicos (como os bandeirantes e Tiradentes), o patrimônio constitui uma poderosa (e lucrativa) ferramenta de dominação do passado.

Esse é um dos principais motivos pelos quais o patrimônio precisou ser reinventado. Nas últimas décadas as noções de o que deve ser preservado, porque e como têm sido revisadas, o que significa a valorização de culturas além da cultura oficial, em geral marginalizadas, suplantadas ou apenas ignoradas; e de valores além dos pregados pela elite, de lugares e costumes que dificilmente seriam considerados dignos de serem preservados por ela. É o caso, por exemplo, de bens imateriais como a Capoeira, da Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi, da Feira de Caruaru, e de bens materiais como Caixa d'Água de Ceilândia e da Fábrica de Cimento de Perus. Esta é a única semelhança entre esses bens: não fazem parte da chama “cultura oficial”, mas são traços de culturas e valores marginalizados socialmente.

Assim, ao tentar compreender o patrimônio a partir da história oral, estamos diante de duas subjetividades que se complementam: aquela que edifica o patrimônio enquanto tal e aquela que os participantes da história do patrimônio decidem nos trazer sobre ele; esse processo pode nos ajudar a compreender melhor tanto essas pessoas quanto a compreensão que elas tem do tempo e da história que viveram. Nesse sentido, a Fábrica de Cimento Portland Perus, ponto de partida principal para a realização desta pesquisa, pode ser compreendida como herdeira da história do patrimônio por seu passado, tendo sido tombada devido a seu legado para o movimento operário e graças às evoluções das noções de patrimônio; e por seu presente, sendo ainda hoje palco de lutas pela preservação daquilo que as pessoas em seus entornos elegeram como patrimônio a ser preservado.

---

<sup>2</sup> MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22/1987.

## • História de Perus e as transformações do bairro

A Fábrica de Cimento Portland Perus é um dos marcos históricos do bairro de Perus, provavelmente o mais lembrado deles e simultaneamente o mais deixado de lado. Mesmo tombado, o prédio está atualmente abandonado à própria sorte, e apenas os movimentos sociais de moradores do bairro atualmente se preocupam em tentar dar-lhe um destino.

A importância atribuída à fábrica pelos moradores se dá principalmente pela memória da “greve dos queixadas”, uma paralização dos operários da fábrica que durou sete anos, acabando com a vitória dos grevistas. Esse evento foi recentemente tomado como parte do legado dos moradores do bairro, de modo que desses partiu a iniciativa de preservação das instalações e equipamentos. No entanto, a participação da fábrica na história de Perus é ainda mais ampla, visto que foi sua construção que levou a ocupação ampla da região que hoje constitui o bairro.

Sem dúvida a fábrica foi responsável pela maior onda de mudanças na paisagem da região de Perus. No entanto, a história do bairro vai mais longe, e assim outros períodos de mudanças significativas existiram e merecem uma menção.

## • Sobre o Bairro de Perus

Segundo o site da prefeitura de São Paulo:

“O bairro de Perus está localizado na zona noroeste da cidade de São Paulo por onde passam duas importantes rodovias: a Bandeirantes e a Anhanguera, e faz parte do antigo caminho para a região de Campinas e Jundiaí. Faz divisa com os municípios de Caieiras, Cajamar, Osasco, e recentemente com a ligação do Rodoanel Mário Covas, pelo trecho Oeste, a rodovia ativou uma divisa com o município de Barueri, esta que era existente, porém sem acesso viário. Perus também possui o maior parque municipal de São Paulo, o Parque Anhanguera.”<sup>3</sup>

A região é caracterizada por um relevo acidentado, sendo composta em sua maior parte por morros onde foram instalados prédios em sua maioria residenciais e habitados por famílias de baixa renda, frutos de ocupações, e por isso uma parcela considerável foi construída sem planejamento técnico. O bairro, considerado bairro-dormitório, é de certa forma isolado pelas

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/perus/historico/index.php?p=38218>

rodovias que o cercam, além de pedaços de floresta tropical como o Parque Anhanguera e o Aterro Sanitário Bandeirantes.

Os marcos históricos de Perus se encontram na região da estação de trem, parte de ocupação mais antiga do bairro, que assim como o resto carece de cuidados. Não só a Fábrica de Cimento tombada está abandonada como os investimentos em infraestrutura no bairro parecem, na maior parte do tempo, estagnados. Como na maior parte de São Paulo e mesmo no Brasil, Perus carece de hospitais, sendo para os moradores os bairros vizinhos as referências, as escolas recebem poucas verbas e o transporte público, especialmente os trens da CPTM, poucas vezes receberam modernizações que beneficiaram a população.

Em resumo, o bairro, cujos moradores tiveram importante participação na história da construção civil do país e das lutas operárias, hoje é uma sombra do que já foi, mas conta com uma parcela de moradores que se esforçam para que sua história não se perca.

Há pelo menos duas histórias para explicar o peculiar nome do bairro de Perus. A primeira datada do período colonial, quando os imigrantes portugueses adentraram no território e se depararam com o morro do Pico do Jaraguá. Segundo relatos, naquela região haveria minas de ouro; segundo as histórias, seriam elas tão grandes quanto as minas das regiões do Peru, e assim a área recebeu o apelido de “Pequeno Peru”, e então “Perus”.

Parte da falta de credibilidade dessa versão vem do fato de ser forjada. De fato, houve minas na região, mas a importância delas para o enriquecimento da metrópole foi irrisório, e suas dimensões em nada se assemelhavam às das minas do Peru, de forma que em pouco tempo estava completamente esgotada.

O que nos leva à segunda história para o nome do bairro, fazendo agora um salto temporal pouco preciso. Ainda durante o período colonial, provavelmente por volta dos séculos XVII ou XVIII, foram instaladas na região duas fazendas, conhecidas como Fazenda dos Pires e Fazenda Ajuá, e Ajuá era o nome pela qual a região era conhecida. As duas fazendas serviam como ponto de paradas de tropas. Segundo contam os moradores, nesse tempo teria existido uma Dona Maria

que servia refeição de qualidade para os tropeiros que passavam na região, tornando-se famosa entre eles. Por criar perus ela passou a ser chamada de Maria dos Perus.

Servia de referência na região "Vou lá onde tem a D. Maria dos perus"... "vou onde tem perus"... "vou na fazenda dos perus".. "vou lá em perus"<sup>4</sup>.

Essa segunda história, a fábula de uma senhora criadora de perus, é a mais conhecida e difundida no bairro, talvez pela maior proximidade de seus elementos – margeando uma das saídas do bairro encontra-se uma fazenda abandonada, enquanto das tais minas de ouro mal se ouve falar.

### **A Modernização, a Fábrica de Cimento e a Greve**

Nos arredores da Fazenda Ajuá, com o auxílio dos empresários britânicos do ramo ferroviário James Brunlees e Daniel Makinson Fox, foi criada a estrada de ferro São Paulo Railway, construída entre os anos de 1860 e 1867 com o objetivo de transportar o café produzido no interior paulista para o porto de Santos.

Foi nesse momento que começaram a surgir o que Langenbuch definiu como povoados-estação. A instalação das primeiras famílias nas bordas da estrada de ferro e da estação constituiu a primeira leva de moradores do bairro. No entanto, as condições de vida eram bastante precárias nesse momento; não havia eletricidade ou água encanada para os moradores, e por isso mesmo os terrenos eram baratos, o que involuntariamente (ou não) facilitava a instalação de pessoas mais pobres.

Segundo Moreira e Gould,

é uma pequena estrada de ferro, a Perus-Pirapora (EFPP), inaugurada em 1914, que tira o bairro de seu ostracismo e desperta o interesse de estrangeiros pelo espaço. Os trilhos nunca chegaram a Pirapora, mas o percurso era o suficiente para levar pedra de calcário de Cajamar até Perus.

Em 1926 a Indústria Drysdale e Pease, uma canadense do ramo cimenteiro, inaugurou a Companhia de Cimento Portland Perus, cujas instalações ficaram famosas como Fábrica de Cimento de Perus. Ainda segundo Moreira e Gould:

Se antes os moradores se restringiam a uns poucos donos de terras, agora, o bairro começava a criar, de fato, uma população. Gente de todo lugar começou a chegar em Perus.

---

<sup>4</sup> Op. Cit.

Portugueses, espanhóis, italianos, e também mineiros, nordestinos e pessoas de outros tantos interiores. Foi nessa mistura à brasileira que se traçou o perfil da população peruense.

De fato, o bairro periférico foi um polo atrativo para imigrantes nessa primeira fase da fábrica. Porém, assim como as condições de vida desses imigrantes variavam, suas funções na fábrica também foram desiguais; de forma geral, migrantes, nativos brasileiros, se encarregaram do trabalho braçal e pesado na fábrica e no transporte da matéria prima, enquanto imigrantes, quase sempre vindos da Europa ou América do Norte, realizavam o trabalho de gestão da fábrica e especializado.

Nesse momento surgirão as primeiras vilas operárias do bairro, algumas dentro do terreno da fábrica (Vila Triângulo, Vila Portland) e outras fora (Vila Operária, Vila Inácio, Vila Hungaresa). A maioria delas ainda existem, algumas reformadas e adaptadas aos dias atuais, como Vila Inácio, outras abandonadas junto à fábrica, como a Vila Triângulo.

A partir de 1950 duas mudanças significativas acontecem. Perus adquire seu caráter de bairro dormitório, uma vez que a mão de obra excedente começa a procurar emprego em outras partes da capital. Ademais, esse é o momento em que José João Abdalla, o “mão patrão”, agrega a fábrica, a ferrovia, as pedreiras e extensos lotes de terras à seu império industrial, bancário e agropecuário.

Entre 1962 e 1969, os funcionários da empresa fizeram a greve mais longa de que se tem história no país. A organização sindical, que ficou conhecida como Queixadas, baseada no princípio da firmeza-permante (baseada no pacifismo de Ghandi), por motivos salariais e de melhor qualidade de vida, e acabou com a vitória dos funcionários grevistas. Tema de vários estudos historiográficos modernos, entre os quais podemos destacar “Mulheres em luta: Uma outra história do Movimento ‘Queixadas’ de Perus”, de Maria Madalena Ferreira Alves, um estudo focado nas mulheres das famílias dos trabalhadores grevistas.

Devido às dívidas acumuladas pelo Grupo Abdalla e às denúncias junto a Justiça do Trabalho, a fábrica ficou sob gestão da União entre 1973 e 1980. Quando retornou ao “mão patrão”, o ritmo da produção diminuiu, até finalmente fechar em 1987, ano em que a Estrada de Ferro Perus-Pirapora foi tombada, sob protesto do proprietário. A fábrica em si foi tombada apenas em 1992 pelo CONPRESP<sup>5</sup>, e desde então encontra-se abandonada. No entanto, nas

---

<sup>5</sup> Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo.

últimas décadas tem-se assistido a ascensão de movimentos de moradores do bairro em busca de atenção do poder público pra a propriedade, a fim de torná-la um centro cultural e de memória operária.

### • A Importância da Fábrica

De um ponto de vista político a Fábrica de Perus é um caso peculiar. Apesar de a história de sua criação passar por um momento considerável edificante (tendo sido uma pioneira na fabricação de cimento no Brasil), seu tombamento e importância para o bairro se devem a outra razão: a luta operária. Como já foi mencionado, a fábrica foi palco da mais longa greve de que se tem registro no Brasil, que durou de 1962 a 1969, levada a cabo por operários e tendo sofrido constantes tentativas de sufocamento por parte do dono da empresa e da polícia, lembrando que a maior parte da greve se deu durante o período ditatorial.

Apesar das circunstâncias nas quais a fábrica se encontra – que sem dúvida não são por um simples descuido, tendo em vista o valor que ela possui para a história do movimento operário e o fato de ainda pertencer à família Abdalla – não são demonstrativo do valor que ela representa para o bairro de Perus. O Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus é exemplo disso: um movimento formado majoritariamente por moradores do bairro comprometidos com conscientização do passado do lugar e tentativas de preservação e novos usos do lugar. As organizações e movimentos sociais do bairro que, hoje, integram ao movimento são a ONG Agendes, Associação dos Aposentados de Perus, Associação dos Queixadas (antigo sindicato da fábrica), Coletivo Universidade Colaborativa, Curso Pré-Vestibular do Sindicato de Cimento de Perus, Sindicato de Cimento de Perus, Comunidade Cultural Quilombaque, Sociedade Amigos do Bairro de Perus (SADIP), e as comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>6</sup> – todos movimentos populares do bairro de Perus.

### • As entrevistas

A História Oral é um campo relativamente recente. Escolhemos como método o recolhimento e a análise de entrevistas orais por considerarmos o mais rico em subjetividades.

---

<sup>6</sup> Extraído do site do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus. Disponível em: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/sobre-o-movimento/quem-somos/>

Fontes orais podem ser (e são) usadas muitas vezes como fontes complementares dentro de um conjunto maior de documentos a serem analisados, possuindo um papel secundário. No entanto, entendemos aqui que as entrevistas como fontes principais, independentes de outros documentos, são mais do que o suficiente para o nosso objetivo, que é compreender como um grupo de pessoas, que militam pela preservação da fábrica de cimento de Perus, se relacionam com esse patrimônio.

As entrevistas foram realizadas em 2019 com três funcionários voluntários da Associação dos Aposentados de Perus, dois deles militantes do Movimento pela Reapropriação e um “militante honorário” e ex-funcionário da Fábrica de Cimento. Uma vez que não havia certeza se seriam encontrados depoentes para a realização desse trabalho uma vez que a primeira proposta foi inviabilizada, os critérios para a seleção dos mesmos foram readaptados para a situação, de forma que ao final era exigido apenas que o depoente possuísse vínculos com o bairro de Perus, com a fábrica de cimento e ligação com o Movimento.

Seguindo as diretrizes expostas na obra de Thompson e Meihy, o modelo adotado foi de entrevistas de história oral de vida, mesclado com história oral temática, com perguntas abertas – ou seja, elaboradas de forma a tentar não direcionar o entrevistado/ colaborador a uma resposta ou outra. O modelo de entrevista o mais livre possível é o mais recomendado quando se trata de um material que terá por objetivo compreender as relações subjetivas e visões de mundo do colaborador, uma vez que fica a cargo dele o que será ou não exposto com mais profundidade. Escreve Thampson:

*“O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro ‘subjetivo’ de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado”<sup>7</sup>*

Por um lado, compreendemos aqui que não é possível realizar uma entrevista “completamente livre”. A própria existência da entrevista já pressupõe a interferência do entrevistador/pesquisador no material a ser produzido, de forma que o mesmo estará, de uma forma ou de outra, submetido a sua subjetividade.

---

<sup>7</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Pg 258.

*“Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista.”<sup>8</sup>*

Por outro lado, assim como o papel do historiador é, ao mesmo tempo em que estuda a subjetividade, buscar realizar sua análise de forma imparcial (uma vez que se imprimimos nossa subjetividade nos produtos de outro tempo corremos o risco de cair em anacronismos), entendemos o papel do entrevistador como um intermediário entre o colaborador e o ambiente acadêmico, buscando não simplesmente “dar voz” a um grupo, como costumeiramente é colocado, mas ampliar essa voz, levando-a para outros ambientes. É por isso que há controvérsias no uso do termo “entrevistado” ao invés de “colaborador”: “o entrevistado” é apenas uma fonte, enquanto “o colaborador” adquire uma equidade com o pesquisador. É o colaborador que permite a existência da pesquisa, e não o contrário.

Ademais, foram também utilizadas fotografias de Perus e da Fábrica de Cimento, pertencentes ao Acervo Nelson Camargo e disponibilizadas no site do Movimento, com a intenção de estimular a memória dos depoentes e enriquecer os depoimentos a partir de comentários ao final das questões. Essa estratégia partiu de outra recomendação de Thompson que não vimos sendo muito explorada em outros trabalhos desse gênero: o uso de “auxílios para a memória”<sup>9</sup>, ou seja, objetos que pudessem estimular as lembranças e/ou sentimentos ligados a elas para os colaboradores.

Não foi possível averiguar se esse modelo de apresentação das fotografias é o mais efetivo entre as várias possibilidades, como mostrar as fotos antes ou ao longo das perguntas, e testes com esse intuito são recomendados. No entanto, consideramos esse método de trabalho tão válido quanto os outros possíveis. O intuito das fotografias era estimular a memória dos depoentes, e esse objetivo foi, ainda que talvez parcialmente, alcançado.

#### • A análise

Os três depoentes não só preencheram esses requisitos como puderam proporcionar visões distintas mesmo dentro desse perfil, uma vez que se diferiam em outros critérios, carregando uma diversidade de identidades que agregaram diversidade aos relatos: M enquanto ex-funcionário público, Sebastião enquanto ex-funcionário da fábrica, e R enquanto mulher. Os

---

<sup>8</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Pg 10.

<sup>9</sup> Op. Cit., pg 265.



três foram criados em Perus desde nascidos, mas apesar de se manterem ativos na militância, apenas Sebastião ainda mora no bairro. Por possuírem um perfil semelhante, começaremos com M e R.

M. S. B. nasceu em 1957 no bairro de Perus, onde morou por 13 anos. Entre os parentes, estão o avô materno, que trabalhava na fábrica de cimento. Os primeiros anos escolares precisaram ser realizados em uma escola da cidade vizinha Franco da Rocha, devido à ausência de vagas no bairro. Fez engenharia química na faculdade Osvaldo Cruz e participou da fundação do PT, do qual se desvinculou em 2004, já casado. Aposentado, foi administrador regional (prefeito regional) de Perus por 1 ano e 4 meses, durante o governo de Marta Suplicy, trabalhando em seguida como chefe de gabinete do vereador Antônio Vespoli, do PSOL, e hoje é voluntário na Associação de Aposentados de Perus, que funciona no mesmo prédio do Sindicato dos Trabalhadores do Cal e Cimento de Perus, prédio tombado.

R. C. S. B. nasceu em São Paulo, segundo ela mesma num hospital na Brigadeiro, em 1968, e morou em Perus até 2007 junto com M. Estudou no próprio bairro e foi professora e diretora do colégio Cândido Portinari. Muito próxima desde pequena das Comunidades Eclesiais de Base que atuavam em Perus, já atuava em militâncias sociais e políticas, tendo participado da passeata “O Pó de Cimento Esmaga a Vida”, realizada em 1972 com o apoio da igreja católica. Os avôs trabalharam na fábrica de cimento e foram “Queixadas”, participantes da greve. Participou da fundação do TP, do qual se desvinculou em 2000, e aposentou-se em 2008. Trabalha como segunda secretária na Associação de Aposentados desde 2018.

Como já foi mencionado, M e R possuem trajetórias semelhantes. Tendo desde muito novos encarado a falta de infraestrutura do bairro de Perus, encontraram modos de não só superar essa adversidade, como procurar extirpá-la – ela com o auxílio da Igreja desde nova, ele com a prefeitura e a militância quando já mais velho. A “escolha” do bairro pelo qual militam veio de forma natural, e uma vez que ambos cresceram ali, talvez seja o que fazia sentido.

Os dois possuem trajetórias bastante distintas no que diz respeito a militância. Enquanto M relata ter tomado parte em causas sociais apenas no período da faculdade, R já se diz participante de movimentos desde pequena. No entanto, enquanto M já começou com movimentos políticos, R estava ligada a movimentos de origem eclesial.

*M: Quando eu sai do bairro minha visão se ampliou para o mundo, e o cursinho, naquela época era ditadura militar, eu acabei me envolvendo em questões políticas já no primeiro ano da faculdade[...] e comecei a participar do movimento estudantil, lá em 1979, que era um movimento forte, final de ditadura; e depois em 1980 quando foi fundado o PT eu acabei conhecendo a R e aí nós fundamos o PT aqui em Perus e militamos por muitos anos. (E1, pgs 3 e 4).*

*R: A minha relação com Perus, entendendo Perus como uma comunidade, ela começa na infância porque a minha mãe e o meu pai sempre foram vinculados às comunidades eclesiais de base. [...] Eles trazem muito essa questão da teologia da libertação, e entendem que a comunidade era carente [...]. Aí minha vida toda começa nesse viés que é da militância mesmo social e política, porque desde pequenininha, várias coisas que eu fiz envolvidas aí com essas questões, claro, sempre com a religião no meio, eu lembro-me da passeata 'O Pó de Cimento Esmaga Vidas', que era a primeira sensação de estar na rua lutando por alguma coisa [...]" (E2, pgs 3 e 4).*

Para ambos, parece ter sido importante a trajetória de militâncias que os trouxe até onde estão hoje. R parece dar grande valor ao início dessa trajetória, que para ela teria sido responsável por moldar seu caráter: da teologia da libertação para as teorias de educação de Paulo Freire, e da educação para a cidadania. Apesar do mesmo epílogo, M não menciona referências semelhantes no período da infância.

Chama a atenção em ambos os colaboradores que eles eram crianças quando a fábrica funcionava e possuíam parentes mais velhos, no caso avôs, que trabalharam na fábrica de cimento. Ainda que M tenha descrito uma situação aparentemente recorrente entre ele e o avô, o ato de levar a marmita para ele, as lembranças mais nostálgicas parecem ser a de ir ao terreno da fábrica para brincar com outras crianças, do que propriamente para uma confraternização. Quando perguntado isso, se ele via as idas à fábrica como um momento de família, respondeu: “[...] era mais essa coisa de criança que ia, que a gente ia brincar, que a gente ia lá, que era um espaço enorme, que tinha o rio lá que a gente podia nadar, era essa a relação.” (Entrevista 1, pg 3)

Algo semelhante foi observado na entrevista com R. Nesse relato, não há menções a ela frequentando a fábrica com a família, mas há trecho no qual ela relata que brincava com pinhas que havia ali, como se fossem seu lego, e que as ver a fez se sentir nostálgica: “É um lego. O meu lego era aquele negócio. Aí eu montava aquele negocinho, que era um... outro dia eu tava caminhando no interior aí eu vi e eu cato, me trouxe a memória afetiva do, né.” (Entrevista 2, pg 11).

Essas observações são interessantes porque, quando pensamos na construção da memória dessas pessoas, e mesmo quando olhamos para outros livros sobre o tema, insiste-se

na relação familiar que existe entre os militantes de hoje e os funcionários de ontem, no sentimento de herança. Não é de se estranhar. Ao se estudar a história dos Queixadas e da fábrica de cimento há poucos documentos escritos, sendo relatos orais os mais recorrentes, e os colaboradores mais visados são Queixadas ou herdeiros diretos de Queixadas, como vemos por exemplo em Moreira e Gould.

Não queremos dizer que, nos casos das pessoas que deram seus depoimentos para esses outros livros, isso não era verdade; a relação familiar existiu e é importante. Mas é necessário dar a devida atenção à essas pessoas não só como herdeiros, mas como indivíduos, que mesmo tendo compartilhado aquele espaço com seus parentes construíram memórias lá independentes deles, originais e subjetivas, e por si só importantes para sua formação como pessoas, percepção de mundo e afetividade com o espaço. Não nos cabe aqui procurar evidências disso nos depoimentos orais recolhidos por outros, mas podemos procurar naqueles que recolhemos. M, mais tarde, fala sobre como o riacho no qual ele nadava, hoje poluído, poderia ser limpo para que a população usufrísse dele. R, que lembra do seu brinquedo conseguido de forma nos entornos, demonstra grande preocupação com as possibilidades de espaços de lazer dentro da Fábrica ao longo da entrevista.

*M: A gente tem sonhos, né. Imagina essa água limpa e se você pudesse ter um pequeno balneário ali, um parque, uma piscina... sabe, um pequeno parque aquático junto, próximo da fábrica...*

*R: Lá, pra fábrica, espaços culturais, museológicos [...]. Que mais que poderia ter ali... ah, lazer! Porque as crianças, elas já usam conforme, já usam pra fazer até atividades, bicicleta, caminhada, eles ficam pulando de muro em muro..."*

Toda essa relação pessoal e de infância, portanto, não invalida a luta pela preservação da memória, mas a complementa. A relação pessoal com o espaço aliada à memória social ajuda a trazer novas perspectivas para usos daquele espaço além do museológico, que é por eles defendido muito antes. Mesmo não sendo apenas uma relação familiar e talvez graças a isso, o que as memórias pessoais relacionadas à fábrica trazem é o sentimento de pertencer ao lugar, o desejo de apropriação de algo que deveria ser público e o desejo de tornar aquele espaço de importância afetiva um local do qual outras pessoas possam usufruir e que supra algumas das deficiências da região, como educação, cultura e lazer.

*"R: [...] Mas assim, minha relação com a fábrica é essa relação de amor. De amor por, pensa assim, a fábrica tinha uma função para o bairro, que era a função do desenvolvimento, literalmente, né, então gerava trabalho, gerava renda para quem morava aqui; as relações de cultura com o bairro também... e depois a relação com*

*a fábrica foi nesse sonho, de transformar a fábrica num centro de cultura e memória e história do trabalhador. E lazer, né, também” (E2, pg 9)*

Ou seja, apesar de a relação ter começado com esse afeto e nostalgia, desenvolveu-se como uma relação de cidadania e pensamento em prol do coletivo. Isso é comprovado pela percepção precoce que ambos tiveram dos problemas que existem na região, por exemplo, o sonho de trazer educação através da fábrica sendo reflexo da falta de escolas que experimentaram e assistiram desde cedo.

*“[...]e geralmente o Susana de Campos não tinha vaga; a gente não tinha escola – o bairro vai crescendo e você não tinha. [...] no tempo que eu era criança, às vezes o diretor, ele escondia as vagas e dava só pra quem ele queria.” (E2, pg 4)*

*“[...] até os 18 anos eu estudei aqui em Perus, sempre em escola pública; eu fui aluno da primeira turma do Gavião, porque não tinha vaga aqui em Perus, e eu acabei indo estudar com dez anos e meio em Franco da Rocha.” (E1, pg 3)*

A evolução do relacionamento desses militantes com a fábrica pode ser metaforizada como um amadurecimento; Quando crianças, ela era uma parte intrínseca de seu universo, motivo pelo qual criou-se o afeto. Quando adultos, tornou-se uma demanda necessária para o bem-estar deles e da comunidade, tanto no sentido de fazer as pazes com a história<sup>10</sup> da fábrica e dos trabalhadores quanto de desenvolvimento urbano. Mas assim como a infância é um momento chave para a formação de uma parte significativa da visão de mundo de um indivíduo e as vivências dessa fase acompanham uma pessoa por toda a vida, a afetividade que se constrói com base nas memórias de infância não é substituída pelas noções de praticidade, mas constitui seu cerne e primeiro embasamento, sendo a chave da sua subjetividade. Um patrimônio só é patrimônio (e isso desde as origens romanas do termo) porque alguém se importa com ele; uma importância que pode se dar por noções de valor mercadológico, mas é definida principalmente pelo valor afetivo.

Mas uma imagem que persistiu no Movimento herdada dos Queixadas, de forma voluntária ou não, foi a figura de um “Outro”, de fora, que encarna a oposição ao movimento. Assim como os Queixadas tinham como inimigo J.J. Abdalla, o “mau patrão” que se opunha aos trabalhadores, hoje há seu herdeiro, um sobrinho ao qual os entrevistados se referem apenas como Abdalla, defensor do interesse privado em oposição ao interesse público na fábrica. Há

---

<sup>10</sup> Um elemento de sabedoria popular captado em outras conversas com os colaboradores em questão foi a ideia de que, para seguir em frente, é necessário fazer as pazes com o passado. Alguns filósofos brasileiros, como Vladimir Safatle, acreditam que o país não fez as pazes com os traumas de seu passado, como a ditadura de 64 e a escravidão, que costumam ter seus efeitos perversos na sociedade negados. Eventos “menores” cuja resolução foi controversa e hoje são menos discutidos e/ou reconhecidos do que deveriam, como a dita greve dos queixadas, podem se enquadrar nessa categoria.

anos os militantes de Perus tentam fazer com que a fábrica seja reapropriada pelo poder público e transformada em um local de memória que seja preservado e respeitado. Em oposição a este projeto está o proprietário, que se recusa a dispensar a propriedade sem um ganho substancial em troca.

Isso pode ser observado nas conversações recentes que os colaboradores relataram. Segundo eles, o Movimento se manteve em contato com Abdalla para tentar negociar a cessão da fábrica. De alguns meses para cá, a contraoferta dele foi tentar conciliar ambos os projetos, público e privado, na forma de um espaço museológico em coexistência com um espaço mercadológico, nomeadamente um shopping ou semelhante.

*“M: E inclusive a gente abriu uma negociação com ele depois de 30 anos, nós que eu digo parte da comunidade através do Movimento pela Reapropriação da Fábrica, onde tem vários coletivos culturais, de educação, de meio ambiente, e nós tivemos uma conversa já há uns três meses, no sentido de ter um projeto de ocupação pro espaço da fábrica; ele quer um shopping, nós queremos um espaço cultural, então nós vamos tentar algo mais cultural e ele vai tentar algo mais shopping, já que ele é o dono da área, ele quer ganhar dinheiro, é legítimo isso...” (E1, pg 5 e)*

*R: [...] é um momento novo, muito novo e curioso por conta dessa conversa e a aproximação com o proprietário, nunca houve... então, sinalizar uma conversa é importante. [...] A perspectiva que a gente imagina assim hoje falando, é que ele vai criar realmente um centro de cultura, num sei que conteúdo, que conceito de cultura que eles tenham, como vai ser, como eles vão manter e como eles vão conversar com as diferentes histórias ali, as versões, tanto dos trabalhadores, do patrão, não sei como é que é. [...] Eu não to dizendo que isso é errado ou é certo, não. Quero saber como é que isso conversa com as minhas necessidades de comunidade” (E2, pg 13 e 14)*

O desfecho da história dos Queixadas foi algo como uma meio vitória insatisfatória. Isso porque, apesar de terem ganho na justiça os salários dos anos de greve, isso não foi conquistado para todos os funcionários, e muitos jamais receberam o que lhes era devido. Para o novo grupo, a possibilidade de uma meio vitória é muito concreta, e melhor do que vitória nenhuma. Eles estão dispostos a colaborar com o projeto do “museu shopping” e barganhar para conseguirem o máximo de museu possível. Aparentemente há uma noção de que, se não forem por esse caminho, a derrota é certa. Esse ponto de vista é embasado na forma como eles enxergam o momento atual da política brasileira, e mesmo da situação econômica:

*“R: [...] pensa comigo, Giovanna, num cenário que tá aí, Bolsonaro. Pensa se vai ter, pra mim vão ser quatro anos sem saber muito bem o que vai acontecer. De repente ele faz uma escola militar aí e pow!” E vai saber se o proprietário já não tá conversando com os camaradas lá em cima? Tudo pode acontecer; mão de Dória, né? Mão de Bruno Covas, mão de Bolso(naro), você tá na mão de quem é de direita. E de repente nós tamo aqui conversando, falando isso pra você, eles já tão com um projeto pilhado lá que vai dar dinheiro pra eles. Transforma essa bagaça aí numa área militar, tendeu?” (E2, pg 14)*

*“M: Agora, também depende, a transformação da fábrica, mesmo num shopping cultura, da economia do Brasil, porque hoje a gente sabe que estamos vivendo uma situação econômica muito séria, grave, e nenhum investidor vai querer por dinheiro num local que não tenha certeza de retorno, Então hoje a gente até, na época fazia algumas perguntas: como é que o proprietário quer fazer um shopping num local onde a base da população é classe média baixa, pobre, quem é que vai consumir nesse shopping? E também ela está situada num lugar onde o acesso hoje é bem difícil, e aí tem algumas proposta que estão se trazendo pro bairro que poderiam potencializar agora sim uma transformação num shopping cultural.” (E1, pgs 10 e 11)*

Entre essas pessoas paira o medo e a incerteza. Após tantos anos buscando uma forma de garantir a preservação da memória da luta dos Queixadas, há agora, mais do que nunca (ao menos para eles) a possibilidade de que o sonho do centro de cultura seja completamente extirpado. Não haveria para eles mais garantias de que o lugar será preservado, mesmo que haja leis para impedir o “destombamento” do terreno – nesse momento político, mesmo a estabilidade das leis parece incerta frente a um poder de direita (mas classificado como extrema-direita) que está muito mais preocupado com o interessa privado do que com o interesse público.

A fábrica de cimento não é o único interesse das pessoas envolvidas com o movimento. O Movimento pela Reapropriação, segundo M e R é um dentro de um conjunto maior de mobilizações populares com objetivos variados, entre os quais estão territórios de interesse da cultura e da paisagem, ou seja, locais que são compreendidos como importantes do ponto de vista cultural, social, histórico, patrimonial, ambiental e urbanístico.

Então, por que a fábrica? Porque ela, entre todos os possíveis símbolos, possui um movimento que leva seu nome e possui um número significativo de trabalhos e livros ocupando-se dela? A resposta pode ser obtida através das entrevistas e das análises feitas até aqui. A importância afetiva que as instalações e as memórias criadas relacionadas ao local, aliadas a memórias relacionadas as consequências da greve dentro das famílias, foram o mote para a

criação de um consciências individuais da necessidade de se preservar o terreno. Uma vez que se percebe a importância histórica do lugar, a importância afetiva torna-se uma força motriz na luta para que esse desejo de preservação seja concretizado. A fábrica de cimento de Perus é, em outras palavras, a chave para a compreensão da existência dessa militância, pois foi a partir do reconhecimento dela como patrimônio que essas pessoas puderam apropriar-se do conceito e amplamente aplicá-lo em outros lugares e pontos de interesse.

O terceiro entrevistado, apesar concordar com os dois primeiros em vários aspectos, por apresentar uma perspectiva diferente, pode nos fornecer mais informações a esse respeito.

S. S. S. nasceu em 1933 em Perus. Filho de um operário da fábrica, assim como os irmãos foi funcionário ao lado do pai. Ingressou no corpo de funcionários aproximadamente aos 25, quando já era casado e com dois filhos, e tinha apenas 7 meses de casa quando a greve foi iniciada. Diferente dos outros entrevistados, ele não falou por opção de sua formação escolar ou sua trajetória para além da relação com a fábrica, mas sabemos pelos outros que ele trabalha na Associação de Aposentados de Perus desde a década de 1990.

Segundo S, ser empregado na fábrica era considerada uma honraria na época, um privilégio, algo cobiçado e por si só uma conquista. No entanto, durante a narrativa, fica evidente que o mais marcante no que diz respeito à fábrica foi o sofrimento infligido aos envolvidos. Com salários atrasados, a greve seria para eles uma forma de conseguir justiça que se tornou uma luta prolongada demais para alguns. Já não bastasse os órgãos oficiais contra eles, a falta do salário mudou radicalmente a rotina da família.

*“S: Mas foi... foram sete anos difíceis. Que além de tudo a gente nunca... tinha até polícia contra a gente, né. Governo, polícia, o dono da fábrica... era tudo contra. Foi um sofrimento, a mulher teve que trabalhar pra ajudar, né. Foi, foi um... pelo menos a gente aprendeu como é que se passa os tempos difíceis, né.” (E3, pg 1)*

É possível concluir daqui que não só ele, o marido, que tinha o papel de trazer o sustento para casa, como o fato de a esposa precisar trabalhar para “ajudar” nessa tarefa foi por si só uma penúria na época. Uma lembrança que poderia permanecer baseada na palavra “honra” baseou-se em “sofrimento”.

A existência de uma imagem positiva da fábrica fica evidente em vários momentos. Quando se refere a como foi empregado, S menciona que os responsáveis pela contratação não

tinham preconceito contra trabalhadores que não soubessem ler, contratando-os independente disso:

*“S: Quando eu entrei na fábrica, em (19)62, tinha que ser por intermédio do sindicato, né. Então, nesse sentido. Mas antes, o próprio cidadão chegava lá, é trabalhador, arranjava emprego, né. Acho que eles olhavam a mão do camarada (risos). Mão calejada, podia contratar. [...] Era bom trabalhar, né. E... e a maioria analfabeto, eles pegavam mesmo. Meu pai era analfabeto, e um dos meus irmãos era semianalfabeto. Quer dizer... não existia, assim, preconceito de que se num... e a... era um grupo canadense, né...” (E3, pg 2)*

Num primeiro momento, nem parece passar pela cabeça do colaborador que era conveniente para os patrões que seus funcionários não soubessem decifrar e interpretar contratos ou conhecessem seus direitos trabalhistas. Se a mudança brusca de assunto significou uma guinada de pensamento nesse sentido, é provável, mas não sabemos.

O que parece mais evidente em vários momentos do relato é a imagem do proprietário que se estabeleceu na memória de S. Assim como para M e R, Abdalla aparece como o “outro”, inimigo. No entanto, enquanto M e R tem essa relação mais visível no Abdalla de hoje, S parece ter muito mais em mente o de seu tempo – que para fins de evitar a confusão, vamos nos referir como J.J. Abdalla.

Assim como a lembrança de trabalhar na fábrica transformou-se, o mesmo aconteceu com a imagem do patrão. Quando J.J. Abdalla compra a fábrica de cimento, uma das primeiras atitudes da nova gerencia foi organiza uma festa para os funcionários, com a óbvia intenção de auto promover-se.

*“S: Ele, a começar, na inauguração, na chegada dele na fábrica, ele ofereceu um churrasco aqui. Então ele tinha outras fábricas em Carioba, Piraju... ele trouxe gente de lá, trabalhadores de lá, pra vir prestigiar a festa dele. Mas foi interessante que naquela, naquele rebuliço de festa era todo mundo “ah, o homem é bom, é bom”. Passou um funcionário de lá, um camarada lá do interior, falou assim “você vão chorar ainda quando vocês...(estalar de dedos) na mão desse homem. Porque ele não presta”. Sabe. E a gente foi tocando o bonde, e foi chegando e... e chegou a conclusão de que não tinha... ele era o tipo de patrão que só pagava na marra mesmo, né.” (E3, pg 3)*

Pela ótica de S, a intenção de Abdalla era obviamente criar uma boa impressão. A lembrança desse aviso dado por outros trabalhadores não nomeados seria o aviso do que estaria por vir, indicando que para S é possível que a gerência do novo patrão já prometia ser um desafio para eles. Essa festa é a única boa ação direcionada aos trabalhadores que é mencionada, mas há outras voltadas para um outro público: os “figurões”. Quando as fotos são mostradas,



duas despertam comentários nesse sentido. A primeira mostra cinco mulheres bem vestidas em cima de uma ponte no rio que passa perto da praça no centro do bairro<sup>11</sup>:

*“S: [...] Ó as damas de Perus aí (risos). Essa gente é que fala que o (J.J.) Abdalla é bom. (E3, pg 9)*

A segunda mostrava um trem com uma suástica rodeado por homens de chapéu e paletó<sup>12</sup>:

*“S: Acho interessante que quando Perus não tinha luz elétrica, então a comissão, os, a sociedade de Perus, Sociedade Amigos que a sede é ali na frente...eram só os graúdos de Perus que eram donos da Sociedade Amigos, né. Então eles foram lá lambear o pé do Abdalla, e o Abdalla, é, que acompanhava o pessoal na – naquele tempo não era Eletropaulo, era Light, a firma que cuidava da...*

*G: da energia elétrica?*

*S: da energia elétrica, é. E então o Abdalla foi, acompanhava a comissão toda vez que eles iam lá e tal, no dia que foi inaugurada a luz em Perus, eles colocaram uma escada e o Abdalla ligou a... a chave que ia...ligou a luz em Perus.*

*G: Hm!*

*S: É. E foi com isso que ele ganhou a consciência dessa gente aí.(E3, pg 9)*

Para S é perceptível o quanto J.J. Abdalla se esforçou para criar uma narrativa positiva a seu respeito, em contraste com o caráter duvidoso que ele possuía desde o início. O patrão se esforçou apenas o mínimo por seus funcionários enquanto buscava agradar os outros “graúdos” da região, visto que atrasou os salários de seus funcionários a ponto de eles decidirem fazer uma greve e nunca pagou tudo o que devia a eles. Seria esse um homem para quem só o dinheiro importava. Isso fica evidente em outros momentos, quando S deixa claro que, em sua opinião, a ganância dele não se equipara nem a de trabalhadores que, após receberem a indenização pela greve, não quiseram ajudar financeiramente aqueles que não foram indenizados;

*S: foi o governo federal. O governo que cobriu a dívida do Abdalla e pagou. Se não me engano era o Geisel, governo Geisel que pagou a indenização do pessoal.*

*G: mas o cara era rico!*

*S: rico, mas... a ganância era mais. A ganância dele era muito grande, e então, agora o pessoal que recebeu, ah, os companheiros que receberam indenização, uma parte deles fizeram uma cotização e deram um bom dinheiro pra gente que tinha ficado fora, né. Eles não*

---

<sup>11</sup> Ver Anexo 1.

<sup>12</sup> Ver Anexo 2.

*esqueceram, mas tinha muitos que “não, não, esse dinheiro é meu e eu não quero dividir com ninguém”.*

*G: É, agora que recebeu, fica fácil, né.*

*S: é, mas isso é normal. Mas... foi assim. Até acontecer esse desfecho de terminar a greve nossa, foi muita coisa.*

A integridade de J.J. Abdalla é colocada em oposição à de outra figura: João Breno, presidente do sindicato na época da greve, o “líder”, ou pelo menos talvez o fosse aos olhos do patrão. Em algumas obras e em conversas informais foi esclarecido que os Queixadas não desejavam depositar em ninguém o peso da figura de um líder, talvez, acreditamos, devido à possibilidade de a repressão ser mais forte com uma única pessoa, como acontece com João Breno.

*“S: Um... mecânico, e tinha acho que, já tinha sete filhos, ele. E foi um camarada que, se ele quisesse se enriquecer às custas do povo, do cargo de presidente do sindicato, ele podia ter enriquecido e hoje tar, eu olho assim, esses sindicalistas que a gente vê aí, né. Todo mundo bem arrumadinho, bem de vida. [...] E... o (J.J.) Abdalla tentou comprar o João Breno, mas não conseguiu. E isso resultou em... a... a repressão foi muito forte, né, que foi preso muitas vezes, rapaz apanhou muito, no DOPS. Naquele tempo existia o DOPS. E então... foi... foi alto o negócio, difícil. Mas ele soube suportar, quer dizer, toda a diretoria assumiu.” (E3, pg 3)*

Sendo J.J. Abdalla o inimigo, João Breno foi, se não o líder, o representante da oposição e dos valores dos que se opunham ao mau patrão, aquele que pensava no coletivo e que não se deixava corromper pelo dinheiro. E assim como os militantes são herdeiros dos Queixadas e de João Breno, um Abdalla é herdeiro de J.J. Abdalla. Infelizmente não ficou explícito quando que ocorreu a revisão do tombamento da fábrica, mas a julgar pela fala de S, é provável que tenha sido durante a gestão do herdeiro.

*“S: [...] o processo de tombamento da fábrica, o Abdalla conseguiu destombar uma parte... então aqui em cima tinha umas casas grande que, é, morava os administradores da fábrica, destruíram, o Abdalla destruiu tudo isso. [...] Demoliu, arrancou trilho de... do trenzinho [...] a força do dinheiro é muito forte, né. E o Abdalla já morreu, hoje em dia quem administra se não me engano é neto dele, mas acho que... é pior que ele, talvez. (E3, pgs 4 e 5)*

Não fica claro que motivos o “neto” (que nas outras entrevistas é referido como sobrinho) teria para ser pior que J.J. Abdalla, se não fosse por ser ele o responsável pelo destombamento. Exceto, é claro, pela dificuldade que o movimento tem encontrado para preservar a fábrica.

Algo que fica claro ao longo do depoimento é o tom de desesperança. Segundo S, a ação dos Queixadas foi reconhecida até no exterior, tanto na época, quando padres holandeses conseguiram mandar ajuda na forma de alimentos vindos direto da Holanda, quanto recentemente, tendo um sindicato na Espanha pediu a eles para viajar até lá e compartilhar a história. E mesmo que o movimento dos Queixadas tendo, segundo eles, ajudado a solidificar leis trabalhistas em âmbito nacional, não há mais, ou talvez nunca houve, interesse por parte das pessoas em conhecer a história deles e ajudar a preservá-la aqui no Brasil.

*“S: Olha, eu como morador de Perus, a impressão que eu tenho é que uma grande parte do povo de Perus não está nem aí com a situação da fábrica. Porque tem gente que ainda fala que os queixadas são culpados da fábrica ter sido fechada, porque foi a CETESP que fechou. A poluição era demais. Naquele tempo você olhava qualquer planta que tenha aqui, nas hortas e tudo, tinha aquela camada de cimento, de pó de cimento, aqui. E a gente respirava aquilo.” (E3, pg 5)*

E assim como M, S aponta que respirar causa várias doenças, como silicose e bronquite, que moradores de Perus apresentavam. E o objetivo deles nunca foi fechar a fábrica, mas forçar o dono a instalar filtros que impedissem todo esse pó de se espalhar. Apesar disso, e de outros movimentos que eles ajudaram a realizar (como o que impediu a implantação de um incinerador no aterro sanitário de Perus), a impressão que fica é que a luta e o sofrimento aos quais eles foram expostos não são reconhecidos ou valorizados. A passagem do tempo foi cruel para essas pessoas nesse sentido. Se na época em que a fábrica funcionava eles ainda eram capazes de falar com os moradores do bairro para conscientizá-los e mesmo então isso não funcionava, hoje, com o corpo fragilizado, S não consegue participar tanto do movimento, e Perus é um bairro de desconhecidos que desconhecem o que eles passaram. E, sem reconhecimento público, não há ação do poder público. A nostalgia é sobrepujada pelo pesar.

*“S: Ah, eu... falar português bem claro, eu acho que, só acho que... o governo devia tomar... vergonha na cara. [...] E falar “isso é um patrimônio do, tem uma história longa, e triste, dessa fábrica e esse povo com o sofrimento, ligado com o sofrimento desse povo e tudo, vamos fazer alguma coisa boa”, né, e transformar realmente nisso daí, né. Mas... num tá acontecendo, né? Não tá acontecendo. [...] E eu num... eu fico com muita tristeza, né, de ver. Porque, e por outro lado, o desinteresse do povo, porque, se o povo todo se levantasse e fizesse pressão, eu acho que as coisas se resolveriam. Né? [...] O governo iria ver, “não, ó, a população está interessada em, em mudar aquilo, em ter, cuidar do patrimônio, mas num, não existe isso.” (E3, pg 11)*

Essa também parece ser o caso da vala comum. Apesar de não ser o tema do trabalho, é difícil conversar com um ativista de Perus sem que esse assunto venha a tona. O enorme tumulto coletivo ilegal encontrado em Perus foi alvo de reportagens em algumas ocasiões: quando foi

descoberto, quando os primeiros corpos foram identificados, e quando o governo federal paralisou as pesquisas. Um destino semelhante é o que eles temem que esteja chegando para a fábrica. É evidente no tom de S que, apesar dos esforços para contar essas verdades e manter essa história viva, o que acontece ali não é simples deterioração, é um projeto de depredação.

### • Considerações finais

A história oral se consagrou realizando duas tarefas centrais: recolher a história contada por aqueles que por muito tempo não puderam contá-la, e interpretá-la à luz dessa subjetividade. Apesar de hoje entendermos que contar a história dos oprimidos é apenas uma de suas capacidades e não ser uma possibilidade exclusiva da área, seu potencial para esse fim é o que a destaca na história contemporânea. Uma vez que os documentos estudados pela história oral são quase relatos de pessoas vivas, o trabalho com elas nos ajuda a entender não só o passado, mas também o presente.

Tomemos como exemplo a própria fábrica de cimento de Perus. Quase toda a produção acerca dela partiu da experiência de quem participou da greve dos sete anos ou assistiu-a em primeira mão, como no caso de parentes dos grevistas. O primeiro livro sobre o assunto que localizamos, “*Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*” é um relato e manifesto escrito não por um historiador, mas pelo advogado do Sindicato dos Trabalhadores do Cal e Cimento de Perus. Os poucos materiais publicados também contam com pelo menos uma fala de um participante do movimento. E, se não fosse pela ação dessas pessoas, é possível que a fábrica, após ser desativada, sequer fosse tombada. Essas pessoas têm consciência de seus papéis como agentes históricos, ainda que não façam uso dessa expressão. Tendo acesso a elas, não as ouvir é, no mínimo, um desperdício.

Mas a história da fábrica não se esgotou no passado. Ela é viva e mutável, e se transforma todos os dias com as tentativas de ações culturais dos militantes. E continuará mudando se eles conseguirem realizar o sonho de transformá-la num centro cultural, ou mesmo se não. Entender a relação deles com a fábrica é entender em parte como essa história viva se constituiu e mudou, como afetou-os e quais suas perspectivas atualmente. Seria interessante, para aprimorar esse projeto, realizar entrevistas com essas mesmas pessoas num futuro próximo, e mesmo expandi-lo com mais colaboradores, mas infelizmente é inviável no momento.

No entanto, já conseguimos estabelecer que, além de mutáveis, as relações estabelecidas com a fábrica são diversas. E apesar de alguns, como R, terem sintetizado seus sentimentos com relação ao local em uma palavra, podemos perceber a partir do conjunto das entrevistas que é mais complexo que isso. Amor, nostalgia, empolgação, desolação, tristeza, pesar, raiva e medo são alguns dos sentimentos captados quando se lê os depoimentos deles. A fábrica, as memórias e as potencialidades ligadas a ela têm poder de despertar esses sentimentos, entre outros, nas pessoas que ajudam a construir sua história. E são esses sentimentos, aliados à vontade de preservar a(s) história(s) da fábrica, que dão força para essa luta. O esforço de preservação se valida a partir disso.

Aprender a subjetividade desses indivíduos é, em parte, aprender como eles enxergam seu lugar na história. Nesse caso, encontramos uma história em nível local, mas com potencial de impactar outras histórias locais. S menciona o impacto da história dos Queixadas em países de outro continente, e os trabalhos de R e M ganharam admiradores em outras regiões do Brasil onde se busca preservar o patrimônio renegados pelo poder público.

Esse projeto foi inicialmente concebido para contar com entrevistas múltiplas, que pudessem progressivamente adentrar na mente dos envolvidos. Conforme o projeto avançou essa ideia se provou inviável por questões até de disponibilidade dos entrevistados, cujas agendas estão frequentemente ocupadas por reuniões dos vários seguimentos dos movimentos pelo patrimônio e outras demandas. Apesar disso, consideramos esse trabalho valoroso, pois apesar de suas limitações, se provou um exercício proveitoso para a compreensão de uma parcela das relações de militantes do bairro de Perus com seu patrimônio histórico, cujas lições extraídas podem colaborar em trabalhos futuros. Fomos até eles esperando muito mais histórias do que opiniões, mas saímos de lá com um pouco mais de admiração por pessoas anônimas que se esforçam para fazer algo pelo coletivo.

### **3ª Parte: Resumo**

Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S.A.: A importância do patrimônio sob a ótica dos militantes de Perus

7.00.00.00-0 - CIÊNCIAS HUMANAS

7.05.00.00-2 - História

Álvaro Hashizume Allegrette/ História/ Ciências Sociais/ allegrette@pucsp.br

Giovanna Ramos Lopes/ História/ vanna.lopes@hotmail.com

A Fábrica de Cimento Portland Perus é um marco para a construção do bairro de Perus e para a memória de seus moradores. Palco de uma greve que durou sete anos, indo de 1962 a 1969, ex-funcionários e filhos de ex-funcionários ainda guardam na memória o sofrimento pelo qual passaram naquela época para conseguir os salários que lhes eram devidos. Assim, quando a fábrica foi fechada, um movimento popular conseguiu seu tombamento, mas não impedir que ela voltasse para as mãos da família do antigo dono, J.J. Abdalla. Hoje, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Perus luta para que esse patrimônio seja preservado e valorizado. Nesse trabalho, buscamos compreender a relação que alguns militantes desse movimento, aparentados com ex-funcionário da fábrica, se relacionam com esse patrimônio, o que consideram que deve ser preservado e por quê. Uma vez que compreendemos história como a ciência dos homens no tempo, consideramos todas as histórias importantes, inclusive a dos oprimidos, definição que os próprios Queixadas – trabalhadores grevistas e filiados ao sindicato – hoje entendem que eram. Compreender as relações dessas pessoas com seu patrimônio é a chave para entender a importância do patrimônio em si. Para isso, foram realizadas três entrevistas com militantes do Movimento pela Reapropriação, todos idosos, que foram transcritas e analisadas em partes. Sendo a fábrica considerada um marco para o bairro, e mesmo assim sua história pouco conhecida, não se configura aqui um caso atípico da relação do bairro com seu patrimônio. A especificidade está na existência de pessoas vivas e atuantes que possuem laços emocionais com aquele lugar, e mais do que isso, projetos que visam trazer desenvolvimento para a região, configurando-se assim também uma relação subjetiva e objetiva, buscando através dela trazer não apenas cultura, mas educação, lazer e até mesmo saúde, ainda que não como esperavam.

**PIBIC-CNPq**

## Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES, Maria Madalena Ferreira. *Mulheres em luta: Uma outra história do Movimento “Queixadas” de Perus*. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião apresentada na PUC-SP. São Paulo, 2011.
- BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. *O “bairro” de Perus e suas permanências no processo de metropolização da cidade de São Paulo*. Paisagens VIII, novembro de 2009.
- CANDAU, Joël. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2018.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- JESUS, Mario Carvalho de. *Cimento Perus – 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: JMJ Consultoria e Promoções, 1992.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: UNICAMP, 2013, 7ª edição.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. História Oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MICELI, Sergio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22/1987.
- MOREIRA, Jéssica. Gould, Larissa. *Queixadas – Por trás dos 7 anos de greve*. São Paulo: FAPCOM, 2013.
- NOBRE, Celso Diniz. Memórias do Renascer de uma Cidade: São Luiz do Paraitinga após o verão de 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- PELEGRINI, Sandra de Cassia Araujo. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense. 2009.
- PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- PORTELLI, Alessandro. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-

Graduados de História, [S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SILVA, Diego Vernille da. DELJAICOV, Alexandre. Construir no Construído: Projeto de uma universidade na antiga fábrica de cimento de Perus. Disponível em <[http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg\\_online/tr/112/a022.html](http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/112/a022.html)>. Acesso em 06 de dezembro de 2018.

SIQUEIRA, Elcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2011.



**ANEXO 1 – foto das “damas de Perus”**



Imagem sem identificação pertencente ao Acervo Nelson Camargo. Disponível em:  
<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/fotos/fotos-antigas/>

**ANEXO 2 – foto de uma locomotiva rodeada de empresários.**



Imagem sem identificação pertencente ao Acervo Nelson Camargo. Disponível em:  
<https://movimentofabricaperus.wordpress.com/fotos/fotos-antigas/>

### **Anexo 3: Transcrição da Entrevista realizada com M. S. B.**

G: Vamos começar com algumas informações gerais. Qual é o seu nome completo?

M: Mario Sérgio Bortoto

G: Qual a sua data de nascimento?

M: 17 de maio 1957

G: Ah, perto do meu pai. Ok, onde você nasceu?

M: Nasci em Perus.

G: E cresceu aqui também?

M: Sim, eu nasci aqui, cresci aqui e vivi aqui mais de 50 anos. No momento eu to fora, mas minha vida continua sendo aqui.

G: (risos) Onde você tá morando agora?

M: Atualmente eu moro na Lapa.

G: Com o que você tá trabalhando?

M: Na verdade eu me aposentei no ano passado. É... eu sou formado em engenharia química pela universidade Osvaldo Cruz, trabalhei durante um tempo na área, durante 10, 12 anos, e depois eu acabei virando sócio (e ainda sou) de uma pequena gráfica aqui em Perus. Eu fiquei na gráfica 28 anos e aí agora me aposentei, né, mas já fiz algumas outras coisas. Então, por exemplo, em 2001 eu fui administrador regional aqui, que hoje é o cargo de subprefeito ; eu fiquei 1 ano e 4 meses, tive essa experiência... porque eu sempre estive na iniciativa privada, e essa experiência foi no governo da Marta Suplicy, na prefeitura, quando a Marta Suplicy ganhou.

G: Isso foi em dois mil e...

M: 2001. Eu fiquei de janeiro de 2001 a abril de 2002. Depois eu tive a experiência recente de ficar, é, seis anos na câmara municipal, eu fui chefe de gabinete do vereador Antônio Vespoli, que é do PSOL, e dois anos... e aí fui, por mais 2 anos também trabalhei no gabinete, e agora, é, sai, me aposentei de vez.

G: Certo. Nossa, é uma baita duma trajetória. É ótimo poder contar com essa experiência. Hm, você quer falar um pouco mais sobre a sua relação com Perus?

M: Podemos falar. É, então, eu nasci em Perus. Nasci e morei durante 13 anos na Vila Malvina, que é a vila em frente ao Recanto dos Humildes . Então, ali eu passei minha infância, que era uma coisa excepcional, o bairro tinha muita pouca gente, então a gente... eu tinha muitos primos, muitos parentes

que moravam próximo, e a gente não saía daquela região. Então eu conheci, por exemplo, o Recanto dos Humildes quando era uma plantação e eucalipto, tinha sapé... o riozinho era super limpo, a gente ia nadar no rio, ali, naqueles córrego ali... aí depois o meu pai comprou um terreno aqui na vila... quando eles abriram o loteamento da Vila Perus a gente veio pra cá, e dali... aí eu me casei, casei com a Regina, fui morar na Lapa, por só 2 anos, voltei e acabei morando um pouco na casa da mãe dela numa parte que a gente fez uma reforma e tal, e depois acabei comprando um terreno na Vila Hungaresa e aí construí lá. Então, minha relação com Perus sempre foi muito próxima. Eu sempre fui curioso, então eu conheci muito a região desde criança, que eu ia brincar naqueles lados da pedreira, onde hoje é o rodoanel... e aí quando foi em dois mil e... não, 1979, eu entrei na faculdade, e logo em 80 eu comecei a militar nos movimentos sociais do bairro, e também na fundação do PT. Aí passamos muitos anos na militância do PT, nos movimentos sociais de cultura, de educação, de saúde... então minha vida toda foi isso; mesmo tendo mudado daqui recente eu sempre tive uma militância social e política no bairro. Então, eu gosto muito do bairro, acho que ele tem um potencial enorme, tem muitos problemas, mas a gente tá aqui pra tentar ajudar a desenvolver o bairro de uma forma diferente do que a gente acha na cidade... se é que se pode falar em desenvolvimento; é uma coisa sem planejamento, ainda mais quando você tá longe do centro, que é periferia, tem mais problemas ainda... então, essa é minha relação com o bairro; gosto muito do bairro, vou acabar morrendo aqui, e tem muita coisa por se fazer ainda, mas é importante.

G: Legal. Vamos falar agora um pouco sobre a fábrica? Qual é sua relação com ela?

M: O meu avô era um espanhol, o pai da minha mãe. Ele trabalhou na fábrica de cimento; minha mãe, se não me engano, nasceu em uma casa ali próximo do Gavião . Então, por parte de mãe eu tinha meu avô e tinha tio que trabalhavam lá, e por parte de pai não porque minha família morava na Vila Malvina e acho que nenhum trabalhou na fábrica de cimento, mas eu lembro que quando eu era criança eu ia junto com filhos dos trabalhadores, amigos lá da Vila Malvina, levar marmita; as crianças, na hora do almoço, saíam de casa e iam levar marmita; chegava lá, marmita quentinha... a maioria almoçava ali a marmita trazida pelos filhos, e eu ia junto com meus amigos levar marmita; era um passeio; essa foi uma relação (que durou) até a adolescência. Depois que a fábrica foi fechada, foi tombada e hoje tá nessa situação, eu também me envolvi numa ideia de transformar a fábrica num centro de cultura e memória do trabalhador. Essa ideia não é nossa, mas ela tem mais de 30 anos, que muitos trabalhadores já tinham essa ideia. Então hoje a minha relação com a fábrica é esta: eu estou num movimento pela reapropriação da fábrica de cimento para transformá-la num espaço público cultural do bairro para que a gente possa ter lá um museu da fábrica, um museu da ferrovia e outros espaços importantes de cultura.

G: Tem um projeto de dois alunos da USP de transformar ela numa universidade também. Eu dei uma olhada por cima, dois alunos da FEA se não me engano.

M: Essa coisa da universidade, na verdade, é mais recente; e a gente também acha que tem espaço para alguma coisa de educação lá. Tanto é que há uns 8 anos o Instituto Federal veio com uma proposta de

construir uma unidade aqui na nossa região e um dos terrenos que a gente apontou era a fábrica de cimento, mas depois a gente negociou e concordamos que essa unidade da Escola Federal fosse construída em Pirituba, pois abarcaria uma região maior (e no terreno não teria que desapropriar nada; isso começa antes, Mario, pois a região sempre careceu de ensino do terceiro grau, então tem um movimento na educação que sempre pleiteou uma universidade nessa região, federal, estadual, mas acessível; o terreno que a gente vislumbrava era o da fábrica, por ter um espaço lá que seria tanto para educação, cultura e lazer; era esse o tripé que a gente pensava na fábrica; quando o pessoal do Marcos Manuel, lá daquela região, também pleitearam para aquela região uma universidade federal, uma conversa bem mais longa, a gente se juntou porque eles viram a universidade livre colaborativa que surgia em 2011 com a presença da FAU, inclusive, e a comunidade, juntando as coisas e começamos a pensar então que esse instituto não pudesse ser na fábrica; não poderia porque a desapropriação ia ter que abrir mão de muito dinheiro e não tinha. Mas essa era a ideia.)

G: (Aproveitando da mudança de espaço que tivemos de fazer) Como o cursinho popular daqui está relacionado com a fábrica?

M: Foi uma proposta de alguns professores que davam aula ali no Centro Pastoral Santa Fé; aí eles, conhecendo a história do bairro, acabaram por abrir esse cursinho aqui, a pedido do sindicato. Então tem uma relação aí; eles puseram o nome de Fábrica do Conhecimento, e a gente de vez em quando faz algumas atividades junto com eles para contar um pouco dessa história da fábrica.

(Pausa para ligar o ventilador).

G: Então, você disse que o seu primeiro contato com a fábrica foi quando você ainda era criança, que você levava marmita. Eu li um pouco sobre isso no livro da Jéssica e da Larissa, que era um momento de confraternização; sua família também ia ou era só você?

M: Não, geralmente era só eu, porque era a criançada que levava as marmitas pros pais; família mesmo... a gente não teve essa relação, nem com o meu avô. O problema é que ele morreu antes de a gente se conhecer, eu não conheci ele. Mas sei que ele, e tinha outros, tinha o irmão da minha avó, o cunhado do meu avô, que também trabalhava lá. Ele era músico, tocava saxofone... sabe aquele castelinho que tem ali? Então, meu tio João. Ele também era um espanhol, e ele trabalhou na fábrica também, ele construiu aquela casa lá trazendo cimento e ele que colocou aqueles ladrilhozinhos; então, ele também trabalhou na fábrica. Mas enquanto família a gente não, principalmente pelo lado do meu pai, que como eles não trabalhavam na fábrica, ficou um pouco essa distância, era mais essa coisa de criança que ia, que a gente ia brincar, que a gente ia lá, que era um espaço enorme, que tinha o rio lá que a gente podia nadar lá, era essa a relação.

G: E o seu tio teve envolvimento com os queixadas?

M: Sim, meu tio e se eu não me engano meu avô também foi queixada.

G: Essa relação familiar com a fábrica teve influência sobre as coisas que você fez ao longo da sua vida; você quer falar um pouco sobre isso?

M: Com certeza, porque até os 18 anos eu estudei aqui em Perus, sempre em escola pública; eu fui aluno da primeira turma do Gavião, porque não tinha vaga aqui em Perus, e eu acabei indo estudar com dez anos e meio em Franco da Rocha. Aí eu acabei repetindo lá porque entrei muito tarde; depois eles inauguraram o Gavião, e então comecei a estudar lá. Mas depois disso eu fui prestar vestibular, não consegui entrar em uma escola (universidade) pública – minha ideia era fazer na Federal de São Carlos engenharia química, que desde moleque eu já gostava e tal – aí acabei entrando na particular, mas também não tinha condições de estudar o dia inteiro; mesmo que eu tivesse entrado numa Poli eu não tinha condições, meu pai não tinha condições de me sustentar e então eu acabei entrando na Osvaldo Cruz, fiz um curso que era de 6 em 7 anos, e aí acabei me formando e... é interessante porque até os 18 anos, assim, eu quase não saía de Perus, então dificilmente a gente ia para a Lapa, comer um pastel e tal. Quando eu sai do bairro a minha visão se ampliou para o mundo, e o cursinho, naquela época era ditadura militar, eu acabei me envolvendo em questões políticas já no primeiro ano de faculdade, no diretório acadêmico, porque até então era assim: tinha censura, a faculdade era muito restrita porque a direção da faculdade era muito antiga, retrógada, conservadora... e eu entrei então nessa visão um pouco maior de mundo e tal, e comecei a participar do movimento estudantil, lá em 1979, que era um movimento forte, final de ditadura; e depois em 1980 quando foi fundado o PT eu acabei conhecendo a Regina e aí nós fundamos o PT aqui em Perus e militamos por muitos anos; ela por muito menos, ela desistiu já em 2000 e fiquei até 2004 quando foi que a gente avaliou que o PT já tinha... assim, ele foi um instrumento político, mas que desviou do caminho e a gente acabou saindo, foi pro PSOL junto com o Plínio de Arruda Sampaio, Ivan Valente, aquela turma toda. Então, eu comecei a me interessar nessa época já pela questão política e social da fábrica, ela tinha sido... quando a Luiza Erundina foi prefeita, ela fez o tombamento da fábrica pelo CONPRESP, e a ideia daquela época já era a gente tentar transformar, teve até um decreto de utilidade pública, mas que não tinha dinheiro para pagar os proprietários e acabou ficando isso, rolou por muitos anos, o decreto caducou e tal, mas aí vem essa preocupação com a memória do bairro e a memória da fábrica. Eu conheci alguns queixadas, o João Breno que foi presidente do sindicato aqui, durante a greve dos 7 anos, uma pessoa que foi torturada. Então eu acabei me envolvendo dessa forma, o importante é que a fábrica tem uma história, a gente foi tomado por essa visão mais humanista que os trabalhadores da fábrica tinham, uma relação forte com o advogado da fábrica, o Dr Mario Carvalho de Jesus, e ele tinha fundamentos do Gandhi, Luther King (que os queixadas chamaram de firmeza-permanente), e aí foi nessa época que eu acabei me relacionando com a fábrica e estou nessa até hoje. A ideia é passar essa memória toda para as próximas gerações.

G: Ok... Hm...

M: Se eu estiver falando muito rápido, você me para!

G: Relaxa! (risos) Você considera que a fábrica tenha alguma importância afetiva, uma relação emocional?

M: Ela tem por conta dessa relação que o meu avô... minha mãe acho que nasceu lá dentro, acho que o outro irmão dela trabalhou na fábrica. Eu guardo um pouco essa relação afetiva com a fábrica, de quando a gente ia lá brincar, ia levar marmita, passava pelo túnel, quando o rio era limpo a gente ia lá nadar... essa é a relação afetiva que eu tenho com a fábrica, mesmo eu não tendo meu pai ou pessoas mais próximas trabalhando na fábrica; eu tinha mais um outro tio que também trabalhou lá, que depois ele saiu, montou um armazém, era o famoso armazém do tio Coco, funcionava perto da estação, hoje não tem mais. Essa é uma relação afetiva que eu tive mais quando era criança, agora é uma relação mais de preservar, de memória. Mas não deixa de ser afetiva.

G: Com certeza. Seu pai trabalhava com o que, aliás?

M: Meu pai era de uma família de descendentes de italianos – eu sou bisneto de italiano – e o meu pai, eles vieram do interior, e ele tinha 11 filhos, 11 irmãos. Também não conheci o meu avô italiano, na verdade ele era filho de italiano; e eles plantavam eucalipto, então eles saíam de uma cidade, plantavam eucalipto aqui, saíam de uma cidade e iam pra outra... então, em algumas cidades do interior, São Carlos (passa um carro e as outras duas cidades ficam inaudíveis), no fim eles vieram pra Perus, plantaram eucalipto aqui na rodovia Anhanguera, Santa Fé, ficaram um tempo aí e depois acho que meu avô faleceu e eles os irmãos acabaram ficando em Perus, meu pai também, então eles moravam aqui na perto do CEU na rua do CEU e como dava enchente naquela época já né eles saíram dali e tal e acabaram já comprando quando abriu aqui a Vila Malvina eles compraram 5 terrenos, então tinha 5 tios, um do lado do outro; eles começaram a formar, eles e outras pessoas, a Vila Malvina. E ele dos 11 foi o único que conseguiu estudar depois de velho, ele morava na Santa Fé, e com 14, 15 anos ele vinha estudar o primário aqui em Perus. Quando ele voltava, a tarde ele ia ajudar os irmãos a plantar eucalipto, e no fim foi o único que estudou, acabou até fazendo um curso técnico depois quando era nascido, já era jovem, fez contabilidade. E o interessante é que ele nunca se interessou, nem ele nem os irmãos, em procurar – sei lá, também não conheço essa história, pode ser que tenham tentado – trabalhar na fábrica; mas nunca teve essa relação de trabalhar na fábrica. E aí ele acabou indo pra uma área de almoxarifado, ficou 35 anos lá na empresa aqui da Anhanguera que hoje nem tem mais, era fabricante da Maisena, né... e os outros irmãos acabaram virando todos mecânicos, funileiros, torneiros, ferramenteiros, mas nenhum deles trabalhou na fábrica, foram todos trabalhar para o lado da Lapa, naquela época pegava o trem e ia lá porque aqui não tinha nada, era a fábrica de cimento, antes de fechar, e olhe lá; as fábricas de cal da Peccicacco, e praticamente mais nada. E tinha a fábrica de porcelana, aonde é hoje ali uma quadra de

futebol próxima ao túnel, você sabe onde é o túnel, aqui perto do Quilombaque? Não? Então, na Vila Hungaresa; deixa eu lembrar... sabe onde é aquele predinho novo, que fizeram ali na Hungaresa, na Crispim do Amaral? Ali no fundo é uma quadra, hoje é uma quadra, mas ali era uma fábrica de porcelana, isso antes, sei lá, 1930, 1940...

G: E foi demolida?

M: Então, na verdade não foi demolida... uma parte foi, tem um resto, um telhado lá, que foi daquela época, ainda, mas minha mãe trabalhou ali na fábrica de porcelana. Então, eles não tiveram essa relação com a fábrica, a família do meu pai.

G: Essa fábrica de porcelana, eu nunca tinha ouvido falar. É mais ou menos de qual época?

M: É, também é legal, essa história. Minha mãe morreu em 65... olha, na década de 50, 60... entre 40 e 50 ela trabalhou lá, mas é mais antiga.

G: Bem antiga também então, talvez mais algumas décadas, né... bom, voltando mais pra fábrica agora, você quer falar um pouco mais sobre o que você pensa sobre a fábrica? Ou você acha que já cobriu?

M: Então, hoje a gente tem essa preocupação de que ela está tombada, é um patrimônio histórico, tem uma história importante do ponto de vista dos trabalhadores, ela tem uma história importante do ponto de vista da construção de São Paulo e Brasília, por exemplo, então é por isso que a gente quer preservar essa história, essa memória, tanto dos trabalhadores, da questão social, porque as greves foram muito marcantes, no bairro e pra cidade, inclusive dessas greves, desta luta dos queixadas saíram algumas leis nacionais, salário família, por exemplo, foi discutido e instituído aqui, pelos trabalhadores e depois disso criou uma legislação a nível nacional, então, ela é muito importante na história de São Paulo e do Brasil, então por isso que a gente quer; e acho que pra gente – e pra mim, particularmente, mas pra todo o grupo – a gente tem essa preocupação de manter essa história, porque o Brasil não tem uma cultura de preservar sua memória, sua história, vai destruindo tudo o que é antigo, velho, vai pondo coisas novas, que dizem que é o progresso, e a memória se perde. Um povo sem memória, seu futuro está comprometido. Essa é a nossa preocupação, de que a fábrica seja um espaço de cultura, pode até ser um shopping, como o proprietário quer, ele quer fazer um shopping – a propriedade ainda é da família Abdalla, que tem toda aquela história do mau-patrão, relacionada à família Abdalla.

G: Agora é (o) filho, né?

M: Sobrinho. E inclusive a gente abriu uma negociação com ele depois de 30 anos, nós que eu digo parte da comunidade através do Movimento pela Reapropriação da Fábrica, onde tem vários coletivos culturais, de educação, de meio ambiente, e nós tivemos uma conversa já há uns três meses, no sentido de ter um projeto de ocupação pro espaço da fábrica; ele quer um shopping, nós queremos um espaço



cultural, então nós vamos tentar algo mais cultural e ele vai tentar algo mais shopping, já que ele é o dono da área, ele quer ganhar dinheiro, é legítimo isso...

G: São dois projetos bem distintos...

M: É a história; nós vamos negociar, pra que a gente conquiste espaços da fábrica que a gente possa manter essa questão cultural brasileira.

G: Será que teria como conciliar as duas propostas?

M: Então, nós estamos nesse caminho. Começamos a trilhar esse caminho agora; é um caminho longo, mas começamos a trilhar esse caminho de diálogo agora.

G: Tentar ir pela via do diálogo é algo que faz parte da história da militância da fábrica, né?

M: É, tentou-se por muitos anos sensibilizar governos, especialmente os municipais; desapropriar, pagar pela área, pra que toda a área da fábrica fosse pública, virasse um bem público, mas isso a gente não conseguiu. Passamos por vários governos, não conseguimos, o que a gente chegou mais próximo disso foi no final do governo do prefeito Haddad, e a gente teve a informação de que o Abdalla pediu pela fábrica, na época... nós estamos em 2019, o Haddad foi até 2017, né... em meados de 2017 parece que teve uma conversa do proprietário com a prefeitura e ele ofereceu pela fábrica, assim... apuro um valor, eu não tenho isso muito certo, mas que por 10 milhões ele venderia a fábrica, e esse dinheiro é muito pouco comparado com o orçamento da prefeitura. Mas nós não conseguimos uma conversa com o prefeito, ele não se sensibilizou, perdemos essa oportunidade de que ele (o terreno) fosse transformado em público. Sendo um espaço público, a gente teria muito mais condições de negociar depois com as prefeituras futuras para ocupar o espaço por mais cultura, mais lazer, educação.

G: Qual a sua perspectiva com a prefeitura atual?

M: Olha, muito pouco, quase nada. Porque eles enxergam aquilo como uma coisa antiga, eles teriam que ter uma fiscalização pra preservar, como é um bem tombado, e nem isso eles fazem, tanto é que hoje, eu não sei se ainda está acontecendo, mas eles praticam paintball lá, num espaço público e tombado, em que não poderia. Aí ouve uma denúncia pro CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), e o DPH (Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura), e lá e fizeram uma visita aqui, na fábrica, para ver o que está acontecendo. Para a nossa surpresa, no dia da visita, nós fomos lá como movimento, tinha 3 ou 4 representantes, tinha uma vereadora, que é a representante da câmara municipal no CONPRESP, tinha um procurador da prefeitura, tinha o dono do escritório de arquitetura que está fazendo o projeto de ocupação, o estudo de ocupação da fábrica, e assim, era pra ser uma coisa tensa, e no fim a gente acabou abrindo um diálogo, e agora, recentemente, a dois ou três meses atrás, o escritório de arquitetura nos chamou para conhecer o projeto... projeto, não, o desenho que ainda estavam elaborando para uso

público da fábrica. E, é lógico que eles vão puxar pro lado mais comercial, e nós vamos tentar pro lado cultural, e também é lógico que o proprietário tem muito mais força, porque o terreno é dele, e nós não temos muito a oferecer em termos de recursos para transformar a fábrica em alguma coisa, mas essa negociação parece que está progredindo. Agora, também depende, a transformação da fábrica, mesmo num shopping cultural da economia do Brasil, porque hoje a gente sabe que estamos vivendo uma situação econômica muito séria, grave, e nenhum investidor vai querer por dinheiro num local que não tenha certeza de retorno, Então hoje a gente até, na época fazia algumas perguntas: como é que o proprietário quer fazer um shopping num local onde a base da população é classe média baixa, pobre, quem é que vai consumir nesse shopping? E também ela está situada num lugar onde o acesso hoje é bem difícil, e aí tem algumas proposta que estão se trazendo pro bairro que poderiam potencializar agora sim uma transformação num shopping cultural. O CEAGESP, não sei se você já ouviu essa conversa, tem uma proposta de sair lá da Vila Leopoldina e vir pra Perus, seria uma espécie de entreposto privado. Você pode até consultar depois, entra no Google e põe “NESP”, você vai ver lá o projeto de transformar, de mudança do SEAGESP, que é uma coisa enorme, monstruosa... circulam 50 mil pessoas, não sei quantos mil caminhões lá na Leopoldina, e é uma área nobre, que tá degradada, e que é muito antiga, do ponto de vista logístico é super atrasada, então tem um grupo de empresários que quer trazer um novo entreposto aqui, entre Perus e Caieiras, atrás da fábrica. Então, se acontecer esse novo entreposto, esse novo projeto, potencializa a fábrica, porque muita gente vai vir pra região, vai ter um acesso melhor, porque a gente propôs no plano diretor em 2014 uma ligação rodoviária de Perus, ali atrás do cemitério, da divisa de Perus com Caieiras, fazendo uma ligação com a Bandeirantes, porque hoje tem 5 cidades vizinhas que passam por Perus pra acessar o Rodoanel; isso passa por um transtorno de manhã, a tarde... aí a gente propôs no plano uma ligação com a estrada velha de Campinas com a Bandeirantes que mudaria todo o trânsito para essas pessoas de Jundiaí, Caieiras, Franco (da Rocha), (Francisco) Morato, poderia acessar a Bandeirantes não passando pelo bairro, ali justamente na divisa de Perus e Caieiras onde tá proposto um entreposto e que fica muito próximo da fábrica. Então teria um novo acesso pra fábrica, e isso potencializa, facilita o investimento, o projeto comercial. Você vê que tem muita coisa rolando e uma coisa vai se conectando com a outra!

G: Pois é, e a gente quase não ouve falar dessas coisas!

M: Pois é, muito pouca gente sabe.

G: Você comentou um pouco sobre o processo de tombamento da fábrica. Você teve algum contato mais direto com esse processo, na época?

M: Pouco. Na época, a Luiza Erundina era prefeita, fez a proposta de tombamento pelo CONPRESP, o conselho acatou e ela veio um dia assinar o decreto de utilidade pública, inclusive eu me lembro que isso aconteceu aqui na praça Luís Neri, aqui embaixo, foi montado um palanque onde houveram várias falas. Naquela época o Mario Carvalho de Jesus, que era o advogado, veio aqui, o João Breno veio aqui,

uma celebração aí para fazer esse tombamento e o decreto de utilidade pública. Mas eu era jovem, tinha 19, 20 anos, tava começando a militância, mas eu participei desse ato. E depois a gente foi acompanhando esse tombamento, porque antes, quando fez esse decreto de tombamento e utilidade pública, a área era bem maior do que a que hoje está tombada. Tinha 700 e poucos mil metros quadrados – eu vou te falar números, mas esses números, se você precisar, você acha tranquilamente na internet. Então, foi tombado uma área maior que inclusive – ah, e foi tombado aqui o prédio do sindicato, na mesma época; esse prédio também é tombado. Atrás do sindicato, aqui onde termina o terreno, já é o terreno da fábrica, tudo aqui atrás. E aqui é onde morava os diretores, gerentes, os cargos maiores da fábrica; tinha grandes casarões nessa região aqui detrás. Depois tinha a vila onde moravam os operários, (?), os trabalhadores no nível menor, e tudo foi tombado. Aí, no governo da Marta Suplicy... isso aconteceu... acho que isso aconteceu depois que eu saí do governo, como eu fui administrador regional até abril de 2002, me parece que depois aconteceu que o proprietário pediu uma revisão do tombamento, pro CONPRESP, que fez essa revisão, e diminuiu essa área só pro entorno, onde tem as construções da fábrica. Então ficou em torno de 150 mil metros quadrados. Tirou a parte onde tinha os eucaliptos, os casarões aqui de fora, e a Vila Triângulo também tá tombada. Você conhece a Vila Triângulo?

G: Sim, conheço.

M: Então, ali também tá tombado. E aí então teve o “destombamento” – que eles não gostam que chame de “destombamento” – e em troca o que deveria acontecer: o proprietário deveria fazer uma restauração, um estudo e uma restauração, da fábrica. Ele não fez isso, ele derrubou os casarões aqui atrás, e algumas outras casas médias que tinha aqui atrás do Gavião, e ficou nisso. E a partir de então a gente como morador e do movimento, nós passamos a nos preocupar com essa questão da fiscalização, mas passaram-se vários governos e a fiscalização não foi feita, e o proprietário acabou deixando delapidar o patrimônio, porque acabou levando muita peça de ferro, de bronze... vendia pra ferro velho e tal, e no final sobrou aquilo que tá lá na fábrica.

G: Um esqueleto.

M: É, aquele esqueleto que do ponto de vista arquitetônico ele não representa muito, mas do ponto de vista histórico, da memória dos trabalhadores, da memória da própria fabricação de cimento no Brasil ele é muito significativo. Então, são coisas que a gente quer que permaneçam tombados, que seja um espaço público para visita. Agora, vamos ver se a gente consegue avançar nos espaços mais culturais, vamos nesse movimento, porque inclusive o movimento agora tem se preocupado em apresentar uma proposta um pouco mais clara pro proprietário, pra poder negociar com ele.

G: Certo. Você falou da fiscalização, hoje em dia se não me engano fica só um guarda lá na frente, né?

M: Então, ele como proprietário... assim, no Brasil, patrimônio tombado é uma grande encrenca tanto pro proprietário como pro Estado. Porque o Estado não oferece nenhuma condição pro proprietário, pra

ele fazer manutenções, restauros, e o Estado não tem a capacidade de fiscalização. Então, patrimônio tombado no Brasil é uma preocupação muito forte e a fiscalização nunca foi feita. Hoje quem deveria fazer essa fiscalização é a subprefeitura de Perus, mas ele tem lá uma espécie de guarda, de segurança, que não deixa, tenta não deixar as pessoas entrarem, mas muita gente entra lá. E são eles que tem que ir lá, o proprietário que tem que manter a área.

G: Desse ponto de vista, talvez fosse mais interessante pra ele deixar que a fábrica fosse reapropriada pela prefeitura.

M: Só que assim, tem uma questão histórica aí, que a família Abdalla, principalmente o J.J. Abdalla, tio do atual dono, eles tinham uma briga muito forte com os trabalhadores e a própria população do bairro, então criou-se essa barreira e com essa história do “mau patrão”, “mau patrão”, e ele sempre tentando contar a história do ponto de vista dele, do dominante, ele... e é uma família muito rica, eles tem ainda propriedades e empresas, tem aqui em São Paulo, no interior...

G: Eles têm o próprio banco, se não me engano.

M: Banco, o primo dele tem um banco no Rio de Janeiro, ele quase não vem pra cá, mas ele vendeu pro outro primo, né... eu não sei nem se ele tem alguma parte, ainda, mas ele tem um banco lá que cuida só do patrimônio da família. Então, essa rixa entre a população e a família perdurou por muitos anos, que a gente nem teve uma negociação, nenhuma conversa no sentido de dar uma destinação pra fábrica. E como ele gasta muito, ele gasta com IPTU, ele gasta com segurança, então ele gasta muito, e isso do ponto de vista de um empreendedor capitalista não é o ideal. Então, ele quer ganhar dinheiro ou, no mínimo, não ter custo com a fábrica. A família nunca, assim, “isso aqui é nosso, acabou, e a população não tem nada com isso”, essa era um pouco a visão do proprietário da fábrica, por isso que eles nunca... eu imagino que quando ele tentou vender pra prefeitura, ele chegou assim “chega, eu to gastando muito com isso”. Inclusive na minha conversa, que eu tive com ele, recente, ele falou, o próprio Abdalla: “não, isso aqui tem uma relação familiar, eu quando era moleque eu vinha aqui, acordava toda manhã com meu tio, meu pai, e tal” então tinha uma relação afetiva com a fábrica, é legítimo. Mas nunca passou disso, de uma proposta de compra/venda da fábrica. Por isso que ela permanece na mão do Abdalla ainda. E tem uma história muito complicada. Você imagina que onde é o Vila Lobos, hoje, o Parque Vila Lobos, era da família Abdalla. Na época do governo do Quéricia, se não me engano, no governo do Estado, ele desapropriou aquilo, e aquilo lá era um lixão; ele desapropriou pra fazer o parque. Pagou um valor pra família, depois de alguns anos a família entrou com processo judicial, dizendo que o que eles tinham recebido não era o correto, que tinham recebido bem menos, o juiz deu ganho de causa para família, e a família recebeu mais de 1 bilhão de reais. O Estado de São Paulo foi pagando isso por muitos anos. Parece que parou de pagar recentemente. O parque Anhanguera todo era da família Abdalla. Na época da ditadura, o governo militar tomou a fábrica e o parque, com dívida, imposto e muitas coisas. Mas aí, quando... acho que já tinha acabado a ditadura, eles deram um jeito de recomprar a fábrica

através de uma outra família chamada Choffi, que tinham parentesco, ele readquiriu a fábrica, mas o parque não. O governo federal passou pro municipal, então hoje ele é um parque municipal; então todas essas terras eram da família Abdalla.

G: Imagina o tamanho do processo..., mas essa também é novidade pra mim, eles eram donos de metade de São Paulo.

M: É, tinham algumas famílias, a Matarazzo, Abdalla...

G: Matarazzo... essas a gente tá mais acostumado de ouvir. Tem rua com os nomes deles.

M: Além da família Domingos de Moraes..., mas a família Abdalla ainda tem hoje muita terra em São Paulo.

G: Com certeza pra essa família dinheiro não é problema!

M: Exato! (risos)

G: Então, bom, você tem acompanhado de perto a situação da fábrica, né?

M: Tenho participado ativamente, sim.

G: E do Movimento pela Reapropriação também?

M: Também. O Movimento pela Reapropriação tinha um outro nome. Era Movimento pela Transformação da Fábrica de Cimento em um Centro de Cultura e Memória do Trabalhador. Com a vinda dos coletivos culturais pro bairro, principalmente o Quilombaque – você conhece o Quilombaque? (resposta afirmativa) Você já foi lá?

G: Não fui, mas conheço.

M: Vale a pena você conhecer o espaço do Quilombaque – com a vinda desses coletivos culturais e outros movimentos, eles se envolveram... porque assim, movimentos tem altos e baixos. Numa dessas altas esses coletivos todos acabaram se incorporando ao movimento pela transformação da fábrica e aí nós demos o outro nome, “pela Reapropriação da Fábrica de Cimento”. E esse movimento cresceu, nós fizemos algumas atividades culturais dentro da fábrica, fora da fábrica, para sensibilizar a população do bairro de Perus pra encampar essa ideia de transformar a fábrica num espaço cultural pro bairro. Então a partir daí o movimento começou a se relacionar com outros movimentos, inclusive fora do bairro, e a gente então tenta com o movimento da reapropriação fazer essa proposta; vamos fazer essa proposta nossa, e tentar negociar com o proprietário. Então, eu acompanho o movimento desde os anos 90, que tem altos e baixos. Agora, acho que a gente tá num período de ascensão interessante, inclusive com outras propostas. A fábrica sempre foi um mote do movimento do bairro, mas com a vinda dessa proposta de um instrumento urbanístico num território de interesse da cultura e da paisagem, então a

gente, além da fábrica, a gente encampou outras coisas. Por exemplo, nós fizemos algumas atividades durante 3, 4 anos, com uma parceira com o professor Euler da FAU da USP, estudamos a paisagem, estudamos a questão urbana do bairro, e fizemos essa proposta. Eu, depois que saí da subprefeitura, meu envolvimento era mais com um movimento de saúde, movimento de cultura do bairro. E aí, com a minha experiência do bairro na administração, eu fui pro lado da questão urbanística. Aprendi muita coisa com esses cursos com esse professor da FAU. E a gente fez essa proposta do TICP, do território do interesse da cultura ou da paisagem. Esse território, porque que a gente trabalhou nessa questão, e aí também envolvendo o ponto principal é a fábrica. Esse território ele tem características muito importantes do ponto de vista ambiental, cultural e de educação. Ambiental por que: porque nós temos a Serra da Cantareira, nós temos o parque Anhanguera, nós temos o parque estadual do Pico do Jaraguá, na Parada de Taipas tem o Pinheirinho d'Água, temos a vala comum do Cemitério... então, essa região ainda tem muito verde, e a gente não quer que aconteça a mesma coisa que aconteceu com a Zona Leste, que é um mar de casas. Então, do ponto de vista ambiental, é importante que a gente preserve toda essa região e que ela tenha, que ela consiga fazer conexões com outras regiões do ponto de vista da fauna e da flora. Nós fizemos todo um estudo: onde devia ser os parques, os locais onde deveria ter vegetação para que a fauna e a flora pudessem se locomover, se desenvolver, interligando com o rio Juquery, com a Serra da Cantareira... então, do ponto de vista ambiental, isso tudo é muito importante. Do ponto de vista cultural, Perus tem agora grandes... vários coletivos (culturais), tem duas ocupações, tem o Pandora no teatro, tem a cultura hip hop ali na entrada do Recanto, que são ocupações culturais e são importantes porque mostraram que se o poder público não traz a cultura para o bairro, nós vamos trazer cultura pro bairro, cultura popular. Então, ponto de vista cultural é importante. E do ponto de vista da educação tem um grupo, a Regina e vários outros professores, que sempre teve essa preocupação, levar essa memória para as escolas, para as crianças. Muitas, fizemos muitos passeios na (fábrica e na) rodovia de Pirapora, também tem a linha de ferro Perus-Pirapora, não sei se você já conhece?

G: Hm-hum, tombada também.

M: Tombada também, pelo CONPRESP . E então, a gente conseguiu, de certa forma, levar para novas gerações essa nossa preocupação. Tem muitas escolas que fazem trabalhos muito interessantes, tanto em Perus como em Anhanguera. Então, essas três coisas são importantes, não que as outras não sejam. A saúde, por exemplo; a gente quis na época, com a discussão do plano diretor, a gente queria que saúde entrasse, né, mas aí falou “não, vai ficar muito extenso” e tal. E acabou ficando, esse território, o distrito de Perus, o distrito da Anhanguera, Jaraguá por conta das aldeias indígenas que são importantíssimas para a história, para a memória e para a preservação da cultura deles, não sei se você conhece a aldeia indígena...?

G: Conheço, já visitei.

M: Então você sabe como é, uma situação calamitosa, desesperadora do ponto de vista social lá.

G: Todo inverno eles precisam pedir doações.

M: Isso, isso. Então, pegando essa região toda... na Anhanguera, por exemplo, tem as cavas de ouro, que na época dos bandeirantes, tem lá 3, 4 cavas de ouro, que não tem por exemplo uma ocupação, que precisava ser preservado lá, feito um trabalho de arqueologia e tal, e isso não aconteceu até hoje. Então, esse território passou a ser a nossa preocupação, não só mais a fábrica. Por isso que a gente trabalha com as duas questões, e o Quilombaço hoje que criou as trilhas da memória, que são passeios de memórias, de cultura e de resistência; então, tem a trilha que vai até o cemitério, e que tem a história da vala comum, que enterrou vários militantes políticos lá e tal. Tem a trilha que faz a Perus-Pirapora, tem a trilha da fábrica, tem a trilha até a aldeia... então, tem várias trilhas que eles estão trabalhando no sentido de também dar visibilidade, mostrar o potencial que essa região tem, e apresentar uma proposta de gestão pra esse território. Inclusive de geração de emprego e renda; para a juventude do bairro, principalmente.

G: Sim...

M: Então, tudo isso tá interligado.

G: Isso é incrível, Perus tem muito potencial. É tão triste que esse potencial seja tão... deixado de lado.

M: É, porque a gente tá muito longe do centro, a questão política aqui é muito séria, nunca teve uma representação do bairro que fosse forte pra agregar, né. Teve um momento histórico importante que foi na luta contra o aterro sanitário, da Bandeirantes, e contra outros dois aterros, um que eles queriam fazer aqui do lado da Bandeirantes e outro que queriam fazer lá na Anhanguera.

G: Ficariam lá perto de casa...

M: Naquele momento, a gente conseguiu envolver toda a população, paramos o bairro e conseguimos barrar algumas coisas, mas é um bairro que ainda tem muita dificuldade com toda a moradia, saúde, educação, esporte...

G: Parece que é considerado algo à parte.

M: É, toda essa luta que a gente tem ainda carece de uma visão do governo municipal, estadual, para olhar para esse, pro bairro.

G: Realmente. Ahn, ok. Você conhece alguma das histórias que circulam sobre o bairro... sobre o bairro não, sobre a fábrica, que circulam hoje, das pessoas que frequentam... que assim, circulam algumas histórias entre os adolescentes de pessoas que entram no terreno da fábrica, por exemplo, pra consumir drogas, festas... você tem contato com esse tipo de...?

M: Então, a gente sabe que tem essas entradas na fábrica, né. Inclusive tem trabalhos fotográficos... jovens que foram lá, tiraram fotografias muito interessantes, muito legal. Tem pessoal que faz aquele esporte que você pula de um muro pro outro...

G: Parkour.

M: Tem isso aí, tem o pessoal que fez... não sei se tá fazendo mais, mas fazia rapel lá, esportes de aventura...

G: Nossa!

M: Tem o paintball, tem o pessoal que vai lá conseguir a sua macoinha, inclusive o proprietário no dia em que a gente esteve lá, começamos lá a conversa, ele falou que teve casos de corpos que foram jogados lá na região. É muito interessante que quando ele falou isso para justificar que ele deixava o pessoal da polícia e do paintball lá porque ajuda a preservar, ajuda a ter mais segurança e tal. Aí o procurador perguntou pra ele assim, ele falou lá: “ah, tive muitos casos aqui de corpos, foram encontrados aqui...”; o procurador, acho que foi o procurador da prefeitura perguntou pra ele assim: “o senhor fez boletim de ocorrência disso?”, aí ele saiu pela tangente né, a história não batia muito.

G: (risos) Aham.

M: Então tem toda essa problemática de ocupações desordenadas, sem controle e perigosa; perigosa porque a fábrica tem muitos subterrâneos; o processo de fabricação de cimento, ele era novo, então tem ainda situações lá de buracos, de subterrâneos, e que é perigoso. Então a gente da ocupação tem que ter toda essa preocupação lá. Então, essa ocupação acontece, né, e nós propusemos, nós o grupo propusemos depois sentar com ele e estudar uma forma de já ir ocupando espaços possíveis para que não aconteça essa ocupação sem segurança e desordenada.

G: Perigosa pras pessoas.

M: Perigosa pras pessoas, é. Mas acontece. E assim, acontecia muito conforme o interesse dele, né. Então, por exemplo, quando a gente pedia pra entrar com escola, as vezes nós fomos barrados na entrada do túnel lá, e ele liberava pra ações que não podem acontecer com um bem tombado. Ainda acontecem essas entradas, né.

G: Sim...

M: Ah, e uma coisa interessante que eu esqueci de falar, é que também no plano diretor nós conseguimos colocar no plano... ah, é... aquela história, a prefeitura fica “não tem dinheiro, não tem dinheiro”, mas nós criamos lá do lado da fábrica, na região da avenida onde tinha o antigo caramanchão, que era uma área de lazer dos trabalhadores e tal, o novo parque municipal, que chama A Luta dos Queixadas. Então ali a ideia é que a gente possa transformar também, fazer um novo parque ali, emendando com o futuro que não sai do papel. Porque ali tem... se esse rio fosse limpo, nós temos uma cachoeira. Quando a água passa por baixo da estrada de ferro, que é um túnel, que você poderia fazer uma visita, é muito rápido: foi até o Quilombaque, segue aquela rua direto, você vai dar na boca do túnel por onde passavam os trabalhadores que iam trabalhar lá na fábrica.



G: Certo.

M: Então, tem esse novo parque ali, tem uma cachoeira que se a água fosse limpa seria uma área de lazer assim, nossa, muito legal para a população do bairro.

G: Seria incrível! Tem um pessoal daqui de São Paulo que, quando tá muito quente, precisa recorrer à represa de Mairiporã.

M: Que é uma situação bastante insegura.

G: É, primeiro porque é proibido entrar, e já tem placa lá avisando que não é seguro nadar naquela água.

M: A gente tem sonhos, né. Imagina essa água fosse limpa e se você pudesse ter um pequeno balneário ali, um parque, uma piscina... sabe, um pequeno parque aquático junto, próximo da fábrica...

G: Gera emprego, gera lazer...

M: Gera emprego, renda, lazer, a prefeitura tinha que fazer. São essas coisas que a gente quer pro bairro. Mas isso aí são sonhos.

G: Bom, quem sabe, um dia, né? Hm, eu tenho algumas fotos aqui, da fábrica, e eu queria que você desse uma olhada nelas, e se tiver alguma coisa que você queira comentar sobre elas seria bem interessante. Pode deixar, eu passo o computador pra você... Eu peguei todas elas no site do Movimento pela Reapropriação, aliás.

M: É, tem vários... tem outro site aí que você vai achar, Fotos de Perus? Acho que é Fotos de Perus.

G: Tem umas fotos antigas e tem também fotos recentes.

M: Essa foto, por exemplo, é muito emblemática. Muito legal. Porque, isso aqui é a rua Crispim do Amaral. Sabe onde é a rua Crispim do Amaral?

G: Acho que não...

M: Saindo da Praça Inácia Dias, que não é Inácio, né, era o nome de uma mulher, a praça, e isso é uma coisa que a gente tenta mostrar e às vezes “ah, a praça Inácio Dias encheu, deu enchente” e é Inácia Dias.

G: E vira Inácio.

M: Ela sai dali, da praça Inácia Dias ali embaixo, depois do lado debaixo da estação. É aquela rua que vai pro cemitério, aquele trequinho de rua que sai da Antônio Pádua Dias. Olha, aqui, por exemplo, eram os primeiros comércios que tinham no bairro, e aqui era o Cine Perus.

G: Cine?

M: Cinema. Perus chegou a ter dois cinemas funcionando concomitantemente, o Cine Perus e o Cine Mabra, que é esse prédio onde tem o Dia, o Mercado Dia hoje.

G: Sei.

M: Eu frequentei tanto o este Cine Perus como este Cine Mabra. Dois cinemas funcionando. Eu assisti muito filme de Tarzan, de Dinossauro aqui nesse... (risadas).

G: Nossa, que legal!

M: E hoje nós bobemos – nós que eu digo o movimento cultural aqui, deu uma grande bobeadada e não pediu o tombamento desse prédio; ele era um... tem fotos, talvez... talvez a gente ache uma foto interna dele. Do ponto de vista arquitetônico era muito bonito. Isso daqui é a Vila Perus, hoje, que aqui tem aquele casarão que tem os dois coqueiros, né, uma escola, passando a Susana de Campos, subindo a rua Dona Susana de Campos, como é que chama a escola...? Não vou conseguir lembrar, fica na esquina. Inclusive os dois coqueiros, as duas palmeiras imperiais, tão tombadas também, dentro da escola. Então, é essa Vila Perus, que não tinha nada, né. Aqui é o cinema, ainda era rua de terra, né. Essa é a Vila Hungaresa. Vila Hungaresa porque, porque na época que a fábrica foi colocada em funcionamento, a imigração ela era praticamente europeia, inclusive do leste da Europa. Então tinha húngareses, tinha italianos, tinha português, mas tinha poloneses, então, tinha nessa vila. Que a maioria que morava eram trabalhadores que fundaram essa vila. E é interessante que eram terrenos grandes, e hoje na rua Antônio Pádua Dias ainda tem muita vegetação no fundo dos quintais. Mas hoje, o que aconteceu: o terreno tinham 500m, 1000m, então o pai construiu aqui em baixo, na rua Antônio Pádua Dias, aí o filho, como não conseguiu comprar um terreno, ele construiu no meio do terreno, que é um terreno grande, aí as vezes tem 2, 3, 4 casas; isso diminuiu a área verde, mas você tem é uma vila bastante arborizada. E bem legal. Aqui era uma, aqui perto tinha uma farmácia, aqui era a estação, né, tinha um armazém, então, olha só, isso aqui deve ser mil novecentos e... trinta, sei lá. O meu pai, quando ele veio pra morar pra Perus, ele junto com meu tio teve nessa fase aí, junto com um tio meu comprou, eu nem tinha nascido ainda, comprou um barzinho que vendia refrigerante, lanche, dentro do cinema, aqui dentro do cinema. É, depois acabaram vendendo o barzinho, mas eu frequentei muito esse cinema aí. Depois frequentei o Mabra.

G: Bom, pode ir passando (as fotos); aqui a setinha, se você quiser.

M: Vai, vai olhando aí a... então, aqui é a locomotiva da estrada de ferro, né, Perus-Pirapora, que eu não sei que ponto que ela tá. Aqui também tem filmes da ferrovia, que você entra no YouTube você vai ver alguns filmes de 10, 15, 20 minutos.

G: Eu achei um antiquinho...

M: É, é. Isso provavelmente era alguma família, é, importante do bairro, né, que é a classe dominante, que eu não consigo reconhecer... tá com cara de ser o Peccicacco, mas não posso te afirmar com certeza. Isso é uma foto de dentro da parte elétrica, né, da fábrica... aqui já é uma foto mais recente... Vila Triângulo... a igreja tá afundando...

G: Essa foto eu... tá afundando?

M: Tá afundando, porque eles não, não preservou, e ela tá a ponto de cair já. Cê vê, tombado e...

G: Esquecido...

M: E nós, do movimento, a gente tinha proposta pra essa região aqui. Ele, no projeto que ele mostrou pra nós, não mostrou nada, não falou nada sobre a Vila Triângulo. Então, ó, qual que é a nossa proposta aqui, que nos estamos em elaboração, que isso aqui se transformasse num hostel cultural. São, é no mundo inteiro... os hostels, né, são lugares onde os estudantes vão, mais barato, tarara, tarara. Então, que tivesse, que a gente pudesse recuperar essas casas, e também tivesse oficinas, oficina de restauro, tanto de preservação da fábrica como da ferrovia; isso aqui é um lugar muito interessante de convivência, na Vila Triângulo, né. Isso aqui é lá no Gato Preto, é outra região, próxima de Cajamar, aonde tinha... eles, é, faziam, tinham um processo lá de que pegava matéria prima, pra levar pra fábrica, isso não tem mais nada, tá tudo... isso aqui alguma coisa também que era a classe... é, os figurões, que mandavam...

G: É, os figurões...

M: Essa foto é bem legal, eu conheci essa igreja, que hoje é a Paróquia Santa Rosa de Lima, nova, né. Aqui era o espaço do Clube Portland que foi transformado na academia; é, isso aqui era tudo de uma família, acho que a família Botoni, antiga do bairro... aqui ainda tinha só uma ponte, hoje tem duas, né, não era praça... esse era um armazém famoso, um dos poucos armazéns que tinha na região, e aqui, fica bem próximo da estrada de ferro, era o córrego, que passava por aqui; você ter uma ideia, teve uma enchente em 1929, teve uma enchente nesse córrego já.

G: Nossa...

M: E naquela época não tinha ocupação, então ele tinha várzea, né, que a água se espalhava por toda a região e a gente, com certeza a enchente era bem menos traumática, né. Essa é uma foto lá com a fábrica toda, deve ser uma foto aérea...

G: Parece um cartão.

M: É. Esse era um símbolo da fábrica de cimento.

G: Os dois perus?

M: É, os dois peruzinhos, tanto da fábrica de cimento como do clube esportivo Portland Perus; onde é o CEU hoje, ali era uma espécie de estádio de futebol que times importantes, Palmeiras, vinham jogar em Perus, na época, na... na... (nos anos) 50, 40, 50. E o campo era muito... tinha espaço para várias coisas, então... e aí, o terreno, o proprietário acabou pedindo o terreno, foi destruído, ficou por muitos anos largado, aqui era um brejo – eu ia brincar quando era moleque depois que acabou a, o campo, eu ia brincar lá no brejo, lá. Em 2001, a Marta (Suplicy) ganha, vem a proposta do CEU, aí eles vieram pra Perus e me perguntaram: “Olha, a gente quer um terreno, que você acha que é interessante construir o CEU. Como a subprefeitura tava bem pra cima, ali, eu levantei da mesa, da cadeira, e falei “Ó, é ali que tem que fazer o CEU”, um espaço enorme, central, próximo ao Recanto, que é uma área extremamente vulnerável, que a ideia era essa, né; então, apontamos o terreno do CEU e aí logo construíram o CEU. Essa aqui também deve ser lá em Cajamar, não to reconhecendo...

G: Quer que eu abaixe um pouco?

M: Não, ta bom. Aqui era próximo do centrinho, da praça Inácia Dias, que tinha quermesses da Igreja, então... é... tinha essas festas religiosas. E uma coisa interessante, é, interessante a se contar, muita informação. Até mil novecentos e setenta e pouco, a Igreja Católica aqui era muito conservadora. E o que que acontecia, naquela igreja que você viu ali era assim: nos primeiros bancos só sentava a elite do bairro. Os trabalhadores sentavam tudo atrás. Porque: porque a elite é que dava dinheiro para a Igreja sobreviver.

G: Ah...

M: Com a vinda dos padres europeus, principalmente os holandeses, eles quebraram isso. Foi uma ruptura; com uma visão muito mais humanista, mais coletiva, mais socialista... e aí a burguesia de Perus passou a não ter mais a mesma relação com a Igreja, e a Igreja Católica a partir desse período se embrenhou nos movimentos populares contra, por exemplo, o pó de cimento, que é um período da fábrica bem interessante, por que a fábrica foi se... envelhecendo, e não sendo renovada tecnologicamente, e aí o pó de cimento era terrível. Mais de 50% das crianças tinha bronquite, eu tive bronquite até os 15 anos, porque a fábrica soltava pós pela chaminé. Quando inauguraram o Gavião, se você pusesse uma toalha no sol de manhã, à tarde você recolhia quilos de cimento. Então você imagina o mal que fazia isso. E aí teve um movimento liderado pela Igreja e por alguns trabalhadores da fábrica pra acabar com o pó de cimento, né. E aí o Abdalla comprou filtros, não conseguiu instalar, e no fim a fábrica fechou e ainda alguns trabalhadores ficaram com a pecha de que “ah, quem que quis fechar a fábrica”, “ah, os trabalhadores e a igreja católica”; isso não é verdade. A gente queria o fim do pó de cimento. É bem diferente, né? Porque inclusive se essa fábrica fosse moderna, hoje, tivesse funcionando, ela seria um polo de desenvolvimento do bairro. Como aconteceu em Caieiras, a fábrica de papel, que a... Caieiras se desenvolveu em torno das duas fábricas de papel da Melhoramentos. Isso aqui também, olha, tá bem próximo da... eu não to conseguindo reconhecer onde é isso daí não. Mas provavelmente

aqui tá o Abdalla, tá o Peccicacco... Fiorelli Peccicacco, que é o nome da avenida. Isso é um casarão que tá tombado, também, na entrada da fábrica... aqui é a época da construção, provavelmente isso é antes de 1926... não, não é, já tinha essa parte aqui... isso é, a fábrica foi... eles acabaram construindo algumas... foram ampliando, né. E... isso aqui é uma construção da época, aqui é a mesma coisa... isso aqui é o forno, né, um forno... ele, lá em baixo é chaminé; então, o processo da fabricação de cimento misturava calcário com outras matérias primas, e esse negócio, que é de ferro, ele rodava, e ele é construído com uma inclinação pra que a matéria prima, por gravidade, ela vai rodando e vai, é, misturando e triturando as matérias primas até chegar no pó de cimento. Isso ainda, esse forno tá lá. Aqui também é o forno... aqui é a parte elétrica da fábrica, é interessante que quando a fábrica foi inaugurada não tinha eletricidade em Perus, a eletricidade chegou em Perus foi se não me engano em 1954, então tinha eletricidade na fábrica e não tinha eletricidade no bairro. Isso aqui acho que são os filtros que eles tentaram colocar que no fim não funcionou. Essa é uma foto aérea bem antiga... aqui é a matéria prima sendo levada pra... pro triturador, né. Aqui é a construção... aqui é a parte do... da... ensacadora. O pior lugar da fábrica era esse. É, depois de todo o processo, já o cimento pronto, ele saia quente, muito quente. Então aqui, tinha vários bicos, né, os trabalhadores colocavam – e era tudo manual – o trabalhador... imagina um silo quente de cimento saindo, aquele pó, o trabalhador pegava o saco, enfiava, enchia tirava; enchia, tirava, enchia, tirava. Então, às vezes, tinha problema, o cara recebia aquele cimento quente no corpo todo.

G: Nossa...

M: Então, era extremamente... inclusive, tinha um ganho, né... quem trabalhava aqui tinha um ganho por produção. Então, o cara ganhava, poderia ganhar até o dobro do salário, mas a saúde dele ia pro brejo. Aqui é a elétrica, aqui provavelmente a parte mecânica. Ô, essa é interessante você pensar um pouco na questão da história das mulheres do bairro. Porque elas ajudaram muito, as mulheres.

G: Tem uma dissertação da Maria Madalena Ferreira Alves, se não me engano, sobre isso.

M: Isso. É, então, aqui ainda era a igrejinha, provavelmente aqui era a praça. Ô, cê vê, aqui não tinha nada, tinha três, quatro casas na Vila Hungaresa.

G: E hoje em dia é tudo casa.

M: É. Interessante, se você ampliar isso aqui você vai ver o símbolo nazista.

G: Tem na próxima, se não me engano, mais perto.

M: Ó lá, né, cê imagina. Então na época que foi inaugurada a fábrica, o nazismo ainda tava começando. Né, então não tinha ainda, não tinha a guerra, então eles fizeram alguma negociação com a Alemanha nazista e compraram algum equipamento que veio com esse símbolo.

G: Seria tão bom poder estudar um pouquinho mais disso.

M: É. Não a história tem de monte pra... sabe lá se algum desses era o meu avô ou sei lá... ou algum... (suspiro e inteligível) Acabou? (referindo-se às fotografias)

G: Acho que acabou. Sabe se ainda tem documentação? Se ainda tem... se sobreviveram documentos da fábrica? Da época que ela funcionava...

M: Então, olha... é... muito pouco, porque teve um incêndio, lá dentro, num dos prédios onde tinha muita documentação. Quem tem alguma documentação é o Téo, que fez um trabalho sobre a fábrica, Marcelo Chaves. Se você entrar depois aí, é Marcelo Chaves. Cê vai ver o trabalho dele, ele fez um, até escreveu um livro, um livro nosso. E ele tem fichas dos trabalhadores. Então, ele estudou a questão mais trabalhista, a história de quem trabalhou na fábrica. Então, no início, os imigrantes europeus; depois, é... mineiros...

G: Nordestino...

M: Mais pra frente baianos... aí vieram os emigrantes brasileiros.

G: É bem interessante que eu... alguns dos livros, eles mencionam que geralmente os trabalhos mais bem remunerados da fábrica eram destinados aos imigrantes europeus.

M: É, por conta da experiência que eles tinham, é... talvez, alguns funcionários mais especializados, isso a gente não tem certeza, vieram já com uma certa especialidade... e os brasileiros depois é que começaram a, né, morrendo os europeus, os brasileiros é que começaram a atuar, né.

G: Descendentes, emigrantes...

M: É, mineiros e tal.

G: Ok. É, aqui são algumas fotos mais recentes; talvez não tenha muito o que comentar, mas eu achei que valia a pena você...

M: É, essa é uma foto atual.

G: Se você quiser ir passando... talvez não tenha muito o que comentar.

M: É. Aqui são partes da fábrica, né...

G: Um-hum... parte degradada... o subterrâneo que você comentou.

M: É, olha... aqui mostra, assim, que eles tiraram muitas partes da fábrica, principalmente ferro, pra vender pra ferro velho... aqui é a parte interna do forno. Até os anarquistas foram lá, né?

G: (risos) Eu acho essa bonita: "luta pela memória".

M: É; a gente não sabe quem foi que escreveu isso aí. Esse é o casarão lá... é, essas aqui são fotos atuais, onde mostra a situação atual da fábrica.

G: É, são mais ilustrativas.

M: É. Tem... é interessante, tem... no ano passado uns alunos do Oliveira Lima fizeram um trabalho sobre a fábrica e fizeram uma exposição na biblioteca. Você já foi na biblioteca, viu a exposição que existem lá? Aqui em Perus?

G: Não, já visitei, mas...

M: Cê pode ir lá, falar com a Bete, que é a gestora, que é uma amiga nossa também, tá envolvida, né, nessas todas questões, e ela vai te falar sobre essa exposição que os alunos fizeram, muito criativa, muito legal. Além da exposição, também tá lá em exposição um trabalho da... Patrícia Barbosa, que é uma menina que fez arquitetura, que fez um trabalho sobre a fábrica. Também é interessante, lá tem... porque hoje, o que que nós tamos fazendo em parceria com a biblioteca: como nós não tamos conseguindo transformar a fábrica num centro de memória, a preocupação é de ter um espaço pra que a gente possa receber, guardar, arquivar, expor material da fábrica.

G: Talvez um museu...

M: Mas como a gente não tem isso, nós fizemos uma parceria com a diretora da biblioteca e ela agora tem uma equipe digitalizando a documentação, fazendo um arquivo, montando um arquivo, a nossa história, o ponto de vista dos trabalhadores. E também fizemos recente uma parceria com a geografia da USP, através da professora Simone Sifone, que ela conseguiu um aluno que também tá fazendo um trabalho de sistematizar todos os arquivos que tem, ampliar o mapeamento da região da fábrica, tudo no sentido de deixar isso de uma forma fácil de ser acessada, e também que a gente possa manter isso em arquivo digitalizado, então também tá existindo isso aí.

G: Facilitaria muito o acesso.

M: É. Nós iríamos ter uma reunião na... amanhã a noite, do movimento. Mas nós adiamos porque a proposta, começo de ano é complicado, então na última reunião do ano passado, nossa proposta de que algumas pessoas fossem, é, já pensando num projeto, apresentar um projeto, né. E a coisa não avançou muito, porque tudo isso que eu te falei, tudo isso é feito de uma forma solidária, ninguém ganha nada pra fazer essas coisas, a não ser quem tá envolvido lá na biblioteca e tal, mas agora, o movimento, agora que a gente tá conseguindo, não uma verba para o movimento, mas essas parcerias, no sentido de ajudar a criar arquivos, digitalizar, sistematizar todas as informações.

G: Ok. Bom, pra gente, fechar, você poderia sintetizar o que você acredita, o que você defende que seja feito com o espaço da fábrica? Uma síntese.

M: Então, diante da primeira proposta de desenho que o proprietário nos fez, pro movimento – e aí eu vou colocar a minha, não posso colocar, ainda não é uma opinião fechada do movimento – acho que nós precisamos avançar um pouco mais na proposta cultural. Ele apresentou lá, todos esses prédios que a

gente viu, tem espaços museológicos; ele quer fazer um teatro, um cinema, tal, mas ele quer fazer lojas, cafés, né, e lógico que nós vamos tentar ampliar os espaços culturais e diminuir os espaços comerciais. Mas nós, e aí eu posso falar enquanto movimento, nós chegamos à seguinte conclusão: se nós, a gente, não negociar – que teve até um período recente, até o ano passado, a ideia do movimento era assim: queremos a fábrica como um todo, pública e cultural. Mas a gente chegou à conclusão, assim, inclusive com a situação política que nós estamos hoje no Brasil, que é uma ditadura não declarada, com aquele maluco que assumiu o poder, nós podemos perder tudo, a fábrica. Então a ideia é assim: pra não perder, eu nunca sei, pra não perder os dedos, a mão, a gente perde o anel. Então, nós concordamos em começar uma negociação, e ver até onde pode chegar pra transformar ela num centro de cultura. Mas já, assim, já aceitamos, isso não é 100%, no coletivo, mas democraticamente a gente aceitou que temos que negociar com o Abdalla. Que, se não, a gente vai perder tudo. Porque esse projeto dele, aí, de ocupação, são coisas assim pra 5, 10 anos, pra se viabilizar economicamente. Um preço muito alto, e nós da comunidade não temos como participar disso, então tem que ser um investimento privado, ou dele ou de outros investidores, mas que a gente quer interferir, que a gente quer fazer uma proposta pra melhorar a questão cultural desse projeto. Então, essa é a ideia hoje do movimento.

G: Ok.



#### **Anexo 4: Transcrição da entrevista realizada com R. C. B.**

G: Ok, agora foi. Começando com informações gerais, qual é o seu nome completo?

R: Regina Célia Soares Bortoto.

G: Ok, to anotando aqui. Você pode conferir a grafia pra mim?

R: Regina Célia Soares Bortoto. É, só o acento no “Célia” ali.

G: Ok. Qual a sua data de nascimento?

R: 17 do 06 de 1962.

G: Tá pertinho da minha mãe!

R: Ah, ó lá! (risos)

G: E cê nasceu onde?

R: Eu nasci aqui em São Paulo mesmo, mas não aqui em Perus como grande parte da minha geração nascia.

G: Hm-hum.

R: Eu nasci mesmo na... acho que no hospital Brigadeiro. Brigadeiro? Na cidade, né. Tinha um táxi aqui em Perus, me levaram pra nascer lá.

G: Nossa!

R: Me considero nascida em Perus!

G: Mas é uma jornada daqui até a Brigadeiro!

R: E foi mesmo. A maioria aqui na época do Mario inclusive era parteira, né, tinha as parteiras aqui.

G: Nossa. Essa eu não sabia.

R: É. Mas vai longe, como você falou, com locomoção, imagina a mobilidade pra levar uma gestante até o centro; ia morrer no caminho.

G: E o táxi deve ter sido...

R: Isso eu omiti, são dois táxis, mas enfim, isso é um detalhe.

G: Não, pode falar.

R: Tá.

G: Ok. E você cresceu onde?

R: Aqui em Perus. Aqui, até os meus 9 anos, eu mudei pra Vila Caiúba em (19)71. Em setenta e... só que não tinha escola lá em cima, o Candido Portinari não existia ainda. Aí como eu tinha que estudar na Susana de Campos eu morei na Vila Operária, na rua do mercado, não, tá aqui, perto da São José Operário, onde tem igreja, naquela rua São José Operário. Perto da Igreja. Aí eu fui pra Caiúba, e eu morei a minha vida toda, até 2007, em Perus. Aí eu sai de Perus por conta de tá... acho que a gente tinha que, não pelo lugar, eu vivo mais aqui, minha família. O problema é que a gente tinha uma casa grande, sem filhos, e a gente achou melhor fazer outro investimento, assim, um lugar menor.

G: Entendi. Bom, ok. Hm... e você trabalha com o que, exatamente?

R: Eu fui sempre professora. Desde mil novecentos e oitenta e... nove... oitenta e quatro já era, né, já tinha terminado os estudos (?), então me aposentei como diretora de unidade de educação infantil. Mas assim, sem... trabalhei 21 anos no Cândido Portinari. Acumulei dois cargos: professora de pequeninhos, no terceiro e quarto ano, e depois professora de português que eu acumulava o cargo também, aí quando foi em 2008 eu assumi como diretora de escola. Então eu me aposentei com... me exonerei de um cargo, aposentei como diretora de escola.

G: Tendi; e aqui no sindicato?

R: Na Associação, foi a um convite do Seu Sebastião. Ela tá já com 84 anos, né, ele carregou durante 10 anos, é, sozinho, a Associação é fundada em... noventa, mil novecentos e noventa, mas durante 10 anos, os últimos, ele é que tá trabalhando sempre, fazendo os plantões aqui. Ele chega às nove horas, fica até meio-dia, sobe pra almoçar, volta às duas, vai até as cinco. Porque tem um, um serviço que eles prestam, de saúde; eles tem um convênio, uma parceria com o se... Seconci, que é um serviço da construção civil, eles atendem plano de saúde e aí os usuários que optam por esse serviço tem que pagar esse serviço; aí o plantão é feito pra atender as pessoas que vem pagar mensalidade nesse serviço. Aí ele me convidou, que ele falou assim, tava precisando, já tava na época de fazer a eleição da nova diretoria, ele me consultou, eu... resisti um pouquinho, porque é uma tarefa que embora, assim... pra mim é um compromisso, (es)tar aqui, toda quarta-feira de manhã, que não tem como não estar. E... não é um trabalho remunerado, todo mundo é voluntário, então cê fica meio que... é, né, prestando um serviço que tem que ter uma responsabilidade. Aí eu não queria muito que já tinha outros tantos, né, compromissos. Mas acabei, né, fazendo parte, ele convidou o Mario também, a gente acabou (?) em dois mil e... esse é o segundo ano, 2018 então foi nosso primeiro ano na Associação. Então, na Associação, eu sou a segunda secretária, na, no cargo, né. Eu trabalho aqui na Associação como voluntária, esse foi meu vínculo com a Associação dos Queixadas, aí que eu descobri um pouquinho melhor essa ideia de, pra que que serve essa associação; o sindicato é mais voltado para o trabalhador que ta na ativa; quando em 90 eles foram se aposentando, tinha um monte de gente, operário trabalhador da fábrica, aposentados, eu lembro, na época, não muito bem porque não conheço essa história, é o Sidney que conta, eles pensaram assim: bom, os trabalhadores inativos, eles tem que fazer parte, eles

tem que continuar participando, num da pra aposentar, colocar uma pantufa e ficar em casa. A ideia era realmente aproveitar todo o talento, né, todo o acúmulo de história que eles tinham. Aí criaram a tal da Associação. E no começo a Associação realmente foi mais pra enfrentamento das penúrias que tem um pensionista e um aposentado, uma aposentada. Né, de lutar, eles tinham, é, eram ligados a uma federação dos aposentados, mas eles tinham uma diretoria mais atuante. Eu acho que tava mais na luta. Depois, com o tempo, as coisas foram esmorecendo, os falecimentos, né, então a diretoria começou... hoje, é duro falar, mas a Associação é mais vista como um serviço de plano de saúde; e a gente quer retomar aquela função ou a missão mesmo principal da associação, que é envolver os trabalhadores aposentados a ir num ritmo mais social nesse cenário todo. Aí a ideia das rodas de conversa, que surgiram essas rodas de conversa, e fazer outras atividades pra tentar realmente colocar, é, o pessoalzinho mais já velhinho, né, nessa congruência aí de coisas que tão acontecendo, senão eles ficam só lá, falando de remédio e doença, remédio e doença, remédio e doença.

G: (risos) Nossa, isso é incrível. É bem admirável, vocês.

R: É, eu acho que é um trabalho que eu to... eu acho que eu to assim, gostando demais. Por que eu to, vou fazer um comentário que eu costumo fazer com todos: quando ele me convidou eu fiquei “que coisa, vou ficar fazendo o que naquela Associação, recebendo dinheiro toda quarta feira”; ele falou assim: “uma das tarefas é essa; mas você vai descobrir outras coisas” – olha como eles são danados, esses homens mais velhos.

G: (riso contido)

R: Giovanna, de verdade, a minha descoberta foi assim: a cada situação, cada indivíduo, homem ou mulher que vêm aqui, eles não vêm às vezes só fazer o pagamento do auxílio. Eles começam a conversar; uns, os que tem mais vínculo com Perus... é o momento em que eles sentam, às vezes eles ficam uma hora, uma hora e meia, quarenta minutos, meia hora, conversando comigo, contando histórias maravilhosas, é, falando do passado deles, os tipos mais novos, mais recentes, eles vêm assim: eles não conhecem muito o bairro mais trabalham, trazem outros assuntos. E às vezes até assunto de foro bem, bem particular; gente que não tem com quem conversar. É um momento que eu falo assim: “meu Deus do céu”; vai além da coisa só do prestar serviço: você cria relações. Eu falo, eu brinco, tem dias que eu não consigo beber água porque é um entrar e sair de gente que quer falar, que quer... então, a ideia é também fazer um projeto pra Associação transformando essa área numa área de convivência, que vá um pouco além da necessidade só de vir e pagar o tal do plano de saúde. Então, temos também uma menina aí, inclusive uma neta do Tião que é jornalista, a gente tá pensando junto com outro rapaz parceiro dela que fez mestrado com o professor Euler, nós três estamos pensando em fazer destes plantões que a gente faz aqui da Associação uma... um projeto em que a gente vai tentar gravar as histórias e as memórias dessas pessoas que são (buzina) ex-trabalhadores mesmo da fábrica, ou filhos e filhas de trabalhadores, ou pessoas que tenham, famílias de mais de 60 anos que moram no bairro e

viram a transformação de Perus na prática. Então a ideia é gravar em áudio, vídeo, essas histórias. É um projeto que tá na nossa mente, o primeiro nós gravamos já foi o seu Tião, pra fazer um arquivo pessoal dele, ainda mais, né... mas eu acho que é assim... essa tarefa agora, pra mim, eu descobri um outro potencial que é essa geração mais velha que tem o que falar mas não tem canais. A gente não dá os dispositivos necessários. Então já que tem quem quer aproveitar, e pegar... porque são visões diferentes da mesma fábrica. São ideias diferentes, são relações diferentes da mesma fábrica. Às vezes, de amor e ódio. Então é muito legal ouvir as histórias que eles trazem; é um projeto que... a redescoberta da Associação foi pra mim também nesse sentido, de ficar lidando mesmo com essa história e memória.

G: Olha, se vocês estiverem precisando de ajuda, eu sou voluntária. (risos)

R: (risos) Beleza. Vou colocar o Diego a par disso então, porque a gente não tirou do papel e tá na cabeça ainda, assim. Só tem essas três que... a gente já tem, já apresentei a ideia pra diretoria da Associação, a gente faz reuniões ordinárias toda terceira segunda feira do mês, se reúne e define algumas coisas, então já apresentei pra eles, né. Eles conhecem, os dois meninos lá, a Sheila e o Diego que querem fazer. Se a gente for realmente, er, debruçar sobre essa... forma de... fazer esse artigo, a gente chama você também. Mais uma pessoa importante.

G: Legal, brigada. Ahn, ok. Você quer falar um pouquinho mais da sua relação com Perus?

R: Então, minha relação com Perus. Eu... é... não tenho o que falar. A minha relação com Perus, entendendo Perus como uma comunidade, ela começa na infância porque a minha mãe e o meu pai sempre foram vinculados às comunidades eclesiais de base. Então, quando eles foram morar pra Vila Caiúba, eu fiz a primeira comunhão, e da Primeira Comunhão, em setenta e um – isso foi em setenta e um – é...o padre na época era o padre Pedro Steves, e o padre Mateus; tinha também os mais velhinhos, o Guilherme e o Carlos, mas eles nos convidavam pra fazer parte do grupo de perseverança que tinha dentro da Igreja, que era um mundo novo. Então sai do grupo de catequese e eles faziam o convite de permanecer – e eu permaneci. Então, esse... essa permanência, eles atingem o que: a família também. Atingindo a família também, meu pai e minha mãe começaram a participar mais das organizações dessa igreja. Então a igreja via progressista, né, em setenta. Eles trazem muito essa questão da teologia da libertação, e entendem que a comunidade era carente e começam então a comprar os terrenos e fazer as tais das comunidades eclesiais de base, uma delas lá na Caiúba, meu pai e minha mãe foram lideranças lá no S samaritano. Aí minha vida toda começa nesse viés que é da militância mesmo social e política, porque desde de pequenininha, várias das coisas que eu fiz envolvidas aí com a essas questões, claro sempre com a religião no meio, eu lembro-me da passeata “pó de cimento esmaga vidas”, que era a primeira sensação de estar na rua lutando por alguma coisa que era em relação ao filtro. O meu avô foi Queixada. Mas aquele queixada que, assim, só tava envolvido com a greve, né, sabia da luta, mas a gente não tinha essa clareza toda dessa formação. Era aquela coisa que tentavam nos passar na roda de conversa que o doutor Mario fazia: que o trabalhador levasse pra família, pra esposa, pros filhos, a

necessidade do apoio à greve. Então era assim que a minha mãe, a filha mais velha, via o meu avô. O meu avô paterno também era Queixada, mas aí eu tinha menos relação com a família da... claro que eu tinha relação, mas assim, essa, com vínculo, era mais aqui com a da minha mãe. Então, é uma gente sempre disposta, engajada em defender interesses dos trabalhadores – eles não tinham essa linguagem, obviamente, mas é aquela coisa da solidariedade, né, de tar junto. Então minha relação com Perus começa nessa, nessa forma de atuar, assim, em prol do coletivo. Tá precisando de escola? Tava lá a Regina buscando, junto com outras pessoas, a pensar o caminho. E aí, foi de forma precoce, na verdade, que... então, imagina assim: com treze anos já ia pra igreja, já envolvida com grupo de catequese, já envolvida com gente mais velha, e nisso eles já viam potencial em mim, na Maria Helena que é uma parceira minha que ela tá ausente agora mas é uma companheira também de luta, e em dezessete anos a gente tem brigando por mais escola no bairro. Então ela é do movimento pela educação, aquela escola que tem ali no, na vila operária... como ela chama... aquela que fica ali embaixo, perto da igreja, perto da igreja São José Operário, daqui a pouco eu lembro o nome dela. Mas aquele te... olha como as relações em Perus, as demandas puxam demandas: eu dava catequese onde é a São José Operário, é, foi comprada pela paróquia Santa Rosa... aí o padre, eles fizeram um barracão, era chão de terra, e eles fizeram um barracão porque o padre daqui ele entendia o seguinte: como as crianças que moram lá no Jardim do Russo tinham que se deslocar pra cá pra vir fazer catequese aqui? Compraram o terreno lá, construíram e precisavam de alguém da catequese lá. Eu era muito nova; treze, catorze anos. Eu falei: “eu posso ir, mas desde que alguém me acompanhe”. Então a Alzira topou, e tinha uma... era uma catequista velhinha, muito velhinha, a mais antigo, fui: “eu topo ir lá, mas tem que ter alguém comigo. Então era bem novinha, junto com a mais velha, então nós fomos lá fazer as turmas de catequese. Pensando assim... esse padre, ele falava assim: “mas imagine uma criança que... ela não tem escola, que não é só não ter catequese, ela também não tem escola pra estudar aqui onde ela mora. Tem que se deslocar pro Susana” e geralmente o Susana de Campos não tinha vaga; a gente não tinha escola – o bairro vai crescendo e você não tinha. Então, vamos começara pensar em brigar pra construção de uma escola. Faço um parênteses aí: eu também tive o privilégio e a sorte de ter esse é... eu chamo mentor mesmo religioso, esse padre Pedrinho. O padre Pedrinho, ele tinha uma missão muito humana né, não só trazia a questão da religiosidade, da religião, ele era um pastor mesmo, sabe, que cuida das ovelhas. Mas não, não deixa com o cabresto a ovelha. Ele trouxe pra gente essa visão assim mais social. Porque ele, olha só, ele tinha contato com alguns professores que – eu era bem jovenzinha – mas tinha uns professores que já tinham vínculo com a ideia de Paulo Freire né, da aprendizagem, da ampliar a inclusão, né, de olhar pro mais pobre, pros mais excluídos. E esses professores já pensavam a questão dessas crianças que sempre ficavam excluídas, nos convidaram então enquanto jovens pensando na educação pra fazer parte desse grupinho que pensava numa inclusão e na exclusão. Eram professores bastante interessantes que ficavam, assim, amedrontados com a ideia, assim... no tempo que eu era criança, às vezes o diretor ele escondia as vagas e dava as vagas só pra quem ele queria. Era uma forma

muito, muito, muito ruim e perversa. Então, às vezes tinha vaga na escola, mas para um pobre – se fosse negro, então, tava ferrado – então, às vezes ficava uma... e era perceptível isso, né, que as pessoas ficavam sem estudar por que elas iam lá, e fala “não tem vaga, não tem vaga”. E a gente sabia às vezes que tinha vaga, só que... é cruel. Então alguns professores, atentos a isso, começaram a se articular, e eu e a Maria Helena principalmente nos envolvemos com essas professoras e fomos nos entendendo com ela, e aí já criamos um outro grupo chamado Equipe Docente no bairro, que já era um, assim, uns professores muito mais descolados, que já tinham sido... exilados, sabe? Tinham sido presos políticos, eram, acho que tinham sido ainda mais ligados ao Leonardo Boff, é, mais... é, envolvidos com as questões mesmo da... da gente excluída. A Cecília Guaraná... na verdade, tenho uma reunião com ela hoje, até redescobrimos a Cecília agora na, numa casa, ao destino, a Maria Helena foi ao teatro, aí encontrou com ela, né, as duas se reconheceram e nós descobrimos que a Cecília atua, por incrível que possa parecer, e aí nós escolhemos ela pra ir ao lado dela numa prática da Cecília hoje. A Maria Helena não pode ir, eu vou pra ver como é que tá a equipe docente. Mas enfim. Aí, essa ideia então do meu vínculo, da minha atrelação, com o bairro foi sempre por demandas. No meu caso, fiquei muito, muito envolvida e colada com a educação, sempre, sempre muito envolvida com essas questões da educação, com a qualidade social da educação, do ensino mesmo, com a sucateamento... E aí, nos anos 90 quando a Erundina ganha, pra gente tinha condições muito objetivas de transformar a fábrica... Então, cê imagina assim: tinha essa relação, é, de... com a vida, com a militância no bairro, era um tirico, né, de espingarda, você levar isso tudo pra, prum jeito de fazer a escola diferente, porque eu sabia o que tava acontecendo do lado de fora da escola, então levar isso e fazer conversas com as crianças que moram no lugar é a coisa mais tranquila no meu caso, da Maria Helena, pra vários professores do Cândido Portinari. Então, quando a gente tava junto politicamente envolvido até o pescoço na época no PT, com o núcleo mesmo do Partido dos Trabalhadores aqui, imagina uma jovem de dezessete, vinte anos, com todo um sonho, um projeto de mudar o mundo, era uma coisa que... a gente olhava assim e queria, realmente, tava vendo que era possível mudar o mundo. E fazendo as coisas, na cultura, na educação, na saúde – o Mario sempre foi mais com a saúde, por exemplo – mas sempre junto. Aí vem lixão, aquela coisa toda com a Igreja que você já deve saber, do bairro que vai crescendo, vai ficando, né, sempre essa coisa muito tumultuada, mas onde é que a gente tenha, assim, nosso legado: nessa união e firmeza permanente, porque de alguma forma a gente manteve o vínculo com os nossos ancestrais, que seriam os João Breno, o Chorão, o Filipão, todo aquele, todo aquele povo que você ouviu algumas pessoas comentarem aqui, era onde a gente fazia nossas reuniões, acontecia aqui nesse prédio, por exemplo. Eu tava falando... ah, da roda de conversa, eu cheguei em casa, tava arrumando lá no arquivo, aí eu peguei uma revista, quando o Diego falou daquele casal que era do movimento, né, da violência não ativa que veio pro Brasil, eu peguei a revistinha e vi lá, né, quando o Esquivel esteve aqui, nesta sala, aí ele pegou a revista, e ele autografou a revista, e a gente conversou e então é realmente um... a minha relação sempre foi muito intensa com o bairro porque essas personagens todas fizeram parte da

minha vida. Então, assim, sentar com o Paulo Freire, conversar com ele, não era pra... foi algo, algo muito interessante que aconteceu, é... quando o Lula veio pra Perus, por exemplo, a gente fez – a gente era abusada, a gente os contatos, e se desse, desse, aí, então assim – a gente era, ela tava candidato, acho que a... eu não lembro mais, eu sei que tem umas fotos em casa do Lula em cima de um caminhão na praça lá em baixo, perto da Igreja... só que tinha um probleminha, porque à época ainda tinha muita perseguição, assim, então uma podia subir no caminhão que trabalhava na Melhoramentos, outro não sei o que, sabe? E eu criei uma vergonha, falei “ah só subo no caminhão se alguém subir comigo!” (risos) Eu tava no primário, no médio! Aí a Maria Helena só chegou no caminhão pra apresentar, só viu a Regina subindo e ficaram assim, olha que coisa mais absurda! Subimos no caminhão lá pra fazer então a... era um comício do Lula aqui em Perus, né, então veio muita gente do PT que hoje tem cargos aí né, deu no que deu né...

G: É...

R: Onde tá o Lula, dói... mas assim, só pra você ter uma ideia de como esse, esse percurso da história da gente do bairro era muito vinculado realmente a ideia de transformar as condições que as gente via reais da população. Reais. Então, se pra mim não faltava pão, pro meu vizinho faltava. E isso incomodava, um dia, se a minha mãe tinha como levar os quatro filhos com ela, a vizinha não tinha com quem deixar a criança. Então, essa forma de organizar a comunidade, e a comunidade ver de que forma você poderia... eu me lembro quando o padre Mateus, por exemplo, na época da Erundina (depois, quando veio o Maluf, aí eles reviram) tudo tinha assim... tinha um sentido: fazia creche conveniada, por exemplo, que era uma assistência social pra gente. Mas eles viam no convenio, por exemplo, o partido dos trabalhadores, na época da Erundina, uma outra dimensão de educação na creche, né, e aí além daquela coisa só de assistência. As comunidades eclesiais de base, tá, tinha vínculo com a igreja, tinha que ter lá as irmãs, né, da igreja. Mas ia além; ela abrigava, por exemplo, nós fizemos uma época, o grupo de igreja que chamava Grupo Coruja, que era um... um... a gente recebia uma verba da Holanda, que é da Igreja, um projeto lá em mil novecentos e oitenta; um grupo pessoas da igreja fez um projeto; e nessa época o Brasil era considerado um país em desenvolvimento. Aí a captação de recursos no país que era considerado exemplo, eles conseguiam trazer essa verba pra, pra alguns projetos no Brasil. Nesse caso, tinha um grupo de formação de lideranças, que era um grupo da igreja que pegava o dinheiro e ia usava pra fazer a formação de lideranças da igreja, pra que essas pessoas pudessem ter uma formação muito mais ampla, né, e saber como tratar as coisas. Só que depois também foi esmorecendo, então a gente continuou recebendo a verba, só que não tinha gente pra tocar. Aí o padre Leonardo... Leonardo... eu chamava ele de Leo, nem sei se era Leonel ou Leonardo, mas acho que era Leonardo. Um dia na paróquia, no nosso horário de aula, falou que ele queria recuperar essa formação de lideranças. Aí ele nos convidou, eu e a Maria Helena, o Mario e o Marcio, esposo da Maria Helena: “cês topam tocar?”. Tinha a Soraia, que era uma das primeiras que... a Soraia Ansara, que esteve... a Soraia, a Célia, disseram “vamo entender isso”, porque a gente não conhecia essa demanda. E esse padre, ele batizou

assim, nome fantasia era o Grupo Coruja. Aí esse Grupo Coruja arrasou com o dinheiro, que nós fizemos muita, muita coisa mesmo, junto... porque aí, claro, mudou o perfil, não era mais formação de liderança, porque liderança a gente nem entendia mais como um “grande líder”... são referências... era muito mais aberto e arejado, a gente fazia. Tanto é que o Quilombaque, por exemplo, vou fazer um parênteses aí: ah, os meninos, Fofão, o Dedê, eu conheço desde que eram pequeninhos, porque dentro da escola do (inaudível) eu tinha um laboratório de comunicação e expressão. Era um banheiro velho lá que deixou e... pegou os meninos lá e arrumou, limpou, pintou, e a gente fazia algumas atividades paralelas à escola, o jornalzinho da escola, o teatro, papapa papapa. Aí o neto do Tião, que é o Tiago, ele me apresentou à cultura hip hop, eu não conhecia isso, lá em 2001, 2001, mil novecentos e... noventa e nove, foi quando nós retomamos o tal do Coruja. Aí eu vi aquela meninada dançando break, fazendo grafite, poesia, eu falei “nossa, é...”, eu fiquei encantada. E a escola não tinha nada a ver com aquilo. Aí eles, eles não tinham espaço pra fazer os ensaios, e eu comecei a organizar com as pessoas da escola o espaço pra eles poderem fazer... e-e a coisa foi rendendo nas... eu fui entendendo o que era essa cultura hip hop, eles foram se envolvendo com as questões também que a gente apresentava, né, essa coisa da fábrica, da retomada como patrimônio, de usar aquilo pra uma outra coisa, prum outro uso, que seria mais cultural... começaram a entender. E os meninos, Fofão e o Dedê, que eram o Júlio de Oliveira, souberam (porque essa meninada, ela se junta pra fazer os grafites, né, juntam todos nessa...) aí o que eles fizeram: começaram a frequentar o nosso grupinho lá no Cândido Portinari. Aí nós não tivemos dúvidas, pegamos dinheiro do Coruja, vamos investir ali na, precisa fazer o que, vamos fazer formação? Vamos fazer formação. Fazer isso, vamo fazer exposição, oficina. Aí o Danilo, que é da (inaudível), começou a fazer muita coisa, muita mesmo; o Fofão, o Dedê na escola, junto com a gente... a gente começou a fazer muita coisa; eles se formaram, metade do ano, cada um na sua escola, mas eles continuaram juntos. E o Fofão... cada um toma um caminho, mas pelo que eu vi, o Fofão, o Dedê e mais alguns lá, se orientaram pelos tambores, né, que eu acho o som muito lindo. Pegaram essa coisa de... do quilombo, sabe, entender, uma necessidade própria quem é negro, que mora na... e a coisa começou a ganhar um outro... nesse mesmo tempo aparece o Soró, ele volta pra Perus, e a gente faz um, um bem bolado com o Soró. Ele acaba se envolvendo com os membros do Quilombaque, com a experiência e a maturidade que o Soró tem, junto com os meninos que eram bem juvenzinhos, a coisa rende e a Comunidade Cultural Quilombaque, ela toma um corpo. Mas o que... o que eu to tentando demonstrar é que como as coisas, quando elas se engrenam, juntas, quando elas tem um diálogo, uma conversa muito... é, a educação, conversando com os movimentos sociais, de conversa com a saúde, de conversa com a subprefeitura... elas tenderiam a ninguém segurar. Ninguém consegue, é, segurar, quando a coisa tem uma rede forte. Porque você tá no seu pedaço, você tá sabendo, você tá envolvido, tá fazendo a coisa de uma maneira em que você vai se apropriando daquilo que te desapropriaram a vida inteira, de um desconhecimento. Então o que a gente fez, a parceria com o Euler, por exemplo, em 2011: foi pra gente um sopro de novo porque retoma o movimento da fábrica, e ele vem com a academia, vem conhecer a população, os



moradores, cada qual com as suas informações, elas somam. Agora, é claro, tem vaidades, tem divergências, tem bri(gas) – tem. Mas eu acho que acima de um, se você for maduro, você tem que superar isso pra um crescimento do coletivo. Engole um sapinho? Engole um sapinho. Briga aqui, briga ali, mas vamos tocar o que é mais importante. Se não, porque que você tá fazendo, só pra ter um reduto, um gueto particular bem-sucedido? Não é assim. Não posso pensar assim, que a educação sozinha vai fazer alguma coisa, assim como a saúde sozinha vai fazer alguma coisa. Não, quem faz sou eu. Quem faz é a gente, e a gente em vários lugares, em várias áreas, em várias demandas. Por isso que eu acho que a minha relação com Perus... eu sou uma geminiana, uma geminiana, ela atira pra tudo quanto é canto! Mas eu acho que isso me motiva. Eu sou uma apaixonada, Giovanna, então se eu ver uma coisa, você pode falar tudo do assunto que for, fábrica de costura, pra que? Eu me apaixono, eu me encanto com aquilo. Eu acho que dentro daquilo tem uma relação que é mais forte pra você, menor forte pra – mas tem alguma coisa que elas podem, é, acho que assim, eu sou adepta daquela coisa, a diferença faz é crescer. Então se eu ficar no meu mundo particular, só com meus parceiros, se eu ficar só com os meus a gente se emburrece, gente. Você fica num mundo tão cristalizado nas suas impressões (?) que você não vê o que tão gritando lá fora.

G: Fica numa bolha.

R: Aí você fica dentro da escola, não sabe o que tem nessa rua – quando eu falo “movimento hip hop” eles não gostam, eles corrigem “não, professora, é cultura hip hop” e me explicavam porque era cultura hip hop; quando eu sentava com as meninas do jornalzinho pra fazer um jornalzinho, elas traziam pra mim conteúdos... pra isso que serve língua portuguesa, né. Não é gramática pra saber análise gramatical só. Se elas viam com a matéria com conteúdo, estudavam aquilo, liam e escreviam pra trocar uma ideia... não precisava de tudo isso, eu só mediava. Então, se você fica só com seus... pares, fica muito estranho. Aí quando eu fui com a direção da escola, eu sempre achei que, sempre fiz com que as pessoas entendessem que elas tinham que ter uma vida... que tivesse assim uma via de mão dupla, sabe? A escola lidando com o conhecimento, que ela precisa lidar com o conhecimento, porque era o único lugar que a maioria vem buscar um... sei lá, um repertório cultural é na escola, que ela não tem isso dentro de casa; ela não recebe de berço, assim, um berço recheado de literatura, e de arte e cultura. É a escola que tem que fornecer, ela tem que fornecer. Mas a escola tem que saber o que tem do lado de fora. Se a criança hoje, por exemplo, não chega na escola, vai saber onde ela mora, vai saber por que ela não chegou; vai saber se a mãe dela teve condições de trabalho, como é que é. Essa visão do outro sempre me mudou, Giovanna, sempre. E eu acho que essa é uma questão realmente de... de... como é que eu falaria, ah, tinha que apresentar a minha mãe, essa comunidade, esses fatos, essa gente... essa gente que me educou, assim, me colocar no lugar do outro. Eu nunca tive uma diretora, ô Giovanna, eu via... foi até duro eu me mostrar pra eles, pra equipe toda que tá trazendo os tópicos diferentes, que eles querem um diretor que tenha o mesmo papel, perfil da maioria que eles prezam. E não dá. Comigo não podia ser assim. Eu tinha uma ideia de diretor, um jeito, um ideal de gestor que eu tinha que por em prática,

se não seria eu. E eu falava assim “não, gente, assim; se a mãe chegou aqui, ela tá... soltando fogo pelas ventas, se ela tá brava, eu vou ouvir primeiro. Eu e a equipe da escola vou ouvir também a versão dela. Num vou defender professor sem saber o que tá acontecendo; se ela chegou aqui com um professor trazendo o homem pelo braço, você vai me desculpar, mas eu vou ter que ouvir a sua história, mas ouvir a dele também. Essa, essa ideia de se colocar no lugar do outro... é que as pessoas não tem essa ideia de construir uma ocupação. Não to dizendo que você tem que passar a mão na cabeça de todos.

G: É diferente...

R: Eu acho que a ideia é diferente. Você tem que dar bronca? Tem que dar bronca. Tem que chamar “ó”, tem que chamar a atenção, tem que ter disciplina, tem que ter, tem que ter, tem que ter responsabilidade exige de você muito mais. Eu falo, não é fácil você querer um mundo melhor, tem que dar exemplo! Dá é exemplo é difícil! Eu falo, porque se eu quiser um professor chegando no horário, também tenho que chegar no horário. Não dá pra, ah, eu chegar oito horas se tinha que tá lá na escola sete horas da manhã, tem que chegar seis e meia. Mas eu posso atrasar; posso, mas a sua exceção não pode virar regra. Hoje, hoje em dia, como hoje a gente pode ter mil problemas nessa área do Recanto, você falou que tava um trânsito, eu tenho que entender que hoje é um dia muito especial. Mas isso não pode virar uma regra. Outro dia você vai chegar sete e meia, sete e quinze, e o aluno lá, como é que você vai, né? Então, quando você quer um mundo melhor, te exige muito mais; cê tem realmente que tá ligado no que você tá fazendo, não se... já te afirmo, não sou perfeita, até porque acho que é muito chato, mas você tem que tá sempre... é, se cobrando um pouco mais pra poder cobrar o outro. Então a ideia que eu tinha de comunidade era essa; e Perus possibilitava, um bairro pequeno, por ser menor, né, uma-uma condição de a gente se olhar... hoje eu acho que mudou muito o perfil do bairro. Mas a minha relação continua com o bairro. De outra forma, talvez revisitar. E ela se amplia porque ela tem um horizonte próprio maior que o da cidade, inclusive. Que ela tá muito mais conectada com a cidade toda: se eu nasci lá na Brigadeiro, podia ter nascido aqui porque não tinha mobilidade pra nos levar até o centro, cê imagina hoje, cê pega um trem... é demoradinho, mas cê tá muito mais prático, cê pega um Rodoanel; então essa coisa da inteira... integração com a cidade de São Paulo é o que faz pertencer mais a uma cidade monstruosa. No meu tempo de criança a gente tinha uma relação muito mais com o bairro, essa coisa mais... doméstica, a gente trabalhava fora, por exemplo, trabalhei dois anos lá na Paulista, mas eu não via a hora de chegar sábado, domingo, pra ficar aqui. Porque era aqui as minhas festas, aqui que era a minha, o meu lugar de convívio, de convivência. Aqui que eu tinha os meus amigos, a casa da família de não sei quem vai passar pra almoçar, pra rezar um terço, sei lá, mas aqui que estavam as coisas. Então a gente tinha muito mais retorno, era muito mais querido... hoje não sei se funciona assim, porque as pessoas acho que tem uma relação mais árida com o bairro, né, que é tudo muito difícil. Tudo é muito complicado. Então, acho que é, mudou muito a relação, né. Mas... não esse tanto assim, acho que eu que convivo menos, mas mesmo assim, lá pro morro, pra quem tá aí por exemplo: eu vejo coisas que ali que eu falo assim “ah, mas isso aí é coisa de criança!”, sabe, brincar perto do córrego, assim, de

uma maneira muito mais... muito tranquila ainda. Essa relação ainda acho que acontece, né. É que a gente não tem um olhar pra ela. Mas eu acho que ainda é possível, então. Essa relação com o bairro, ela ainda fica inteira porque eu vejo a possibilidade desses grupos jovens, desses grupos que a gente circula por aí, muito desse querer uma melhor qualidade de vida. É assim, bem, bem micro mesmo, sabe aquela revolução no microcosmo, eu to aqui, na... eu fico encantada quando eu vou na ocupação jovem, porque ali eu vejo a mudança; literalmente, quem conheceu aquele Telecentro, depois abandona o Telecentro, depois com a ocupação hip hop ali, você vê que é possível você manter uma relação do cotidiano, né, do dia a dia, de formas diferentes. Bom, falei demais. Retoma as suas perguntas.

G: (risos) Olha, relaxa. Como eu te disse, tudo o que você tiver disposta a falar, eu quero ouvir.

R: Depois você vai fazendo as duas edições aí...

G: Não, na verdade tudo o que você tiver falando eu vou transcrever, e aí eu vou te passar. Se você quiser cortar alguma coisa...

R: Tá.

G: Ok. Ah, vamo falar um pouquinho sobre a fábrica agora?

R: Vamo, a fábrica é a minha, minha vida, minha fábrica. Não tem o minha casa, minha vida?

G: (risos) Sim.

R: A fábrica, tenho relação com a fábrica desde que... ela ainda funcionava, por conta do cimento, eu era moradora, então sentia isso no pulmão, sentia isso na pele, literalmente, o lugar fechou, a gente teve que andar, as casas, a gente passava, o cimento no telhado, a roupa... a minha avó, morava na Vila Operária, então quando vinha pra cá eu sentia mais, né... na Caiúba menos, porque acho que uma questão de como bate o vento aí. Mas assim, minha relação com a fábrica é essa relação de amor. De amor por, pensa assim, a fábrica tinha uma função para o bairro, que era a função do desenvolvimento, literalmente, né, então gerava o trabalho, gerava renda para quem morava aqui; as relações de cultura com o bairro também... e depois a relação com a fábrica foi nesse sonho, transformar a fábrica num centro de cultura e memória e história do trabalhador. E lazer, né, também. Essa sempre foi, então, pleiteada por muito tempo, ela foi pra gente, lá na Cândido Portinari, quase um material didático. Então, trabalhar os temas, né, de currículo... com pequenininho, né, com os grandes, sempre tinha a fábrica como uma inspiração, e de alguma maneira a gente fazia a fábrica entrar nesse nosso percurso de conhecimento da escola, cada qual na sua série. Eu me lembro de uma vez em noventa e do, em 92, a gente fez um trabalho integrado mesmo, com as áreas do oitavo ano, e depois expôs na estação de trem aqui, os trabalhos dos meninos de artes... o professor tem, tem... cada qual, português, história, artes, a gente integrou as áreas, chamaram pra fazer um projeto na escola chamado “projeto interdisciplinar”, foi uma das 10 escolas de São Paulo pra fazer esse trabalho. Então a fábrica começa, pra mim, como

esse sonho de transformar o uso dela; pra isso tem que desapropriar. Pra isso a gente tem uma luta, er... buscar, né, os meios pra desapropriação, entender como é que se daria a desapropriação. Quando a Erundina decreta utilidade pública, deixa isso um pouco mais concreto; cê tem um fôlego pra tentar negociar. Aí aquela coisa de achar que o Abdalla num pagava os impostos, o confisco da união, e sempre envolvido nessa, nessas questões, assim... “de que forma fazer isso?”. Pra isso a gente tem que entender de patrimônio, tem que buscar informações, buscar. Não é só animação e pá pá pá, mas o conhecimento também. Vai demandando conhecimento. Agora, é, passa dois mil e onze pra cá, a relação com a fábrica, ela continua com esse sonho da transformação e uso, de que a fábrica... só que não é do patamar. Porque agora a gente tem uma conversa com o Samuel Kushin, que é o do... responsável pelo escritório do... que o Abdalla... atribuiu a ele, né, a incumbência de conversar com a comunidade, no caso você entende a comunidade como o movimento. Então, tem o interlocutor do Abdalla pra conversar sobre o restauro da fábrica, cum projeto, e o projeto de uso. Então, é, esse decorrer de quase 30 anos, né, de luta por essa fábrica, a gente sabe que hoje a desapropriação não vai rolar. Perdeu-se o caminho, né. Então, tem o proprietário, como é que você conversa com um proprietário, como a comunidade se insere nisso? O que eu sei hoje é que ninguém fará nada na fábrica sozinho. O movimento jamais faria alguma coisa sozinho, sem... precisar dos governos federal, municipal e estadual. Tem que ter uma conversa com eles, né, com as entidades mesmo, oficiais. O proprietário – ainda existe um proprietário, porque não vendeu – o proprietário, ele tem interesses; a área é grande, mas... e a comunidade quer utilizar. Então, assim, se não rolar alguma coisa muito... nesse tripé, aí, não vai desmanchar. Então, como a fábrica, ela tem essa pegada de pensar mesmo... é um jogo; cada hora tem uma peça em movimento, então, que peça eu uso nesse movimento? Mas é o que eu falei lá no começo: pra mim, hoje, ela representa mais uma narrativa imaterial, que é essa coisa dos Queixadas, essa união que eles vão promover, esse modelo, que seria uma proposta de modo mesmo, de você fazer a construção de uma sociedade, não to pensando nem ideia de tudo não, to pensando em algo bem particular, em Perus mesmo, do bairro. Mas essa ideia de patrimônio; claro que eu luto pra preservação desse prédio, porque tem uma cara, eu preciso saber que nesse piso gente de tudo quanto é tipo de lugar veio e pisou. É claro que o prédio pra mim significa, então eu vou fazer de tudo pra preservar o prédio; porque você não gostaria de ver a destruição do prédio nem das áreas lá. A Vila Triângulo dói o coração da gente quando eu pego as fotos, como era quando eu vivi lá dentro e como ela tá. Isso machuca, imagina pros mais velhinhos? Agora, eu também entendo que pode ter uma, pode ter um outro projeto praquele lugar, só que o que gente, o que eu penso no momento pra fábrica é “quem é que vai contar e que história vai contar?”. Então, essa narrativa que eu tenho hoje de falar que os Queixadas eram trabalhadores, que eram explorados e que tiveram uma luta... eu preciso contar pra alguém isso; eu não posso só ter a fala de quem tinha propriedade na mão; essa é uma fala que tá garantida, por que eles tem dinheiro, eles podem construir como eles quiserem. A nossa é muito mais difícil de ser contada – se não oralmente, um falando com o outro, agora a gente vê gente muito empenhada em querer realmente materializar esse tipo de fala, né, que é, acho que as pesquisas

dos meninos que estão cada vez mais interessados, e os desdobramentos que eu vejo no planejamento urbano... quando se olha pra essa região aqui, da área da mineração, né, agora com essa questão da represa que tem aí em cima... então tudo isso, tá, tá, é... é, ligado, né, tá conectado e... e tem que fazer parte das discussões. Mas aí a fábrica, ela tem que entrar, ainda ela tem que entrar num lugar... não sei se é sagrado, mas é um lugar que tem que ser respeitado enquanto um lugar muito peculiar, não peculiar... eu acho que pelo sentido singular. Tem uma história muito singular de uma luta mesmo, de enfrentamento, ora ali mesmo na fábrica, melhores condições de trabalho... e agora assim, olha, melhores condições de vida pra quem mora nessa região que sempre foi zoada, sempre foi muito sofrida; a fábrica representa isso pra mim. É por isso que a gente luta pela história e memória da fábrica. Então, essa é a minha relação com a fábrica.

G: você se importa se eu fechar aqui a janela?

R: Não! Magina, tá frio... mas você trouxe agasalho?

G: Pior que não (risos)

R: Ah, menina! Vai cair bem a temperatura. Tá geladinho.

G: tá geladinho, mas eu sou calorenta, então eu não sofro tanto.

R: ah, tá bom! Mas não passa frio por isso não. Tem que vir de casaco.

G: Não, ok. Tá bom. Quando foi mais ou menos o seu primeiro contato com a fábrica?

R: Literalmente?

G: É.

R: Não, Giovanna, não posso nem falar, porque eu era pequenininha e levava... fazia o caminho onde não tinha o Gavião Peixoto, da Vila Operária pra ir pra Caiúba, eu não vinha pela Silvio de Campos. O meu contato com a fábrica é um contato indo pelo... pelo caminho ali de cima da Mogeiro, eu entrava na fábrica, saía no túnel pra ir pra Caiúba, trazer comida pra parentes pra ir pro Triângulo fazer festa, tinha muita festa lá naquela vila, dentro da fábrica. Então assim, desde bebê; toda a minha vida foi circular; adorava, até o que eu podia descobrir; peguei o eucalipto o caminho ali, né, por cima, e tal. Então, um pinhãozinho assim que parece um pião; e adorava; e acabei pegando aquele negocinho e ficava lá rodando. Mas era assim, algo muito pequeno, tipo... como chama esses bichinhos pequeninhos, que as pessoas compram...

G: Aqueles que vem em...

R: LEGO! Aquelas coisas de lego.

G: De montar?

R: De montar, que é pequenininho assim...

G: É lego mesmo.

R: É um lego. O meu lego era aquele negócio. Aí eu montava brinquedo com aquele negocinho, que era um... outro dia eu tava caminhando no interior aí eu vi e eu cato, me trouxe a memória afetiva do, né. Então, tenho essa é a relação afetiva da fábrica de pequena, de bebê mesmo. O entorno, tudo acontecia na fábrica, no Caramanchão... o Caramanchão eu me lembro assim, já não tinha, eu nunca fui em festa lá no Caramanchão. Só ouço falar. Mas aqui no Parque Nacional que tinha do lado de fora, lá perto da igreja, eu lembro de ter ido... de tentar ali mesmo... os trabalhadores da Associação...

G: Você disse que tinha parentes que eram queixadas também?

R: Meu avô. Meus avós, materno e paterno. Os dois trabalhavam. O... um avô, o materno, acho que era, trabalhava numa máquina lá que era... acho que era... caldeira? Não era caldeira. Eu sei que era... triturador, que vai lá no teto. É pesado, serviço pesado. E o outro avô acho que era de limpeza, o paterno, que eles viviam no Gato Preto, vieram pra Perus... mas já vieram pra trabalhar lá na fábrica mesmo, todos eles vieram, minha mãe dizia que eles foram trazidos do campo pra entrar lá na fábrica, né, o um serviço fácil na fábrica. Eles eram pe... e o meu tio também, meus tios eram o que... aqui era muito, olha, quem, os mais antigos mesmo sempre vai ter parente que trabalhou lá na fábrica, é muito difícil não trabalhar, ou na fábrica de porcelana ou na fábrica, então eram duas, dois lugares que as pessoas trabalhavam.

G: Essa história da fábrica de porcelana o Mario comentou comigo, mas quase ninguém fala sobre isso.

R: É onde tem aquela quadra hoje. E era importante essa porcelana, porcelana fina. Quase ninguém fala mesmo, quem fala um pouco dessa porcelana acho que Ana Vellardi num trabalho dela, de geografia, que é uma geógrafa que defendeu. Ela fala muito da questão dos minérios aqui. Ela, ela fez um trabalho primoroso. Mas a porcelana ela também tem... um... ela também teve um... um importante papel aqui. Mas precisava pesquisar mais também.

G: Realmente, merecia mais pesquisa. Tem muita coisa em Perus que merecia mais pesquisa.

R: Tem.

G: Ok. Ahm, acho que tá bom, a você já falou bastante sobre a participação da fábrica na sua vida, né? Amh... você quer falar um pouquinho sobre a importância afetiva dela? Ou...

R: Ah, acho que é... o... (silêncio) A importância afetiva dele é... acho que tudo isso, né, essa questão de, dele mesmo, ter convivido com pessoas que sempre lutaram por minorias nesse terreno. Então acho que isso faz essa afetividade mesmo, de ter convivido com essas pessoas, de ter visto a trajetória de muitos delas, né. E quanto que é duro mesmo... Essa relação, quando ela é mais que... eu não sei como

te dizer, se eu vou falar mal, besteira... Mas cê tinha assim, muito claro os papéis, o lado que tinha o dono, né, o proprietário, o patrão, que queria tornar o mistério (?), era isso; e o operário trabalhador. Hoje em dia acho que é muito mais sutil essa diferença, então as pessoas, elas parecem que tem assim congelada essa visão, cê parceiro do seu patrão, e não é, né!

G: Não mesmo.

R: As relações de trabalho sempre foram de exploração e expropriação.

G: É uma relação desigual.

R: E aí essa noção de classes ainda acho que existem, ela... eu sempre me vi pertencendo a uma classe trabalhadora e ponto. Então, se eu tiver que tar do lado de alguém, num vo pro lado de alguém que não vai me defender, tem que tar do lado de alguém que vá com a gente, po. Essa relação de afetividade com a fábrica acho que é por ter aprendido neles toda essa vida assim “de que lado eu estou, que lado eu defendo, a favor de quem, contra quem eu to nesse mundo”. É assim. Hm?

G: Justo. Ok, ahm, você teve contato com o processo de tombamento da fábrica?

R: Um pouco. É, noventa e dois, quando a gente vê... claro que nessa época, é, tava mais o doutor Mario, advogado, mais o pessoal aqui da fábrica mesmo, né, que é inimigo... quem era, quem tava muito envolvido nisso era a Célia Helena, por conta do João Breno, né, da relação que ela tinha com a igreja e tal, que ela fez parte das... não, ela não fez parte das, mas ela tava envolvida, mas é claro. O processo de tombar ficou impedido e a gente ficou encaminhando isso com um pessoal que era do Centro Cultural Ajuá na época, né, que tinha esse nome, e aí uma coisa foi demandando outra, mas aí quem tava mais... é... encabeçando mesmo era o sindicato aqui, que era o Sidney, o pessoal daqui de casa sempre mais por dentro, e a gente fazendo parte do grupo; Dimas sempre escrevendo um pouco coisas... era um grupo assim, forte. A resposta é: o tombamento, sim.

G: Ah, e você tem acompanhado a situação agora, né, através do movimento.

R: Hm-hum. Sim, faço parte do... dessa... como é que fala, desses cuidados todos agora com a futura... futuro. Vai ser um... probleminha também, acho, conversar com o Abdalla. Não sei o que vai rolar. Porque tem muita coisa ainda por trás disso pra gente poder é... é muito novo, essa ideia de conversar com os Abdalla, né. “O que será que querem em troca, como é que vai se trocar por trinta moedas de ouro?”

G: Sempre tem alguma coisa em troca.

R: É essa coisa muito obscura ainda pra mim, mas continuo com a relação com o tombamento, a gente sempre tá atento, qualquer projeto que a gente ouve falar, os Abdalla, os (conjuntos) habitacionais que tem por ali, essas coisas todas que vão impactar a fábrica. É, tem assim, pessoas que trabalham no DPH

que estão sempre atentas com a gente, sempre assim, tão olhando... ouvem falar “a fábrica vai tar na cláusula do CONPRESP, da reunião do CONPRESP”, por exemplo, o pessoal fica sabendo, já conta pra gente, a gente corre pra lá pra ver o que tá rolando. Essa questão do paintball, da atividade que teve lá, que a gente tava mexendo nisso também – andou mexendo, não, andou vendo como é que poderia impedir isso, né de alguma maneira. Que tava depredando o prédio todo, e a gente não podendo entrar lá pra fazer às vezes, porque dependendo da pessoa que fazia a solicitação pra entrar fazendo visita lá recusava-se ou não, né. E pensar que tem isso... Mas enfim, continuo com essa ligação.

G: Pra quem que tem que pedir autorização?

R: Olha, tem uma pessoa que é funcionário, que é o Toninho, tem que ter contato com ele, né, que é o responsável direto, aí. Aí ele, segundo ele, também passa a solicitação pros responsáveis do escritório e aí eles vão... a gente sabe que não funciona muito bem assim né.

G: É, o pessoal lá entra direto.

R: É, se acha que eles não entram. Cê vai por vias oficiais – você edita isso! – você sabe, por exemplo, se for pedir lá, eles vão falar “não”. Porque eles criaram uma birra do Fofão por conta de falar que ele denunciou, que foi ele, e foi o grupo que fez a denúncia, foi, foi via advogada do Louise, acho que Louise, doutora... que trabalha lá com o Quilombaque, lá do centro de defesa dos direitos humanos, porque representou ao CONPRESP q tava tendo o uso do paintball. Então assim, tá óbvio: se, por exemplo, vou eu, que sou eu, Regina, que ele não me conhece diretamente, vou pedir lá pra trazer trinta alunos do Cândido aqui, ele autoriza. Então ele tem assim, essa coisa, sabe, de passar, ele sabe que entra gente ali que entra. Mas depende do... do mote, né, motivo da entrada. Agora eu não sei se ele vai permitir tanto, que sabe que nós tamo conversando com o Samuel, sei se vai dar em nada, mas enfim, é esse, acho que assim, que tem acompanhado a questão do tombamento.

G: E qual é a sua perspectiva? Pra esses próximos anos?

R: Eu, olha, a minha é... é... é um momento novo, muito novo e curioso por conta dessa conversa e a aproximação com o proprietário, que nunca houve... então, sinalizar conversa é muito importante. A perspectiva do futuro é ele realmente vão mexer, porque é uma empresa que sempre, hoje... a fábrica representa, pro proprietário, um gasto. Porque ele tem que pagar impostos, e não sei o que, não sei o que lá, e não tem retorno. E um empresário fica assim, achando que vai gastar dinheiro e não tem retorno, ele faz um projeto que realmente dá... mas a área, como a área é tombada e não tem destombamento, ele tem que ter essa área... tem que ter o retorno pra ele. A perspectiva que a gente imagina assim hoje falando, é que ele vai criar realmente um centro de cultura, num sei que conteúdo, que conceito de cultura eles tenham, como vai ser, como eles vão manter e como eles vão conversar com as diferentes histórias ali, as versões, tanto dos trabalhadores, do patrão, não sei como é que é. Tem um legado industrial, que o fabril mesmo, como é que eles vão manter, é, esse museu, porque é realmente um...



interessante você manter esse museu que fala sobre a indústria em São Paulo, já não existem mais. Então como é que você faz isso aqui, com que perspectiva, com que modelo. Eu acho que a tendência é você... só que uma coisa eu penso assim, a gente não tem informações concretas, nem seguras, de quais os projetos eles têm pro bairro. Então, o NESP significa um tipo de interesse, um tipo de empreposto, quando você pensa no Ferroanel, outro... e é uma comunidade carente, ela não... não existem investimentos aqui que tirem essa marca de periferia, não tem. Então é uma coisa que é antagônica; eles não vão querer investir dentro da fábrica nada em grande escala pra uma classe média, eu imagino. Então, como vai ser esse trabalho? Que olhares que... como é que eles vão interagir com essa comunidade, porque ela enclacrada ali, ela não tem acesso pra evitar entrar no bairro, tem que entrar no bairro pra... como é que ela vai, como é que esses empreendedores vão dialogar com essa comunidade aqui, de que maneira? Então, pra mim, eles, assim, é um grande pepino que tem que ser descascado em conjunto. Como é que a comunidade, né, representada pelo movimento da fábrica, vai, é, eles precisam da gente, esse empre -, eu penso, minha visão, minha ideia; eles precisam dessa comunidade cultural que tem no bairro, das diferentes formas aí de combate aqui fora, eles precisam destas gente que entende cultura pra que esta efetivamente viabilize qualquer projeto de cultura dentro da fábrica, senão não rola. Não tem como agora. Pra isso, eles têm que interagir com a comunidade, como é que a comunidade vai olhar pra o que eles fizerem lá. Porque eles não vão querer investir, gastar um dinheiro lá, ou buscar empreender, bem, se você é dono de uma grande empresa, você quer crescer, quer investir, cê vai procurar o escritório do Samuel Kruchin; ele quer te vender um pedaço de área. Tá, como é que eu entro aí, como é que eu saio daí, que vou vender, não é assim? Eu penso o que, em negócios. É uma equação simples assim. Eu não to dizendo que isso é errado ou é certo, não. Quero saber como é que isso conversa com as minhas necessidades de comunidade. Como é que isso vai melhorar a vida de quem mora aqui. Vai gerar emprego pra gente que mora aqui? É a mesma coisa pra ser honesto. Tá, constrói NESP lá, mas se eu trago um monte de gente de Jundiaí e Campinas pra trabalhar lá, não interessa pra mim, que eu continuo trabalhando no Itaim Bibi? Então como pe que isso tudo representa pra gente um avanço de qualidade de vida, de melhorar as condições de vida, senão, não tem sentido. A perspectiva que eu tenho é que essa conversa ela tem que ser arejada, ela tem que abrir mesmo. Senão são... são, é... vai continuar mais trinta anos, ali vai virar o que, nada, se não tiver realmente um empenho, um investimento, e pra isso tanto o empresário quanto o movimento tem que buscar também as esferas, é, estaduais, municipais, porque não tem como não conversar com o Estado pra fazer uma via de acesso pra entrar por ali por Caieiras, ali é intermunicipal e tem que envolver Estado, inclusive, porque é dois municípios. Não tem como não conversar com o Rodoanel, que é Estado; não tem como não conversar com o Prefeito e Subprefeito, que tem muita coisa pra fazer com relação a CPTM que chega ali perto, e agora com os patrimônios, com a qualidade de acesso Parque Anhanguera... então, é isso. É uma maneira mesmo, é um momento de diálogo, de diálogo; pensa comigo, Giovanna, num cenário que tá aí, Bolsonaro. Pensa se vai ter, pra mim vão ser quatro anos sem

saber muito bem o que vai acontecer. De repente ele faz uma escola militar aí e pow! E vai saber se o proprietário já não tá conversando com os camaradas lá em cima? Tudo pode acontecer, mão de Dória, né? Mão de Bruno Covas, mão de Bolso, você tá na mão de quem é de direita. E de repente nós tamo aqui conversando, falando isso pra você, eles já tão com um projeto pilhado lá que vai dar dinheiro pra eles. Transforma essa bagaça aí numa área militar, tendeu?

G: Com a história que circula dos policiais usando aquilo lá pra treinar, né...

R: Eu não tenho dúvida de que tanta coisa pode acontecer dentro desse cenário que tá retrocedendo. E aí, qual poder de... (riso) de persuasão que a gente vai ter? Pouquíssimo, pouquíssimo. Ah, tá, então, tá precisando aí de um hospital pra militar: pronto! Fica pronta ação. Então é isso, no cenário nosso hoje não é certeza do que vai rolar aqui. O próprio representante, o tal do arquiteto que tá no escritório não fala nada, você nem imagina...

G: Você pode falar mais alto? Eu to com medo de a chuva...

R: Não é, Giovanna, que chubarada... cê vai pra onde agora?

G: Eu vou pro trabalho da minha mãe, que é aqui perto, daqui a pouco. To com guarda-chuva, então tá tranquilo.

R: Ah, sim. Dá pra, então, cuidado. Então, Giovanna, é isso; na perspectiva... qual é a perspectiva, não sei. De repente os caras tem ali amigo no CONPRESP, tem no conselho, pode destombar, pedir a revisão, porque pode fazer isso. Aí vou fazer casa, “minha casa, minha vida”, mais casa, mais e mais. Não sabemos, porque não tem transparência nos governos, você nunca sabe de onde ele está ligando, e a coisa é, dentro desse... nós perdemos, eu acho, na época do Haddad, uma grande chance. Grande chance, porque foi quando teve o boato, ouvi um boato na época, quando ele ofereceu para a prefeitura comprar lá. E era até um dinheiro razoável. Mas assim, não era tanto dinheiro para a prefeitura indenizá-lo. Mas perdemos, assim, foi boato. Mas prefeito teve uma grande chance, sabendo da história, que ele conhecia a história, do proprietário, indo o proprietário em audiência pública, pelo menos dava mais um fôlego pra gente, mas ninguém mexe nisso. Agora piorou. O que eu sei de fato é que nós vamos continuar fazendo nosso trabalho. Nas escolas, né, vamos ver quem faz; porque tá desanimador, não é nada fácil, nada fácil mesmo. É desanimador.

G: A gente tem que fazer o que gente pode, né?

R: É isso, Giovanna.

G: Bom, tamo indo pro finalzinho.

R: Tá.

G: Eu vou te mostrar agora, se você não se incomodar, umas fotos antigas que eu encontrei daqui de Perus lá no site do movimento pela reapropriação. Aí você vai passando, com a setinha aqui, e se você quiser comentar alguma coisa sobre elas...

R: Tá.

G: Se você não tiver nada pra comentar também, tudo bem.

R: Então tá. E pensar que a gente mora aqui a agora, minha mãe mora aqui há, sei lá... porque aqui agora é a Caiúba. É, daqui eu só tenho as histórias mesmo. Será que é aqui..? Tem uma foto bem parecida com essa, ó lá. É um tempo muito antigo que eu assim, olha, acho que... bom, aí uma foto e... muita convivência com essa foto. Instrução, os carto... bom, essa é uma foto muito querida, eu gostava muito dessa igrejinha aqui... aqui que eu falo, aqui, ô seria frequentar, que era um... Portland pra gente, aqui, né, uma espécie de, uma referência cultural. Aqui um cinema, ó, eu conhecia também... e aqui, que eu falei outro dia, né, aqui devia ter enchente, mas a várzea dava conta, né, num devia ter um impacto porque, é, olha aqui. Vamo imaginar que tenha uma chuva como essa de hoje. Se tá chovendo pra cima... o CEU, onde tá o CEU, era um campo, uma várzea, aí a própria água dava conta dela se espalhar sem trazer transtorno porque aqui não tinha moradia, né, pra cima, ali. Ó, aqui, tá vendo, tudo muito cheio ainda de... essa foto é uma clássica, né... olha, que diferença... aqui é praça, fazendo a... essa é uma foto muito, também, badalada... (inaudível) Como é que muda a paisagem que a gente lembra, né? Essa aqui clássica aqui, é a, aqui é um dos lugares que a gente pensa assim, não tem que mexer muito pra você manter essa forma, como um anfiteatro, um teatro de arena, né... a, a Igreja... que bonitinho, né, quem será que são, né? Boa pergunta, onde será que estão... essa daqui tem o tal do símbolo, aqui... acho que agora acabou. Não tá indo mais.

G: Acabou de acabar. Aquela foto daquele símbolo é uma incógnita, intriga todo mundo mas ninguém sabe com certeza.

R: É.

G: Eu queria ter dado uma pesquisada.

R: Tá em que ano, Giovanna?

G: Eu to indo pro quarto ano da faculdade. Ano de TCC. Ok, hm, você quer falar sobre o que você acha que deveria ser feito com o espaço da fábrica.

R: Quero. A Vila Triângulo, um grande celeiro de cultura, de uma vila cultural. Um triângulo cultural. As... propostas que vem do Quilombaque, como que eles fazem, parceria com o SENAC, hotelaria, é essa a história. Como eles recebem pessoas, comunidades, como eles fizeram ano passado, então ali caberia muito bem um espaço mesmo pra abrigar a comunidade cultural Quilombaque. Esse lugar que a gente tá vendo aqui, eu penso ali no Pandora. Nossa, o Pandora ia fazer, deitar e rolar ali no meio

daquele espaço. Lá, pra fábrica, pras áreas da fábrica, espaços culturais, museológicos, um museu a céu aberto, integrado com a vala comum, integrado com o parque Anhanguera, integrado com a biblioteca do bairro, com as escolas... penso também numa universidade, porque era um, sempre foi um grande sonho, trabalhar com o conhecimento da fábrica, com o conhecimento ali... claro, com uma universidade livre e colaborativa. Tem que ter a forma da academia, poderia ser uma faculdade, uma universidade que ela integrasse mesmo saberes que estão aí acumulados pela história da humanidade, mas também com os saberes que tão aí, os fazeres e as práticas comuns. Acho que poderia ser uma coisa mais horizontal, poderia, alargando horizontes, eu acho. Que mais que poderia ter ali... a, lazer! Porque as crianças, elas já usam conforme, já usam pra fazer até atividades, bicicleta, caminhada, eles ficam pulando de muro em muro, lá tem muito espaço que eles ficam pulando lá, eles já fazem isso lá. Tanto é que quando nós fizemos uma visita junto com o pessoal do Quilombaque e do SENA... SENAC, tinha uns meninos fazendo o que, que pula lá...

G: Parkour ?

R: Isso. Aí eu comentei com o Samuel Kruchin, já existe um uso lá, um uso muito interessante. Aí ele falou assim, me deu uma ideia, falei é, é, podia procurar a Nike pra fazer uma parceria com a empresa Nike. Tá vendo? Pra eles é tudo muito, muito a economia que eles, eles pensam muito nessa... equação que a gente, na minha cabeça, tava pensando na criança, tá lá, com energia, e o outro tá pensando numa parceria pra vender tênis. O que não é ruim, mas assim, quem que vai ganhar com isso, quem que vai lucrar com esse tênis? Então, lazer pra mim é uma coisa presente. Eu não sei se misturar isso com saúde ali dentro, porque tem uma demanda muito, muito grande no bairro, que é a questão do hospital, que eles não têm leito. Tem a UPA lá na Caiúba que tá sendo construída agora, mas sem isso... eu não sei também se o espaço poderia se congrega uma demanda como essa do hospital, mas enfim. Lazer, educação e cultura pra mim seria o importante, essas três áreas tem que estar acentuadas dentro da fábrica, interagindo com a estação de Perus aqui que também é tombada, tudo que seria, assim, uma vontade política e de economia pra poder fazer, transformar o ambiente. Já pensou integrado com o parque Anhanguera, com a aldeia do Jaraguá? É tudo um corredor aí, tem histórias bastante ricas se quisesse. Agora, depende de interesse, né.

G: É, aí já são outros quinhentos. Ok, ahm, mudando um pouquinho o foco, você conhece os trabalhos que existem especificamente sobre a atuação das mulheres na greve dos queixadas?

R: Madalena. É a esposa desse Tião aqui embaixo. A esposa dele é assistente social e fez um trabalho muito interessante.

G: A esposa dele...? Ah!

R: É, a Madalena. Fez pela PUC. Não sei nem qual que é... um trabalho muito, muito emocionante. Ela até deu, nós ficamos na roda de conversa do ano passado de trazer ela aqui um dia só pra falar dessas

mulheres queixadas. E teve um outro, também, trabalho. Trabalho da Salete. Ela não fala especificamente dos trabalhos das mulheres queixadas, mas ela conversa com um grupo de mãe que ainda existe. É, que mais... A Salete também é uma assistente social daqui. A Soraia Ansara, ela não fala também muito das mulheres, mas ela também cita as mulheres. Quem mais que fez... A Jéssica Moreira, ela também fez, ela tem esse olhar pra mulher da prefeitura, não sei se ela já viabilizou, um grupo de mulheres da periferia, fala muito sobre as mulheres, ela tem um projeto de escrever sobre essas mulheres.

G: Que legal.

R: É, na verdade, é aquilo que o Tião falou também na quinta feira, né, as mulheres trabalhavam também de dentro de casa. Porque pra sobreviver sete anos a uma greve alguém tem que estudar, né. Fora eles que iam trabalhar em outros lugares, em outras empresas, elas também sabiam fazer pra sobreviver. A Orlanda é uma pessoa, ela tava aqui sentada, ela não é da diretoria, mas ela é também uma voluntária aqui toda segunda feira. Ela é na diretoria na residência. Ela é, morou em Gato Preto, não é filha de queixada, ou ela é filha de queixada? Não, não sei qual a relação dela com os queixadas, mas ela sabe de tudo, tudo. Acho que ela é filha de queixada sim. Não sei se o pai dela trabalhou na fábrica..., mas se você perguntar sobre as mulheres queixadas, ela vai ter muita memória. E a dona Dirce, que é uma pessoa que tem muita, muita memória, é filha do Seu... Antônio Toledo, que ele mora numa casa, a gente teve uma entrevista com a Dona Margarida, que é a mãe dela, que ela faleceu, tinha noventa e cinco anos, faleceu faz um ano, dois anos. Aí eu fui na casa dela com mais alguém e o Euller, professor Euller, e a entrevista com a dona Margarida não foi muito interessante porque ela tava já com muita, é, dificuldades de lembrar, usar muita contação de histórias, algumas ela contava, outras nem tanto. Uma delas que eu me lembro foi que o piso da casa delas foi, o piso externo foi feito com o cimento que caía, e eles mantiveram o piso até hoje, né. Acho que sim, era lindo. Mas a filha dela, Dirce, mora em Osasco, mas sempre que é chamada ela consegue, ela vem aqui no bairro. Ela era uma militante dos queixadas, era filha do Seu Antônio (inaudível) e ela era uma jovem na época, mas ela ia nas mani(festações)-, ela tem na memória, precisa gravar até um dia com ela, alguém gravou já as falas dela aqui, ela tem histórias muito intensas de mulheres como elas faziam na época, como elas militavam. Ela atuava como jovem na época, ela ia pras manifestações, pras lutas na rua, essa era irmã, queixada, é combatente mesmo, assim, com o peso da palavra.

G: Você acha que ela topa conversar?

R: A dona Dirce, ela tem uma ação que é com a igreja dela lá no escritório em Osasco, mas eu tenho o contato da filha dela no WhatsApp, a gente fala com a filha dela. (inaudível) Ela tem um telefone fixo, mas é difícil pegar ela em casa. Mas eu posso mandar uma mensagem pra filha se ela toparia dar uma entrevista aí se ela se empolgar já tira aí. Eu acho que vai pular aqui em março. Eu acho que o Queiróz, o Queiróz tem um videozinho que ela falou um dia lá no CEU Perus, numa das aulas do professor Euller,

que ela falou, ela veio conversar com a gente. Fantástico, ela fala assim, é, pensando na questão desse conjunto das (inaudível) com o inspetor Mário pra ela ir na outra escola. Tanto é que assim agora tem circulação, tem Facebook, dá até pra encontrar ela pelo Facebook; é uma pessoa que tem uma memória forte sobre a fábrica. E são pessoas que são contemporâneas da gente.

G: Seria legal poder conversar com eles. É, você conhece outras mulheres que atuam no movimento pela reapropriação?

R: A Maria Helena, que também é professora, antigona, minha parça, mora aqui na Hungareza... esposa do professor Marcio... você conhece ela?

G: Não, a Maria Helena, não.

R: Esposa do diretor Marcio.

G: Não sabia.

R: Tem um projeto, ela é professora de história, pela fábrica. A Vilma, da secretaria da igreja, ela é secretária da Paróquia Santa Rosa de Lima; ela é filha de queixada, tem na memória e ta no movimento pela reapropriação, não-não é diretamente ligada ao movimento, mas faz parte. A Helena já faz mais parte. Quem mais que dá... a Jéssica Moreira, que ela não fala muito, que ela é muito ausente, ela salta muito, tem as meninas do movimento do, do (inaudível) que são a Patrícia Barbosa, elas tem um movimento muito legal, bem jovenzinha mas é... bem legal, muito bom com a fábrica... tem muita gente daqui, mulheres da que tão associação... a Éris, a Angélica... quem mais... bom.

G: Você acha que daria pra entrar em contato com elas?

R: Amanhã tem reunião com essas meninas, posso perguntar se alguma delas pode vir falar, são acessíveis, as meninas; trabalham em biblioteca, é, tem essa que trabalha na paróquia e tal, poderia falar com ela. Só a dona Dirce que mora mais longe.

G: Seria legal ver se elas poderiam dar uma entrevista também.

R: A Madalena acho que valeria a pena. Que ela trabalha lá

G: Pior que eu já tentei, eu já tentei contato com ela, mas ela, acho que num... num... acho que ela tava ocupada, acabou não me respondendo. Acontece.

R: Acontece.

G: Ahn, bom, eu acho que a gente pode marcar uma outra entrevista outro dia pra falar mais especificamente sobre o movimento pela reapropriação.

R: Ah!

G: Cê acha?

R: Tô sempre de quarta feira aqui.

G: Tá ok.

R: Assim, umas coisas mais específicas que você quiser, assim, mais específicas, eu falei mais que o homem da cobra, mas assim, eu falei o que eu queria, né, eu fui falar, fui pra cá...

G: É perfeito.

R: Agora, quando você tiver, assim, mais específico mesmo, a gente pode conversar, sim, com perguntas mais relacionadas ao movimento, mais sinergia, nós temos toda uma vertente...

G: É legal. Vou parar aqui então...

### **Anexo 5: Entrevista realizada com S. S. S.**

G: Tá. Ok. Ahn, começando com informações básicas, ah, qual é o seu nome completo?

S: Sebastião Silva de Souza. Souza com “z”.

G: Ok. Ahn, quando cê nasceu?

S: dia 7 do 11 de 33.

G: Nossa! (risos) E cê nasceu onde?

S: aqui em Perus.

G: aqui em Perus mesmo?

S: é, sou nascido aqui.

G: e cê cresceu aqui também?

S: também.

G: e tá morando aqui também?

S: moro aqui também. (risos)

G: ok. Ah, e você trabalha aqui no sindicato só?

S: na associação dos aposentados.

G: hm, certo. Ahn... você gostaria de falar um pouco da sua relação com Perus?

S: Hm. Perus é... aquela coisa, né, a gente é, fica velho no bairro, e sabe, é muita história, né, eu já vi muita coisa boa aqui em Perus, mas vi muita coisa ruim também. Mas... tempo do, da ferrovia aqui, dos vagões era de madeira, trem com vagão de madeira, as portas eram ruim e continuam ruim (risos)

G: (risos)

S: a gente vê tudo isso, né?

G: hm-hum.

S: e aí depois houve a... de 62 a 69, foi a fábrica de cimento, né, que eu trabalhei na fábrica. Quando começou a greve de 62, eu tinha sete meses de casa na fábrica.

G: nossa.



S: que naquele tempo, a gente, nossa, trabalhou na fábrica de cimento, era uma honra pra gente, né. E eu fui... mas eu aprendi muita coisa nesse, a greve durou sete anos, né, nesse tempo a gente aprendeu muita coisa.

G: você tinha quantos anos quando começou a trabalhar lá?

S: Foi em 62, eu acho que eu tinha... vinte e cinco anos, por aí assim. Já era casado, tinha dois filhos. Mas foi... foram sete anos difíceis. Que além de tudo a gente nunca... tinha até polícia contra a gente, né. Governo, polícia... o dono da fábrica... era tudo contra. Foi um sofrimento, a mulher teve que trabalhar pra ajudar, né. Foi, foi um... pelo menos a gente aprendeu como é que se passa os tempos difíceis, né.

G: é uma história de luta, né.

S: é. (pigarro) E uma das coisas importantes da luta da greve da Perus foi a gente como queixada enfrentar a greve sem violência, né. A firmeza, firmeza-permanente. Inspirada em Ghadi. Então, a gente passou por tudo isso. E o pior que... essa greve mexeu com muita gente, e desestruturou muitas famílias também. Eu tive parente que furou a greve, eu vi indo pra fábrica e tudo; depois de dois anos, nós fomos fazer piquete pra eles porque eles não tavam recebendo pagamento. A gente sempre passou por cima de todas as coisas que, dos desaforos que eles fizeram e tudo, mas preocupado e, bem-estar dele, da família dele. Então, foi isso que a gente fez.

G: Ok. Ahn, você tinha alguma outra forma de relação com a fábrica? Parentes que trabalhavam lá, então?

S: Tinha. A minha família era, meu pai trabalhou na fábrica, meus três irmãos trabalhavam na fábrica, eu fui o último da família a trabalhar na fábrica.

G: a família toda, então! Nossa.

S: É (risos). Foi sim.

G: foram seus parentes que... como é que fazia pra entrar, então? Tipo, indicação?

S: Aqui na fábrica?

G: é.

S: naquele tempo o... quando eu entrei na fábrica, em 62, tinha que ser por intermédio do sindicato, né. Então, nesse sentido. Mas antes, o próprio cidadão chegava lá, é trabalhador, arranjava emprego, né. Acho que eles olhavam na mão do camarada (risos). Mão calejada, podia contratar.

G: Hm!

S: era bom trabalhador, né. E... e a maioria analfabeto, eles pegavam mesmo. Meu pai era analfabeto, e um dos meus irmãos era semianalfabeto. Quer dizer... não existia, assim, preconceito de que se num... e a... era um grupo canadense, né...

G: hm-hum.

S: que ia, proprietário da fábrica de cimento. Eles montaram a fábrica, funcionou até... 1950. De 1924 até 1950. Então, e Perus era aquela coisinha. Escola, uma dificuldade pra gente estudar porque não tinha vaga, era muita gente e uma escola só. Então foi difícil.

G: você disse que foi até 50, depois disso foi quando o Abdalla comprou.

S: é. Então o Abdalla foi o... ele foi o camarada que chegou, e ele conseguiu ficar bem com o, com a classe alta de Perus. Então, pra eles, o Abdalla era um santo. E nós... e nós passamos a ser os demônios da história (risos) de Perus.

G: hm-hum.

S: Mas tudo que é ruim aparece, né, e cê vê, ele se elegeu deputado, foi secretário do trabalho de São Paulo...

G: que ironia.

S: se elegeu deputado, né, mas sempre, sempre puxando sardinha pra brasa dele, né.

G: claro.

S: então é isso.

G: vocês sentiram as condições de trabalho mudarem logo de cara?

S: Ein?

G: vocês sentiram as condições de trabalho mudarem logo de cara quando mudou a gerência?

S: Olha... é aquela história, né. Ele, a começar, na inauguração, na chegada dele na fábrica, ele ofereceu um churrasco aqui. Então ele tinha outras fábricas em Carioba, Piraju... ele trouxe gente de lá, trabalhadores de lá, pra vir prestigiar a festa dele. Mas foi interessante que naquela, naquele rebuliço de festa era todo mundo "ah, o homem é bom, é bom". Passou um funcionário de lá, um camarada lá do interior, falou assim "vocês vão chorar ainda quando vocês...(estalar de dedos) na mão desse homem. Porque ele não presta". Sabe. E a gente foi tocando o bonde, e foi chegando e... e chegou a conclusão de que não tinha... ele era o tipo de patrão que só pagava na marra mesmo, né. Agora, nós tivemos, o sindicato teve uma atuação muito forte. E um advogado muito, muito...

G: Mário, né?

S: Mário. Eu acho que... o Mário... foi feito o Mário e depois perdeu a cópia (risos). Dificilmente a gente ia achar outro advogado tão bom assim, né. E ele sofreu muito, e o... a preocupação do Abdalla era acabar com o sindicato, né. Então... inimigo declarado, que ele dizia que era inimigo declarado dele. Que ele advogado do sindicato, ele dormia no sindicato, essa gente sofreu muito. E nesse tempo, no tempo da greve da Perus, quando começou a greve, o presidente do sindicato era o João Breno. Um... mecânico, e tinha acho que, já tinha sete filhos, ele. E foi um camarada que, se ele quisesse se enriquecer às custas do povo, do cargo de presidente do sindicato, ele podia ter se enriquecido e hoje tar, eu olho assim, esses sindicalistas que a gente vê aí, né. Todo mundo bem arrumadinho, bem de vida.

G: Num é.

S: Porque debaixo do pano o patrão ajuda né. Naquela história de promover primeiro de maio, com um sorteio de apartamento, de carro e não sei o que, mas tem um custo né.

G: aAdivinha quem banca, né.

S: É. E... o Abdalla tentou comprar o João Breno, mas não conseguiu. E isso resultou em... ah... a repressão foi muito forte, né, que foi preso muitas vezes, rapaz apanhou muito, no DOPS. Naquele tempo existia o DOPS. E então... foi... foi alto o negócio, difícil. Mas ele soube suportar, quer dizer, toda a diretoria assumiu. Chegou-se ao fim, sete anos, terminou a greve, né.

G: Qual que foi o desfecho da greve?

S: Que... existiam, quando começou a greve, a gente tinha entre Perus e Cajamar, a gente era mais ou menos mil e quatrocentos trabalhadores, né. Aí depois foi acontecendo, um não aguentou, um morreu, não sei o que, e o tempo foi passando. Tinha nesse grupo, aquele tempo, não existia... a lei de greve, né. Então, é... como se diz... camarada tivesse mais de 10 anos de firma ele tava praticamente estabilizado, né. Então existia 500 trabalhadores nessa condição, os estáveis, né. E a preocupação do Abdalla era jogar essa gente fora, porque no primeiro julgamento da greve que houve... os que eram menos, que tinham menos de 10 anos no final, jogou tudo na rua, né. Aí ficaram os 500 que ele queria... e ao final da greve, ele foi condenado a pagar os dias parados, e admitir todo mundo de volta na fábrica.

G: (risos)

S: Você já pensou, né. A gente de olho, vendo os colegas voltarem e tudo, né. E foi interessante que o total de indenização que devia ser pago para o pessoal não foi o Abdalla que pagou.

G: Não?

S: Foi o governo federal. O governo que cobriu a dívida do Abdalla e pagou. Se não me engano era o Geisel, governo Geisel que pagou a indenização do pessoal.

G: Mas o cara era rico!

S: Rico, mas... a ganância era mais. A ganância dele era muito grande, e então, agora o pessoal que recebeu, ah, os companheiros que receberam indenização, uma parte deles fizeram uma cotização e deram um bom dinheiro pra gente que tinha ficado fora, né. Eles não esqueceram, mas tinha muitos que “não, não, esse dinheiro é meu e eu não quero dividir com ninguém”.

G: É, agora que recebeu, fica fácil, né.

S: É, mas isso é normal. Mas... foi assim. Até acontecer esse desfecho de terminar a greve nossa, foi muita coisa. A gente fazia passeata na cidade, foi feita greve de fome, caminhadas pra Aparecida, caminhadas e romarias pros santuários pedindo a ajuda de Deus... é, mas tudo em tempo teve fim.

G: Teve um bom fim, no final das contas.

S: É, sei lá.

G: Ok. Ahm, cê considera que... pensando hoje, na fábrica, na história da fábrica, e na sua história com ela, tem... o que ainda tem dela hoje, tem alguma importância afetiva?

S: Tem. Porque pra mim, eu queria que essa fábrica se transformasse... nosso sonho era transformar num centro de cultura do trabalhador. Ter uma faculdade, uma universidade, né.

G: Eu soube do projeto de transformar ela numa universidade.

S: Então, é isso que até hoje a gente tá pensando nisso. Mas... é... mesmo pro... o processo de tombamento da fábrica, o Abdalla conseguiu destombar uma parte... então aqui em cima tinha umas casas grande que, é, morava os administradores da fábrica, destruíram, o Abdalla destruiu tudo isso.

G: Meu deus...

S: Demoliu, arrancou trilho de... do trenzinho, porque o trenzinho era habituado a ter, é, os sessenta centímetros. Não existe mais aquilo, né. Eles apagaram tudo, arrancaram motores, fica lá só aquele esqueleto que você vê. Cê nunca entrou lá dentro?

G: Nunca consegui...

S: É uma coisa... então, a gente viu que em outros países as firmas, é, montam, chegam no lugar, montam a firma e depois de um determinado, quando vence um determinado tempo, eles vão embora e deixam tudo como está, não mexe em mais nada! Né, e aqui foi o contrário. É... Abdalla acabou com a fábrica. E agora assim, pra gente entrar na fábrica precisa pedir licença, e se eles acharam que não devem deixar a gente entrar, não deixa.

G: E o pior é que é tombado!

S: É. Mas destombaram uma grande parte da fábrica.

G: Isso é muito triste.

S: Foi. Então é... essas jogadas que a gente tem que... a força do dinheiro é muito forte, né. E o Abdalla já morreu, hoje em dia quem administra se não me engano é um neto dele, mas acho que é... é pior que ele, talvez.

G: Filho de peixe...

S: Peixinho é! (Risos)

G: (risos) Você teve contato com o processo de tombamento?

S: Não. Foi no governo da Erundina, né?

G: Hm-hum.

S: E... nisso, nesse tempo eu vinha no sindicato às vezes, à noite, quando, porque sempre tinha, quase todo dia tinha assembleia. Então a gente vinha e ouvia falar do... mas eu não vi nada do processo de tombamento, né. E... quando a gente viu que o Abdalla num... é... comprou a fábrica de novo, foi “meu deus do céu”. Pois bem. Não tem jeito, não.

G: Cê tem acompanhado a situação dela? O movimento de reapropriação, essas coisas?

S: Olha, nós temos um pessoal que... que tá discutindo essas coisas aí. Nós já fomos na prefeitura, em audiência com secretário da prefeitura... e... o cara prometeu que eles iam assumir a fábrica e depois não aconteceu nada... houve muita decepção pra gente também, né, nisso tudo aí. (silêncio)

G: É uma situação que não acaba, né.

S: É.

G: Ahm, e cê sabe das histórias que circulam sobre a fábrica? Especialmente entre os jovens?

S: Como?

G: As coisas que circulam sobre a fábrica por aí.

S: Olha, eu como morador de Perus a impressão que eu tenho é que uma grande parte do povo de Perus não está nem aí com a situação da fábrica. Porque tem gente que ainda fala que os queixadas são culpados da fábrica ter sido fechada, porque foi a CETESP que fechou. A poluição era demais. Naquele tempo você olhava qualquer planta que tenha aqui, nas hortas e tudo tinha aquela camada de cimento, de pó de cimento, aqui. E a gente respirava aquilo.

G: Nossa, imagina...

S: É. E a gente sabe que o pó de cimento provoca... silicose, né? Doença no pulmão. E a gente conviveu com tudo isso. Aí quando a CETESP veio e fechou... nós falamos “graças a deus”, porque aí acabou o pó, né. Mas tem gente que ainda diz que os queixadas é que são culpados por isso, da fábrica ter sido fechada, e desempregou muita gente, e não sei o que, vá... coisa sem sentido, né.

G: Parece as histórias que rondam sobre o aterro sanitário lá em cima.

S: Aterro sanitário foi outra... na luta do aterro sanitário nós paralisamos Perus duas vezes. A gente participou da paralização, começamos 3h30 da manhã, fechamos todas as entradas de Perus...

G: Caramba!

S: É... e a gente ficava ali na cabeça do viaduto pra não deixar ninguém passar e coisa, e de repente vinha a tropa de choque, e começou a jogar gás de pimenta... bomba de gás lacrimogêneo na gente...

G: Nossa...

S: Mas a gente teve assim alguma coisa muito interessante, eles jogavam a bomba, a gente chutava de volta! (risos)

G: (risos)

S: É isso aí. Mas... sem violência, né? Na defesa, natural.

G: Eu acho incrível que ninguém sabe dessas histórias.

S: É, né. Hm...

G: Mesmo eu morando aqui minha vida inteira... minha família...

S: E não sabia disso, né?

G: Não sabia dessas coisas.

S: Porque... depois, a prefeitura quis colocar um incinerador lá no lixão. Nós paramos Perus outra vez... nós conseguimos. E aí assim, pra você ver o grau de interesse E aí assim, pra você ver o grau de interesse do... menos... é... mesmo sabendo que isso, a não implantação de um incinerador era bom pra saúde e tudo, foram poucas escolas, por exemplo, que participaram da manifestação. Poucas escolas nessa paralização. O... os outros tão bem aí. Então, é aquela história, a gente, naquele tempo da greve, a gente chamava de pelego os caras que furaram a greve, entraram na fábrica.

G: Sim.

S: Eles se sentiam na... numa posição e diziam que nós éramos vagabundos, que a gente tava aí, que a gente não queria ir trabalhar, não sei o que, sem olhar pro que a gente estava pleiteando, né. Então foi assim. E eu acho... uma coisa muito longa. Mas essa greve ultrapassou barreiras, né, eu acho. Foi de

muito longe que ficaram sabendo dela. A tal ponto de... em uns... 5 anos atrás, a gente foi chamado na Espanha.

G: Olha só!

S: Numa, num sindicato lá pra contar a história da greve da Perus.

G: Que legal!

S: É... fiquei 10 dias lá. E... e era noite e dia, um dia vai numa escola, outro dia vai na outra escola, um dia conversa com o sindicato, outro dia num sei o que... eu tive o prazer de conversar com o presidente do fórum mundial naquela época.

G: Isso foi quando, mais ou menos?

S: Ein?

G: Isso foi quando, mais ou menos?

S: Dois mil e... treze, dois mil e doze, dois mil e treze, por aí assim. Eu não sou muito certo de datas, não.

G: Relaxa.

S: Não ligo muito pra isso. Mas... aconteceu.

G: Que legal.

S: E foi interessante, porque existia uma, ainda tem, uma médica que estava fazendo uma graduação. E aí ela foi na Espanha, e chegando lá encontrou um professor... quando soube que ela era de Perus se interessou pelo caso da greve, contar a história. E aí a gente apareceu lá. Agora... lá eu vi... eu visitei numa fábrica que estava lá, era uma... charutaria. Eles chamavam de tabacaria a fábrica. A firma abandonou, deixou tudo, deixou o prédio com tudo, tudo. Móveis, tudo, tudo, tudo. Tudo lá. Num tirou nada, num depredou nada, e foi embora. Falei assim “ah, se no Brasil fosse assim” (risos).

G: (risos) quem dera, ein.

S: É. E então, é... a história, né.

G: Eu achei lá no site do movimento pela reapropriação algumas fotos de Perus. Se... você puder dar uma olhada e comentar se você quiser comentar alguma coisa, também... se tiver muito claro ou escuro...

S: Não, não tá claro. Essa rua... é a rua da... a rua principal agora, é a rua Crispim do Amaral. Ali atrás daquele, daquela gente que está caminhando é a praça Inácia Dias.

G: Inácia?

S: Inácia Dias. A prefeitura agora colocou o nome de Inácio Dias mas não é Inácio, é Inácia Dias. É... então essa rua, vindo pra cá, aqui mais ou menos, desse lado, tem uma rua que sai no túnel que a gente passando entrava na... saia na fábrica de cimento mais depressa. Caminho mais curto.

G: Ainda tem esse acesso?

S: tem. Tem ainda. Tem. Ela ,não sei como é que tá, se tá cheio de mato, tá abandonado, porque naquele tempo a gente passava por ali todo dia, né. Quem trabalhava morava aqui, do lado de casa, então passava por lá e ia. O que eu to vendo ali, hm... uma loja que agora é... é uma escola, um, uma faculdade da metodista. Tem um curso da metodista que funciona ali (barulho alto). Ah, Perus... tempo que a rua era de terra ainda. Não tinha asfalto...

G: Tinha tanto espaço aberto... quer que eu vá passando pro lado?

S: Pode passar. Isso daí é o que, no trem. Esse era o trem que trazia a, o calcário de Cajamar pra ser transformado em cimento aqui em Perus. E esse trem, ele tinha um vagão que carregava passageiros, né. Toda vez que ia passear em Cajamar pegava o trenzinho e ia lá e... era um passeio muito gostoso. Eu não to conseguindo identificar, que é o meu problema da vista curta... nenhum dos companheiros que estão aí. Mas eram gente da fábrica que estavam.

G: Vocês davam esses passeios com muita frequência?

S: Agora? Naquele tempo?

G: Naquele tempo.

S: Naquele tempo... ah... às vezes, “vamos passear em Cajamar?”, e ia. (risos) E o... quando em Cajamar teve um negócio interessante. A... o trabalho do sindicato na greve da Perus foi tão importante que o primeiro prefeito de Cajamar era um queixada.

G: Nossa...

S: É. Chamava Antônio Garrido. Foi... primeiro prefeito e a câmara, parte da câmara municipal de Cajamar era grevista.

G: Nossa que incrível.

S: É. Pode mudar.

G: Aqui nos trilhos...

S: É, você vê a bitola estreita, né... pode ir mais. Aí o povo caminhando na linha. (silêncio)

G: Parecem uns figurões.



S: Ô, minha vista não tá ajudando muito não, viu... (silêncio) Bom, nesse tempo, muita gente importante se interessou pela, né. E a gente teve outra, outra coisa aqui, nos ajudou muito aqui em Perus, foram os padres holandeses que vieram. E então naquele tempo a gente... precisava de, de, ter alguma coisa pra subsistência da greve, né. E eles conseguiram mandar, de lá da Holanda, roupa, mandaram feijão, óleo, queijo, um queijo gostoso, a gente comia ele... foi... foi muito bom. Eu só não to conseguindo, minha vista não ajuda pra definir quem são essas pessoas. Mas são, são pessoas daqui de Perus, pessoas de fora que estava visitando a... a linha. Pode passar. Aí...

G: Parece dentro da fábrica.

S: É. É dentro da fábrica ali, é um motor lá. Funcionando.

G: Você pode ir passando no seu ritmo também, aqui.

S: Onde é? Aqui?

G: Isso.

S: É, isso é a fábrica, a... máquina na... quando tava parada eles faziam manutenção. Aqui é a vista do triângulo, vila do Triângulo. Tudo ali, ela... ela fazia uma espécie de um... então morava, o pessoal morava aqui, aquela é a capelinha de São José que foi feita. As casas lá, porque é de concreto, eles não conseguiram demolir as casas, mas arrancaram tudo; encanamento, fio elétrico... tudo, tudo. Janela, porta... tá tudo abandonado lá. Deixa eu ver aqui, né... isso aqui... aqui não to conseguindo identificar não.

G: Tudo bem.

S: (silêncio) Essa também não.

G: Essa é um monte de empresário.

S: É. Não é... aqui é a visão da parte de baixo da... praça Inácia Dias do lado de cá, próxima à estação. Estação tá desse lado aqui, assim... aqui era um... um... uma curva que era estreita, quando passava, um carro de cada vez, porque não podia... no caso dessa casa, isso tudo depois foi... foi demolido e hoje em dia é isso aí que a gente vê. Hm... aqui? Ah. Aqui também, isso é parte debaixo da fábrica.

G: Você tem alguma ideia de quem seja esse José Benedito?

S: José Benedito... porque, oque que...

G: É que ta escrito aqui, parece que ele assinou aqui "José Benedito Filho".

S: Ah! Sim.

G: Conheceu?

S: Sim. Já morreu. Conheci, já morreu. José Benedito Filho... já morreu. (silêncio) Aqui... é uma visita importante aí, não sei bem o que que é. Mas... mas era. (silêncio) De muita gente, é... muitos estrangeiros vieram conhecer e se interessaram pelo, pelo movimento, né. Esse aqui acho que deve ser a visita de algum político aqui em Perus. (silêncio) Aqui já tá mais fácil de ver. Esse daqui é da família Peccicaco, que é dona das mais... o maior, a maior parte das terras de Perus eram deles. Esse aí é irmão do Peccicaco. Esse aqui... é um... se não me engano era diretor do, da escola Susana de Campos. Eu não me lembro que visita foi essas que eles fizeram aqui. (silêncio) Nilson Rodriguez... aqui, era o dono da foto. (silêncio) Esse é a parte interna da fábrica. É, é isso.

G: Hm, ok. Tem bastante foto velha, nossa...

S: Tem um rapaz aí, o Nelson Bueno, que ele é que... ele, ele que ficou na, com a parte da ferrovia. Ele tem muita foto, o Nelson. Isso aqui é tudo lá dentro da fábrica, né.

G: Hm-hum.

S: Aí...

G: Isso aqui parece construção dela, ainda.

S: É, porque aqui era uma bica, né, ó. (inaudível)

G: Bica?

S: Isso aqui é um... quadrado, assim, e... cê tinha que jogar concreto pra outro lugar, ele jogava... usava essas bicas.

G: Ah!

S: Concreto. (silêncio) É, a minha vista num ajuda pra mim isso tudinho assim. Ó as damas de Perus, aí. (risos) Essa gente é que fala que o Abdalla é bom.

G: Ah!

S: (risos)

G: Ok, faz sentido.

S: É... Esse aqui não cconsegui definir ainda.

G: Essa eu acho interessante por causa desse trem. Parece que é alemão.

S: É. Tem muita gente, viu.

G: Bastante. (inteligível)

S: Acho interessante que quando Perus não tinha luz elétrica, então a comissão, os, a sociedade de Perus, Sociedade Amigos que a cede é ali na frente...eram só os gráudos de Perus que eram donos da Sociedade Amigos, né. Então eles foram lá lamber o pé do Abdalla, e o Abdalla, é, que acompanhava o pessoal na – naquele tempo não era Eletropaulo, era Light, a firma que cuidava da...

G: Da energia elétrica?

S: Da energia elétrica, é. E então o Abdalla foi, acompanhava a comissão toda vez que eles iam lá e tal, no dia que foi inaugurada a luz em Perus, eles colocaram uma escada e o Abdalla ligou a... a chave que ia...ligou a luz em Perus.

G: Hm!

S: É. E foi com isso que ele ganhou a consciência dessa gente aí.

G: Bem pra se promover mesmo.

S: É. Foi. Bem isso mesmo. Aí o pessoal dentro da fábrica, né.

G: Parece que tem menos foto de funcionário.

S: (silêncio)

G: Aí acabou.

S: É, infelizmente a minha visão tá um pouco...

G: Não, tudo bem! As imagens são mais um suporte mesmo.

S: É...

G: Mas... ok. Ah, você acompanha o movimento pela reapropriação?

S: Eu converso sempre com o pessoal aqui. Eu num, só não vou muito com eles quando vão... reunir com esse pessoal, eu não, num consigo acompanhar. Mas eu falo sempre com eles, o pessoal.

G: Bom...

S: Turminha boa.

G: Queria ter a chance de conhecer eles melhor.

S: Tem o... aqui na associação tem o Mario, Mario Bortoto, que ele foi administrador regional de Perus.

G: Hm.

S: No governo da, da... coisa aí, mulher do Suplicy, da...

G: Marta.

S: Marta! E foi ela que exonerou ele.

G: Eita;

S: Que era o melhor administrador. Foi feito uma... uma avaliação geral, assim, a... administração melhor foi a dele, e a Marta por motivos políticos, ela exonerou ele.

G: Nossa.

S: Porque ela queria mandar a gente de, os apadrinhados políticos, né, vim trabalhar em Perus, os caras nunca conheciam, num sabiam nada de Perus, do bairro. Como pode trabalhar com essa gente, né? Essa divergência custou a... a exoneração dele. A gente foi lá reclamar com a Marta e tudo mas tsc tsc não adiantou tudo isso.

G: Quem disse que eles ligam pra gente, né? Bom, cê gostaria de falar mais sobre o que cê acha que devia ser feito lá na fábrica pra preservar a memória da história?

S: Ah, eu... falar português bem claro, eu acho que, só acho que... o governo devia tomar... vergonha na cara

G: (risos)

S: E falar “isso é um patrimônio do, tem uma história longa, e triste, dessa fábrica e esse povo com o sofrimento, ligado com o sofrimento desse povo e tudo, vamo fazer alguma coisa boa”, né, e transformar realmente isso daí, né. Mas... num tá acontecendo, né? Não tá acontecendo.

G: É... Ainda mais com essa nova gestão, né

S: Então...

G: Quem sabe o que a gente pode esperar...

S: É. Acho que vai ser pior ainda, o... então a gente fica assim. E eu num... eu fico com muita tristeza, né, de ver. Porque, e por outro lado, o desinteresse do povo, porque, se o povo todo se levantasse e fizesse pressão, eu acho que as coisas se resolveriam. Né?

G: Sim.

S: O governo iria ver, “não, ó, a população está interessada em, em mudar aquilo, em ter, cuidar do patrimônio”, mas num, não existe isso. Eu tenho 86 de Perus, nascido aqui, 86 anos de idade, né. Eu chego na estação pra embarcar, eu não conheço ninguém que tá embarcando, eu sou um estranho. Pouca gente conhece.

G: Mesmo morando aqui há tanto tempo...

S: Mesmo morando aqui há tanto tempo, é. Então tem essa coisa. O desinteresse do público, né.

G: Sim.

S: E... no caso desse desinteresse do povo a gente... teve lixão, a vala comum, né.

G: Tanta história...

S: O cemitério em si já foi um arranjo que fizeram, sabe, porque cemitério não era pra ser ali. Era um outro lugar, mas como o, naquele tempo era o governo Maluf, eles... fizeram ali. E aí então é que acontecia aqueles casos de... sepultamento de noite, os trabalhadores do cemitério tendiam a ir fazer sepultamento de noite, daqueles coitados que... indigentes e aí... e... jogavam lá, empilhavam tudo dentro duma, de um buraco... aí depois quando eles, ia chegando o tempo que eles tinham que, é... exuma aquilo tudo, aí eles não sabiam onde colocar. Ai alguém teve a ideia brilhante pra eles: abriram uma vala de mais ou menos uns 30 metros de profundidade, de extensão, por 3 metros de profundidade, e lá jogaram todos os... todas as ossadas lá. E até agora, se não me engano... era mil e quarenta e nove ossadas que tinham pra ser. Mas nesse grupo tinha gente que foi, morreu atropelado, crianças, num era, e... e... eles jogaram tudo lá, né, até agora foram, acho que reconhecidos 10 ossadas só, né. Então assim não há também muito interesse pelo... pelo pessoal do governo em mostrar essa coisa.

G: Pois é... que é um bairro com tanta história... tantas histórias...

S: Então.

G: (suspiro)

S: Essa vala comum teve um filme, cê viu o filme?

G: Não, não sabia.

S: Tem um filme da vala comum. Eu só não tenho o CD agora, mas... eu acho que o Sidney deve ter, se cê falar com ele, é capaz que ele arranja pra você.

G: Vo tentar falar com ele.

S: Sim, tá. O filme vala comum.

G: De repente dá pra achar na internet também.

S: É, também. E... por exemplo, o... sobre o sindicato, o Mario (de) Carvalho, o João Breno, enfim, o arquivo do sindicato, uma grande parte, está na UNICAMP, em Campinas.

G: Ah, é?

S: Foi levado pra lá.

G: Será que dá pra conseguir acesso?

S: Dá, dá. Ah... quem pode te esclarecer melhor isso tudo é a Silvana, que é a secretária do sindicato. Que ela acompanhou quando foram... quando foram levar os arquivos lá pra UNICAMP. Cê conhece a Silvana, né?

G: Sim...

S: A secretária da...

G: Já conheci ela.

S: Ela pode passar isso pra você.

G: Você sabe que tipo de documento que deve ter lá?

S: Ah, é muita coisa, viu... é muita coisa...

G: Aqui... imagino. Bom, acho que a gente pode encerrar por aqui.

S: Tá, tá satisfeita? (risos)

G: É bastante material! (risos)

S: Bastante; sabe o que que é, eu... eu não sei, às vezes eu... eu acho que eu to ficando numa reta agora que... às vezes começo a esquecer as coisas... né. Cê viu que eu comecei a falar um pouquinho, daqui a pouco já pulei pra greve, sobre, não sei o que...

G: Ah.

S: Muito desorganizado.

G: Ah, isso é normal. Só... eu também sou meio assim.

S: Mas faz força pra contar as verdades, né. Então...

G: Mas olha, qualquer material que você me proporcionou já é muito valioso.

S: É?

G: De verdade.

S: Tá bom.

G: Então, eu agradeço muito.

S: Por nada.

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**  
**SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_, declaro, ceder a Giovanna Ramos Lopes, CPF 439.903.868-2, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao para o trabalho intitulado Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus S.A.: A importância do patrimônio sob a ótica dos militantes de Perus.

A autora do trabalho fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Declaro ainda que minha participação depende exclusivamente de minha anuência, e as informações aqui prestadas são de minha inteira responsabilidade, não necessitando de aprovação de nenhuma associação civil, religiosa, empresarial ou comercial que seja.

Deixo registrado ainda que participei do processo de transcrição dos arquivos de áudio e a versão final dos textos produzidos a partir deles possuem minha aprovação.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02(duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Data de nascimento do entrevistado (a):

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
[Nome do Depoente]

\_\_\_\_\_  
[Nome do Entrevistador]

TESTEMUNHAS:

---

---

Nome Legível:

Nome Legível:

CPF:

CPF: